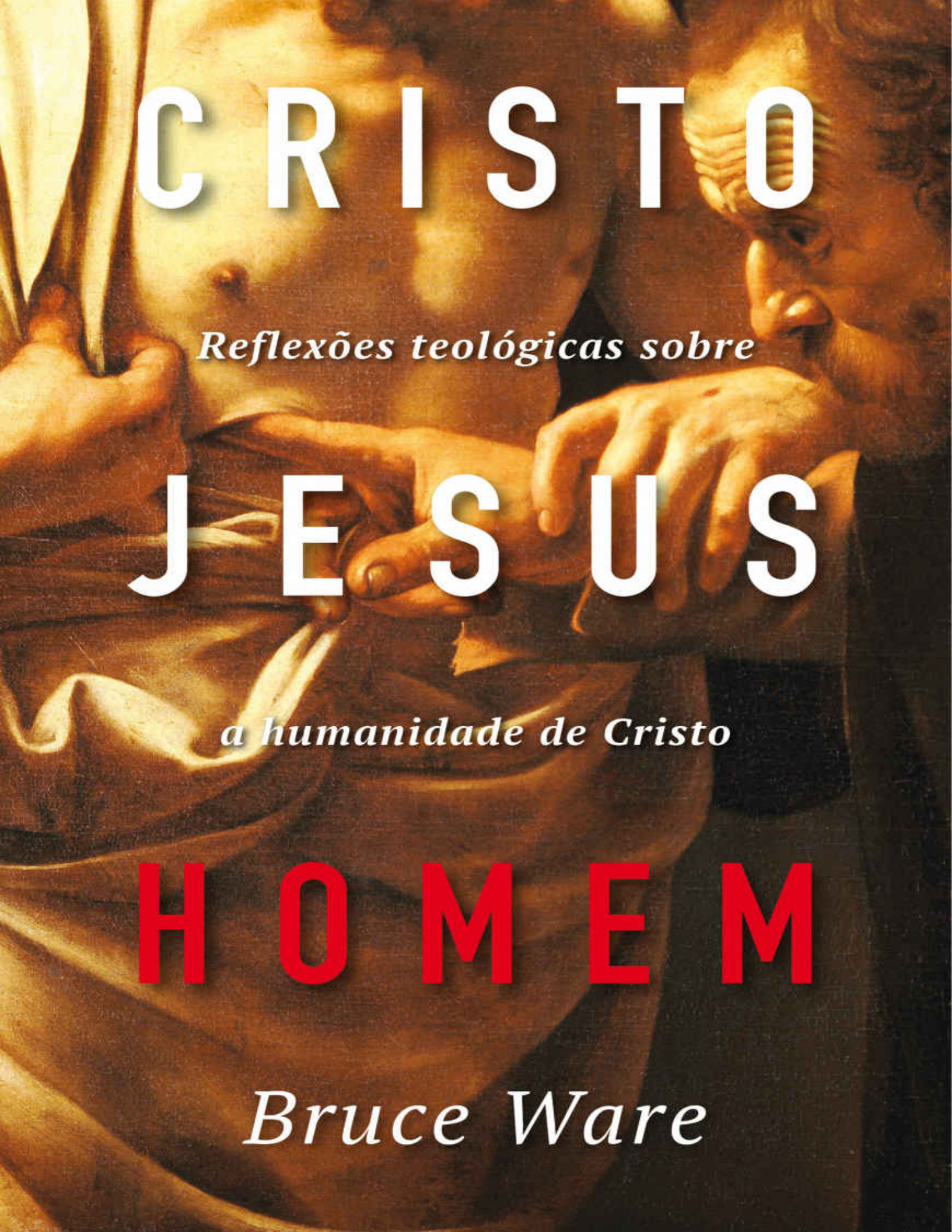




CRISTO

Reflexões teológicas sobre

JESUS

a humanidade de Cristo

HOMEM

Bruce Ware

“Este estudo agradável sobre Cristo Jesus, *homem*, examina verdades profundas e complexas com uma clareza destinada a leitores cristãos comuns. Sou tentado a dizer que esta obra é a teologia de Warfield escrita para o cristão piedoso que deseja entender melhor a pessoa de Jesus e, por meio disso, confiar nele, obedecer-lhe e amá-lo de todo o coração. As perguntas para discussão, no fim de cada capítulo, sugerem que o livro será usado amplamente em igrejas que têm uma paixão por entender a verdade cristã histórica de um modo que é biblicamente fiel e promove o crescimento espiritual.”

D. A. Carson, professor de pesquisa do
Novo Testamento, *Trinity Evangelical Divinity School*

“Este livro é uma apresentação simples, compreensível e bíblica da divindade e da humanidade de Jesus Cristo. É necessário ser um grande teólogo e ter um coração de pastor para expressar de forma sucinta ideias profundas e difíceis como estas.”

Mark Driscoll, pastor, Mars Hill Church, Seattle; fundador do
ministério *Ressurgence* e
cofundador de *Acts 29*;

“Admire-se, maravilhe-se e adore: Bruce Ware sugere acertadamente que esta é a reação apropriada que devemos ter quando consideramos as implicações da humanidade de Cristo. Meu coração foi muito encorajado por ler este livro e contemplar este aspecto vital, porém frequentemente ignorado, de nosso Salvador.”

Nancy Leigh DeMoss, autora, *Revive Our Hearts*; apresentadora de
programa de rádio

“Os evangélicos que creem nas Escrituras como a Palavra de Deus inerrante correm o risco de enfatizar a deidade do Senhor Jesus e, sem dúvida, não intencionalmente, dar pouca importância à sua humanidade. Neste livro, Bruce Ware oferece um antídoto saudável

para este mal. Este é um valioso acréscimo ao estudo da cristologia, um acréscimo que ajudará a entender e amar Cristo Jesus, homem.”

Daniel L. Akin, presidente,
Southeastern Baptist Theological Seminary

“Em muitas ocasiões, a igreja é funcionalmente docética, afirmando que o Cristo divino apenas *parecia* ser humano. Mas, como Bruce Ware explica com habilidade e paixão, o evangelho e suas implicações dependem da plena deidade e da verdadeira humanidade de Jesus. Fiel no aspecto bíblico, consistente em teologia e intensamente devocional, *Cristo Jesus, Homem* aprimorará seu conhecimento e reverência por nosso maravilhoso Salvador e Senhor, o Deus-homem Jesus Cristo.”

Todd Miles, professor associado de Teologia,
Western Seminary

“Muitos argumentos já foram desenvolvidos e muitos livros já foram escritos em defesa da plena deidade do Filho de Deus. No que diz respeito a argumentos e escritos em apoio à plena humanidade do Filho encarnado, menos atenção tem sido dada. Bruce Ware corrige esse desequilíbrio por oferecer-nos uma consideração bíblica, agradável de ler, em consonância com questões contemporâneas e imensamente prática. À medida que os leitores penetrarem neste livro, eles não somente serão convencidos da humanidade do Deus-homem e entenderão por que a encarnação era necessária, mas também serão motivados a oferecer louvores e ações de graças a Deus por sua maravilhosa obra de salvação por meio de Jesus Cristo.”

Gregg Allison, professor de Teologia Cristã,
The Southern Baptist Theological Seminary

“Uma obra inteligente e provocativa que considera o grande milagre daquele que é plenamente Deus esvaziando-se a si mesmo

para se tornar plenamente homem. Este livro impelirá o leitor a contemplar e a admirar-se da maravilha de tudo isso.”

Mary A. Kassian, professora de Estudos de Mulheres, *The Southern Baptist Theological Seminary*;
autora, *Girls Gone Wise*

“O entendimento correto da humanidade de Cristo é essencial para compreendermos nossa vocação e ministério. Durante anos, tenho ensinado sobre a humanidade de Cristo, e inúmeras vezes tenho dito que nada nos leva a amar mais a Jesus do que um entendimento bíblico de sua humanidade. Por causa disso, recomendo muito este livro a você.”

Dann Spader, presidente, *Global Youth Initiative*; fundador, *Sonlife Ministries*; autor, *Walking as Jesus Walked* e *The Everyday Commission*

“Desde o tempo em que a igreja enfrentou o gnosticismo, a realidade e a necessidade da humanidade de Cristo têm estado no âmago da ortodoxia cristã. A compreensão e exposição de Bruce Ware sobre esta doutrina essencial contém uma precisão teológica rigorosa, comunica uma piedade atraente, força o leitor a investigar quão central isto é para todo o espectro da obra redentora do Messias e abre a doutrina para algumas ideias de aplicação fortes e provocativas. Tanto antiga como atual, esta consideração de Bruce Ware merece uma leitura séria.”

Thomas J. Nettles, professor de Teologia Histórica, *The Southern Baptist Theological Seminary*;
autor, *By His Grace and for His Glory*

Bruce Ware

CRISTO

Reflexões teológicas sobre

JESUS

a humanidade de Cristo

HOMEM



Cristo Jesus, Homem – Reflexões teológicas sobre a humanidade de Cristo

Traduzido do original em inglês The Man Christ Jesus: Theological Reflections
on the Humanity of Christ

por Bruce A. Ware

Copyright ©2013 by Bruce A. Ware



Publicado por Crossway Books,
Um ministério de publicações de Good News Publishers 1300 Crescent Street
Wheaton, Illinois 60187, USA.



Copyright © Editora Fiel 2013
Primeira Edição em Português: 2013

Todos os direitos em língua portuguesa reservados por
Editora Fiel da Missão Evangélica Literária

PROIBIDA A REPRODUÇÃO DESTE LIVRO POR QUAISQUER MEIOS,
SEM A PERMISSÃO ESCRITA DOS EDITORES, SALVO EM BREVES
CITAÇÕES, COM INDICAÇÃO DA FONTE.



Presidente: James Richard Denham III
Presidente Emérito: James Richard Denham Jr.
Editor: Tiago J. Santos Filho
Tradução: Francisco Wellington Ferreira
Revisão: Editora Fiel
eBook: Heraldo Almeida
Capa: Rubner Durais
Imagem da Capa: A incredulidade de São Tomé de Caravaggio (1599). Novo
Palácio de Potsdam.

ISBN: 978-85-8132-234-6



Caixa Postal, 1601
CEP 12230-971
São José dos Campos-SP
PABX.: (12) 3919-9999
www.editorafiel.com.br

A

Wayne e Bonnie Pickens,

Com profunda gratidão por sua vida e seu ministério,
Que refletem muito do caráter e serviço de Cristo

SUMÁRIO CAPA

Depoimentos

Folha de Rosto

Créditos

Dedicatória

PREFÁCIO: Por Que a Humanidade do Deus-Homem É Importante

1 – Assumindo a Natureza Humana

2 – Capacitado pelo Espírito

3 – Crescendo em Sabedoria

4 – Crescendo em Fé

5 – Resistindo à Tentação

6 – Vivendo como um Homem

7 – Morrendo em Nosso Lugar

8 – Ressuscitado, Reinando e Retornando em Vitória

Editora Fiel

prefácio

POR QUE A HUMANIDADE DO DEUS-HOMEM É IMPORTANTE

“Porquanto há um só Deus e um só Mediador entre Deus e os homens, Cristo Jesus, homem.”

1 TIMÓTEO 2.5

Lembro-me de um momento inquietante em minha jovem vida cristã. Eu tinha cerca de 10 anos, estava lendo a Bíblia em casa, sentado no meio de minha cama. Nosso pastor e nossos pais haviam encorajado os jovens a serem mais diligentes na leitura da Bíblia. Num período de meses, consegui ler partes dos evangelhos e algumas das epístolas; e, na ocasião estava lendo 1 Pedro. Apesar das advertências sérias e repetidas sobre o sofrer por Cristo, eu estava conseguindo progredir na leitura deste pequeno livro. Mas cheguei a 1 Pedro 2.21-23, que, em minha pequena Bíblia, de capa preta e letras vermelhas (eu ainda a tenho!), diz:

Porquanto para isto mesmo fostes chamados, pois que também Cristo sofreu em vosso lugar, deixando-vos exemplo para seguirdes os seus passos, o qual não cometeu pecado, nem dolo algum se achou em sua boca; pois ele, quando ultrajado, não revidava com ultraje; quando maltratado, não fazia ameaças, mas entregava-se àquele que julga retamente.

É difícil descrever quão injusta achei esta passagem. Fiquei realmente muito inquieto, não a respeito da parte que fala do sofrimento de Cristo por nós e de ele entregar sua vida ao Pai, e sim a respeito de seus seguidores serem chamados a seguir os seus passos. Não é justo, eu determinei. Especialmente quando a passagem diz que devemos seguir os passos de alguém que “não cometeu pecado”. Isto era totalmente estranho e irracional. Eu não conseguia entender como Deus podia estar realmente dizendo que devemos tomar isso a sério.

Por trás de minha indignação infantil para com o que esta passagem ordenava havia isto: na Escola Dominical eu havia aprendido que Jesus era Deus. Lembro-me de ficar bastante admirado quando aprendi isto pela primeira vez: ainda que Jesus andou nesta terra, comeu, bebeu, ficou cansado e dormiu, apesar disso, ele era plenamente Deus. Aprendi que o Pai enviou seu Filho ao mundo, e, quando o Filho veio, nascido de Maria, ele ainda era o Filho e, portanto, ainda era plenamente Deus.

Em minha mente de 10 anos, eu não podia entender como era justo que Deus nos chamasse a seguir os passos de Jesus e, em especial, não pecar ou ficar irado com os que nos ferem, visto que *Jesus era Deus, e nós não somos!*

Eu mal sabia que esta questão voltaria a me desafiar anos mais tarde, quando comecei a estudar minha Bíblia com mais seriedade e a pensar mais profundamente em assuntos teológicos. Esta questão retornou à minha mente durante os anos em que estive no seminário, quando aprendi, com maior profundidade, que Jesus era tanto Deus como homem. E esse entendimento simples — de que Jesus tem duas naturezas, uma divina e uma humana — iniciou um processo de pensar novamente sobre 1 Pedro 2.21-23, com novas perguntas em minha mente: será que Jesus, embora fosse plenamente Deus, viveu sua vida fundamentalmente como um homem? Será que o mandamento de seguir os seus passos é legítimo porque ele viveu uma vida humana em obediência ao seu Pai, como também somos chamados a fazê-lo? O que, então, aconteceu com esta natureza divina quando ele assumiu a natureza humana? Será que ele era, de fato, plenamente Deus e plenamente homem e viveu como uma única pessoa?

O livro que você tem agora nas mãos expressa algumas das maneiras pelas quais Deus, em sua misericórdia abundante, me permitiu examinar estas perguntas com um estudo mais rico e mais profundo de sua Palavra. Quero apresentar aqui, com base no Antigo e no Novo Testamento, algumas das evidências de que a vida humana de Jesus é real. Quero também mostrar quão importante é que ele tenha vivido nossa vida para morrer a nossa morte e ser,

para sempre, “Cristo Jesus, homem” (1 Tm 2.5), que intercede por nós e reina sobre nós.

Anseio que Jesus seja honrado por meio das reflexões sobre a sua humanidade neste livro. Por favor, entenda que este livro *não* é uma cristologia completa. Não tenciono, de maneira alguma, “minimizar” a importância da deidade de Cristo para o nosso entendimento de quem Jesus é e foi, embora a sua deidade não seja o nosso foco nesta obra. Haverá poucas vezes em que examinaremos alguns aspectos da deidade de Cristo, apenas porque eles precisam ser vistos para que entendamos aspectos de sua humanidade. Minha percepção é que os evangélicos entendem melhor a divindade de Cristo do que a sua humanidade. O meu foco, portanto, será a sua humanidade.⁽¹⁾

Também desejo expressar agradecimentos a algumas pessoas que me ajudaram e me encorajaram na escrita do livro. Allan Fisher, da editora Crossway, sugeriu a ideia do livro e esperou com paciência o seu término. Sou profundamente grato pela excelente equipe da Crossway e considero uma honra publicar um livro com eles. Os membros de minha família — Jodi, Rachel, Bethany e Owen — foram, todos, bastante apoiadores e cooperadores. Como qualquer escritor pode testemunhar, o tempo gasto escrevendo um livro significa tempo não gasto com outras pessoas. Escrever é um exercício solitário, e minha família mostrou esse entendimento e paciência para comigo, pelo que sou agradecido. O Southern Seminary também me deu uma licença em que pude fazer muito neste livro, bem como em vários outros projetos.

E, finalmente, desejo expressar meu amor e apreciação às duas pessoas a quem este livro é dedicado: Wayne e Bonnie Pickens. Bonnie é minha irmã, minha única irmã; e amo e admiro esta mulher piedosa. Ela é uma das mais excelentes esposas de pastor que já vi em atividade, e sou profundamente grato por seu compromisso com Cristo, com sua família e com o ministério que Deus lhe deu ao lado de Wayne. Presentemente, Wayne é o pastor da First Baptist Church, em Lagrande (Oregon). Aprendi a amar Wayne logo que se tornou meu cunhado, porque ele amava a Bíblia, amava teologia e gostava muito de falar e sorrir; e tem amado a minha irmã tão intensamente.

Ele é um excelente pastor, pregador e amante de almas. Eu o considero um de meus amigos mais queridos e mais íntimos.

Jesus Cristo é realmente maravilhoso. Conheço muito bem minhas próprias incapacidades para expressar a profundidade, a largura, a altura e o comprimento de sua grandeza. Entretanto, a minha esperança é que as páginas deste livro mostrem, pelo menos, algumas maneiras e razões por que ele deve ser louvado, agradecido, honrado e obedecido. Minha oração é que o Espírito, que veio para glorificar a Jesus (Jo 16.14), se agrade em ajudar todos nós a conhecê-lo melhor, para que façamos agora o que faremos um dia, no futuro: dobrar os joelhos e confessar com os lábios que Jesus Cristo é Senhor, “para glória de Deus Pai” (Fp 2.11).

(1) Quanto a uma excelente consideração sobre a deidade de Cristo, ver Murray J. Harris, *Jesus as God: The New Testament Use of Theos in Reference to Jesus* (Grand Rapids, MI; Baker, 1992).

capítulo 1

ASSUMINDO A NATUREZA HUMANA

“Tende em vós o mesmo sentimento que houve também em Cristo Jesus, pois ele, subsistindo em forma de Deus, não julgou como usurpação o ser igual a Deus; antes, a si mesmo se esvaziou, assumindo a forma de servo, tornando-se em semelhança de homens; e, reconhecido em figura humana, a si mesmo se humilhou, tornando-se obediente até à morte e morte de cruz.”

FILIPENSES 2.5-8

O Filho eterno do Pai, a segunda pessoa da Trindade, não teve começo e não terá fim, mas o Filho encarnado — o filho de Davi, o filho de Maria, o Messias — teve um começo no tempo e no espaço. Este Filho,⁽¹⁾ Jesus Cristo, foi trazido à existência por meio do poder do Espírito Santo, quando a natureza divina do Filho eterno foi unida miraculosamente com a natureza humana criada, no ventre de Maria. O relato de Lucas sobre este milagre — o grande milagre, como C. S. Lewis o chamou corretamente — é fascinante. Lucas escreve: No sexto mês, foi o anjo Gabriel enviado, da parte de Deus, para uma cidade da Galileia, chamada Nazaré, a uma virgem desposada com certo homem da casa de Davi, cujo nome era José; a virgem chamava-se Maria. E, entrando o anjo aonde ela estava, disse: Alegra-te, muito favorecida! O Senhor é contigo. Ela, porém, ao ouvir esta palavra, perturbou-se muito e pôs-se a pensar no que significaria esta saudação. Mas o anjo lhe disse: Maria, não temas; porque achaste graça diante de Deus. Eis que conceberás e darás à luz um filho, a quem chamarás pelo nome de Jesus. Este será grande e será chamado Filho do Altíssimo; Deus, o Senhor, lhe dará o trono de Davi, seu pai; ele reinará para sempre sobre a casa de Jacó, e o seu reinado não terá fim. Então, disse Maria ao anjo: Como será isto, pois não tenho relação com homem algum? Respondeu-lhe o anjo: Descerá sobre ti o Espírito Santo, e o poder do Altíssimo te envolverá com a sua sombra; por isso, também o ente santo que há de nascer será chamado Filho de Deus (Lc 1.26-35).

A concepção de Jesus na virgem Maria foi singular na história da humanidade. O Espírito Santo realizou a concepção no interior de Maria sem o envolvimento de qualquer pai humano, porém, ainda mais notável, foi a união das naturezas divina e humana em Jesus, de tal modo que o ente gerado seria o filho de Maria (Lc 1.31) e o filho de “Davi, seu pai” (v. 32), enquanto seria também o “Filho do Altíssimo” (v. 32), o “Filho de Deus” (v. 35). Em outras palavras, ele seria plenamente humano (filho de Maria), enquanto seria também plenamente divino (Filho do Altíssimo). Portanto, o milagre que o Espírito Santo realizou foi conceber em Maria o Deus-homem, a pessoa teantrópica, Jesus Cristo, filho de Davi e Filho de Deus.

A Natureza do Kenosis (AutoEsvaziamento) do Filho eterno

Visto que a natureza divina em Jesus era eterna e infinita, enquanto a sua natureza humana era criada e finita, uma das questões que ponderamos é como estas duas naturezas podiam coexistir em uma única pessoa. Jesus podia ser plenamente divino e plenamente humano, ou seja, ao mesmo tempo onipotente, onisciente e onipresente — qualidades da natureza eterna e divina — enquanto tinha um poder humano limitado e finito, que crescia em sabedoria e entendimento, e uma habilidade restrita de estar em apenas um lugar por vez — qualidades da natureza humana, finita? Parece claro que algumas qualidades de sua natureza divina e eterna são incompatíveis com sua verdadeira e genuína natureza humana; por isso, seria impossível para ele viver realmente como um ser humano, se a vida humana fosse, também, uma vida em que ele exibiria qualidades totalmente divinas, como onipotência, onisciência e onipresença. Em outras palavras, Jesus seria verdadeira e genuinamente humano se tivesse, em sua experiência humana, poder, conhecimento, sabedoria e presença espacial ilimitados?

O ponto central da resposta para estas perguntas aparece no modo como Paulo expressa, em Filipenses 2.5-8, o *kenosis*, o autoesvaziamento, do Filho quando ele assumiu a natureza humana.

Nesta passagem, Paulo escreve: Tende em vós o mesmo sentimento que houve também em Cristo Jesus, pois ele, subsistindo em forma de Deus, não julgou como usurpação o ser igual a Deus; antes, a si mesmo se esvaziou, assumindo a forma de servo, tornando-se em semelhança de homens; e, reconhecido em figura humana, a si mesmo se humilhou, tornando-se obediente até à morte e morte de cruz.

Observe algumas características essenciais desta passagem importante.

Em primeiro lugar, Paulo deixa claro que Jesus Cristo, como o Filho eterno do Pai, é plenamente Deus. Ele apresenta duas expressões, cada uma das quais implica a plena deidade de Cristo. Paulo escreve que Cristo existia “em forma de Deus” (v. 6), usando a palavra *morphē*, que se refere à natureza ou substância interior de algo, e não à sua forma exterior e visível. Portanto, embora a palavra portuguesa *forma* transmita a ideia de aparência de algo (por exemplo, a forma, ou o contorno, ou a face de algo), e não a sua realidade interior, a palavra grega *morphē* transmite a ideia oposta, como pode ser visto nas “formas” de Platão — ou seja, aquelas substâncias de realidades últimas, como beleza, verdade, justiça, bondade, etc., que Platão pensava existiam eternamente e não tinham qualquer representação material. Portanto, a palavra grega *morphē* é a substância interior ou a própria natureza de uma coisa, e não a sua aparência ou forma exterior.

O fato de que Paulo tinha em vista este entendimento pode ser observado depois, em seu segundo uso de *morphē*, quando ele diz que Jesus assumiu “a forma [*morphēn*] de servo” (v. 7). Certamente, é claro que Paulo não queria dizer que Jesus assumiu meramente a aparência exterior de um servo, dando a entender talvez que, embora Jesus parecesse um servo, ele não era em seu próprio coração e vida um verdadeiro servo. Paulo diz exatamente o oposto: Jesus assumiu a substância interior e a própria natureza, ou seja, a forma (*morphēn*), do que significava ser um servo; e isso, na mais elevada expressão. Como servo, ele serviu ao máximo, porque foi obediente até à morte e morte de cruz. Portanto, novamente, “forma” (*morphē*, v. 6, e *morphēn*, v. 7) tem de significar a própria

natureza de algo, não apenas a sua aparência exterior. Isso implica que o argumento de Paulo em Filipenses 2.6 é claro: Jesus, sendo a “forma de Deus”, existe em sua própria natureza como Deus, tendo a substância interior divina que somente Deus tem. Ele é plenamente Deus, porque existe na “forma [*morphē*] de Deus”.

Paulo também se refere a Cristo como sendo “igual [*isa*] a Deus” (v. 6), o que, de modo semelhante, deixa claro a sua plena deidade. Nada é igual a Deus, exceto Deus! Como o próprio Deus afirma a respeito de si mesmo por meio do profeta Isaías: “Eu sou Deus, e não há outro, eu sou Deus, e não há outro semelhante a mim” (Is 46.9; cf. Êx 8.10; 15.11; Dt 3.24; 2 Sm 7.22; 1 Rs 8.23; Sl 71.19; Mq 7.18). De fato, não há Deus, senão o Deus vivo e verdadeiro — portanto, Deus é exclusivamente Deus — e não há deus *que seja semelhante* ao Deus vivo e verdadeiro. Deus é incomparavelmente Deus. Com este pano de fundo em mente, a declaração de Paulo de que Cristo é “igual a Deus” é impressionante. Só pode significar uma coisa: pelo fato de que ninguém pode ser igual a Deus, exceto Deus mesmo, Cristo, que possui igualdade com Deus, tem de ser, ele mesmo, plenamente Deus. É claro que, onde achamos frequentemente a deidade de Cristo sendo expressa, ali achamos também declarações inequívocas de que outro, além de Cristo, também é Deus. Visto que ele é igual a Deus, isto significa que há outro que é Deus, em relação a quem Cristo é igual. Por isso, como João diz, o Verbo tanto está “com Deus” como é “Deus” (Jo 1.1); e Hebreus declara que Cristo é “a expressão exata” da natureza de Deus (Hb 1.3). De modo semelhante, nesta passagem de Filipenses 2, Cristo é o outro distinto daquele que é Deus (entendido como o Pai, sem dúvida), enquanto é, também, igual a este outro que é Deus, sendo, por isso mesmo, ele próprio plenamente Deus.

Em segundo, quando Paulo escreve que Cristo “não julgou como usurpação o ser igual a Deus” (Fp 2.6), não está dizendo que Cristo desistiu da igualdade com Deus ou que ele cessou de ser plenamente Deus. Visto que Cristo é plenamente Deus, ele não pode cessar de ser Deus. Deus é eterno, autoexistente, imortal e imutável. Portanto, ele não pode cessar de existir como Deus; como também não pode deixar de ser plenamente Deus. Sem dúvida, o que Paulo

pretende dizer é isto: Cristo, sendo plenamente Deus, possuindo a própria natureza de Deus e sendo plenamente igual a Deus, em todos os aspectos, não insistiu em se prender a todos os privilégios e benefícios de sua posição de igualdade com Deus (o Pai) e, por meio disso, recusou-se a aceitar sua vinda como homem. Ele não se agarrou ou se apegou ao seu lugar de igualdade com o Pai e a tudo que isto lhe proporcionava, de uma maneira tal que se recusou à condescendência e à humilhação do papel de servo que estava sendo chamado a aceitar. Exploraremos em seguida como ele pôde aceitar sua chamada para se tornar um homem, enquanto era (e permanecia!) plenamente Deus. Agora, porém, é crucial entendermos que o não apegar-se de Cristo à sua igualdade com Deus não pode ser entendido como se significasse que Cristo desistiu de ser Deus ou que ele se tornou, de algum modo, menos do que plenamente Deus, quando assumiu uma natureza plenamente humana. Não, pelo contrário, ele não se agarrou nem se prendeu à posição, aos direitos e às prerrogativas privilegiados que sua igualdade com Deus Pai, lhe proporcionavam, a fim de cumprir sua chamada para tornar-se plenamente homem, que seria, de modo admirável, servo de todos.

Em terceiro, como aquele que é plenamente Deus, Jesus Cristo “a si mesmo se esvaziou, assumindo a forma de servo” (v. 7). A palavra que aqui é traduzida por “a si mesmo se esvaziou”, *eken ō sen* (terceiro aoristo indicativo de *kenōō*), significa, literalmente, apenas isto: Cristo “a si mesmo se esvaziou” ou “derramou-se a si mesmo”. Observe que Paulo não está dizendo que Cristo esvaziou algo *de* si mesmo ou derramou algo *de* si mesmo, como se, em fazer isso, tenha-se tornado menos plenamente Deus do que era antes (o que, conforme vimos, é impossível). Pelo contrário, ele esvaziou-se *a si mesmo*; ele derramou-se *a si mesmo*. Ou seja, *tudo que Cristo é* como Deus eterno, *tudo que ele é* como aquele que existe na forma de Deus e é igual a Deus — é derramado. Cristo, então, como Deus permanece plenamente Deus. Ele não perde nada de sua natureza divina, e nenhuma de suas qualidades divinas é removida dele, quando ele se derrama. Não, Cristo permanece, em sua natureza divina, plenamente quem e o que ele é em sua existência como a

eterna segunda pessoa da Trindade. Por toda a eternidade, ele é plenamente Deus e, na encarnação, derrama plenamente o que é como Deus, permanecendo plenamente Deus quando faz isso.

A pergunta, então, se torna apenas o que isto significa — que Cristo, aquele que existe na forma de Deus (*morphē*) e é igual (*isa*) a Deus a si mesmo se derrama. A resposta é dada, admiravelmente, em três participios (especialmente, o primeiro) que seguem *ekenōsen*. Cristo se esvaziou *assumindo* a forma de servo. Sim, ele se esvazia por assumir; se esvazia por acrescentar. Eis aqui um tipo estranho de matemática que tem em vista uma subtração por adição. O que isto significa?

Em resumo, o que isto tem de significar é o seguinte: Cristo Jesus, existindo e permanecendo plenamente quem ele é como Deus, aceita sua chamada divina para vir ao mundo e cumprir a missão que o Pai lhe designou. Como o Filho eterno de Deus, que é, ele mesmo, a forma (*morphē*, ou seja, a própria natureza) de Deus, ele tem de vir na forma (*morphēn*, ou seja, a própria natureza) de um servo. Isto significa que ele tem de vir como plenamente homem e, como homem, tem de viver e dar sua vida como um de nós. Em fazer isso, Cristo se derrama (tudo que ele é) enquanto assume, em adição à sua plena natureza divina, uma plena natureza humana. De novo, é importante observar que Paulo não diz que Cristo derramou algo “de” si mesmo. Não, de modo algum! Pelo contrário, ele derramou-se a si mesmo. Tudo daquele que é o Filho eterno do Pai, como aquele que é a forma (*morphē*) do Pai, é derramado plenamente. Aqui, então, não há subtração em seu sentido estrito. É uma “subtração” (ou seja, um derramamento, um esvaziamento) por adicionar a natureza humana à sua natureza divina. Ele veio, então, para se tornar o Deus-homem — aquele cuja própria natureza divina assumiu plenamente a existência de uma natureza humana criada. Ele derramou-se a si mesmo por adicionar a si mesmo a natureza de um homem, na verdade, a natureza de um servo *par excellence* que daria sua vida em obediência na cruz, para cumprir a vontade de seu Pai.

Talvez duas ilustrações nos ajudem a entender como Cristo se esvaziou por acrescentar algo mais a si mesmo. Imagine,

primeiramente, que você vai a uma concessionária de automóveis para fazer um *test-drive* de um carro novinho. Enquanto você olha ao redor do salão, um vendedor se aproxima e lhe fala sobre vários modelos em exposição. Seus olhos se fixam num carro especialmente lustroso e brilhante, que reflete intensamente a luz do sol. Você pergunta se pode testar aquele carro bonito e lustroso, e o vendedor concorda. Quando sai para o *test-drive*, você resolve dirigir na periferia, numa área rural, e, ao fazer isso, segue por estradas de terra. Acontece que esta área recebeu chuvas torrenciais em dias recentes, por isso estão cheias de lama. Apesar disso, você dirige o carro novo e brilhante nessas estradas enlameadas, por vários quilômetros, testando as rodas e desfrutando de como o carro se comporta em condições derrapantes. Ao trazer o carro de volta à concessionária, você entra e o coloca bem no fundo do salão de exposição — agora, todo coberto de lama! Quando o vendedor os vê, se aproxima e exclama: “O que você fez com meu carro?” E você responde com calma: “Não tirei nada de seu carro. Apenas acrescentei!” E, de fato, isso está correto. O belíssimo brilho do carro ainda está lá. Seu lustre e beleza não foram removidos. O que aconteceu é que algo mais lhe foi acrescentado, algo que impede que estas qualidades resplandeçam. A beleza do carro não foi destruída, nem mesmo diminuída, mas a sua beleza foi coberta pela lama. Alguém poderia dizer: a glória do carro está tão presente nele como estava antes, mas esta glória não pode ser vista pelo que é por causa da lama que a encobre. Receber a lama, então, acrescentou algo que resulta na glória aparecer menos, enquanto, de fato, é apenas mais que foi acrescentado.

Esta ilustração procura ajudar-nos, por um lado, a entender como Cristo reteve a plena deidade, enquanto assumiu a humanidade, e, por outro lado, a compreender por que a deidade que ele *possuía* plenamente não pôde ser *expressa* em toda a plenitude devido ao fato de que ele assumiu a natureza humana. A natureza humana acrescentada à humanidade de Cristo é como a lama acrescentada ao lustre e brilho daquele carro limpo e polido. Sem a encarnação, não havia nada que “escondia” ou ocultava a plena deidade de Cristo; por isso, ela se manifestava em todo o esplendor.

Mas, quando ele se tornou homem, “cobriu” a si mesmo com uma natureza humana, finita e criada. Portanto, embora Cristo fosse plenamente Deus na encarnação, ele não podia expressar toda a dimensão de suas qualidades ou atributos divinos, porque assumira a natureza humana. A glória da deidade de Cristo estava totalmente intacta e presente, mas a manifestação dessa glória não teve expressão plena, porque ele estava coberto com a natureza humana.

Uma segunda ilustração também pode nos ajudar. Imagine, agora, um reino enorme e glorioso que é governado por um rei forte e muito rico. Esse rei desfruta de todos os privilégios que sejamos capazes de imaginar e possui o melhor de tudo que o dinheiro pode comprar. Ele come todos os dias as melhores refeições, veste as roupas mais luxuosas e elegantes, é cuidado pelos mais bem instruídos e habilidosos médicos da terra, é protegido por uma força indestrutível de soldados reais. No entanto, um dia, quando o rei foi levado numa pequena viagem a outra parte da cidade real, passou por uma área que nunca tinha visto. Nas ruas, viu diante de si vários mendigos, e não pôde tirar esses homens de sua mente. Ao voltar para o palácio, pensou consigo mesmo: “Como será viver como um mendigo?” E não pôde esquecer esta pergunta. Por isso, determinado a descobrir o que significava aquele tipo de vida, decidiu mudar-se do palácio real para algumas das ruas pobres de sua cidade. E, em vez de usar as vestes finas do seu guarda-roupa, colocou roupas esfarrapadas e malcheirosas de mendigo. Em tudo que pôde, ele assimilou a vida cotidiana e as limitações de um mendigo. Agora, tendo assumido as restrições de uma vida de mendigo, quando o rei sentia fome, embora pudesse pedir que os cozinheiros reais lhe trouxessem uma refeição especial, em vez disso, para viver como mendigo, aprendeu o que significava passar fome e pedir comida. E, quando o rei ficou doente de alguma enfermidade que o cercava, embora pudesse chamar um médico experiente para tratá-lo, em vez disso, para viver como mendigo, aceitou ficar doente, contando com pouca ou nenhuma ajuda para sua doença. E, quando foi insultado e maltratado por pessoas más, embora pudesse chamar a guarda real para defendê-lo e fazer justiça contra aquela

crueldade, em vez disso, para viver como mendigo, ele aceitou sem retaliação os maus tratos e os insultos que lhe foram impingidos.

Portanto, embora todas as qualidades de realeza fossem plenamente *retidas* por este rei que se tornou mendigo, a *expressão* ou *manifestação* de muitos dos direitos e privilégios que ele tinha como rei não pôde ser exercida, visto que ele escolhera viver como mendigo. Ou, de novo, embora o rei *possuísse* todas as qualidades que lhe pertenciam como rei, ao assumir a vida de mendigo, muitas das qualidades “reais” não puderam ser *expressadas* enquanto, ao mesmo tempo, ele levava plenamente e com autenticidade a vida de um mendigo.

O fato crucial é este: o rei não pode viver de acordo com todos os direitos e privilégios que possui como rei, *enquanto vive*, também, genuína e autenticamente, como um mendigo. Alguém que escolhe viver como mendigo tem de, por necessidade, aceitar a restrição e limitação da *expressão* de qualidades, direitos e prerrogativas que possui como rei. Embora seja rei e, por isso mesmo, continue a possuir tudo que lhe pertence como rei, agora ele é também um mendigo e, por essa razão, tem de aceitar o fato de que muitos de seus direitos e prerrogativas não podem mais ser utilizados ou expressados. Embora exista plenamente como rei e possua em plenitude todas as qualidades que são suas como rei, agora ele se entregou totalmente à obra de assumir uma vida de mendigo. E, ao fazer isso, as limitações de expressão real são necessárias. Uma vida integral como mendigo exige estas restrições. Como na ilustração anterior, a do carro coberto de lama, esta ilustração do rei que se tornou mendigo procura, por um lado, retratar como Cristo reteve a deidade plena, ao assumir a humanidade, mas, por outro lado, procura mostrar por que foi necessário que a deidade de Cristo, *possuída* plenamente, não pôde ser *expressada* plenamente, devido ao fato de que ele assumiu a natureza humana.

Certamente, a operação das duas naturezas em Jesus está além de nossa compreensão. Não entendemos isto, como não entendemos a doutrina da Trindade, segundo a qual não temos na vida ou na experiência humana nenhuma correspondência exata para Deus, que é um em essência e três em pessoas. Somos incapazes de entender

completamente como uma pessoa podia ter duas naturezas plenas e integrais, especialmente quando uma dessas naturezas é não criada, infinita e totalmente divina, enquanto a outra natureza é criada, finita e plenamente humana. Como Cristo pôde viver plenamente como homem, enquanto era plenamente Deus, isso sempre foi e sempre será um mistério. Mas sabemos isto: o Filho eterno do Pai, que existia na forma (*morphē*) de Deus e era igual (*isa*) a Deus, assumiu a forma (*morphēn*) de nossa natureza humana e nossa total servidão humana. Como homem, ele aceitou as limitações finitas quanto à plena expressão de suas qualidades divinas infinitas, embora também possuísse essas qualidades divinas em sua plenitude infinita. Ainda que estas verdades estejam além de nosso entendimento, o que podemos ver, em pequena medida, produz em nós temor e admiração, por causa da grandeza do *kenosis* que o Filho eterno experimentou, quando se tornou plenamente homem. Como Paulo descreve o autoesvaziamento de Cristo em outra passagem, “Sendo rico, [ele] se fez pobre por amor de vós, para que, pela sua pobreza, vos tornásseis ricos” (2 Co 8.9).

A Obediência do Filho Eterno como Homem

Outro elemento em Filipenses 2.5-8 exige nossa atenção. Depois de explicar o próprio *kenosis*, Paulo escreve: “Reconhecido em figura humana, a si mesmo se humilhou, tornando-se obediente até à morte e morte de cruz” (vv. 7-8). Vemos aqui a razão ou propósito crucial do autoesvaziamento do Filho eterno. Ele se tornou também plenamente homem para que pudesse obedecer ao Pai indo até à cruz, dando a sua vida em favor de outros. Ou seja, enquanto ele ensinava muito durante seu ministério terreno, enquanto realizava muitas boas obras e obedecia ao Pai, com obediência irrepreensível, em todos os dias de sua vida, o propósito supremo da vinda do Filho era obedecer ao Pai até à morte e morte de cruz. Como o próprio Jesus disse: “O Filho do Homem... não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida em resgate por muitos” (Mt 20.28).

O ensino que Paulo apresenta aqui está relacionado com o *tipo* e a *extensão* da obediência que o Filho do Pai teve de prestar para

cumprir sua missão. Observe que Paulo não diz apenas que Cristo, agora em forma humana, “a si mesmo se humilhou, tornando-se obediente” (vírgula) — como se agora, pela primeira vez, na experiência do Filho, ele tenha demonstrado obediência ao Pai. Certamente, não é isso Paulo está dizendo, visto que tudo que o Filho fez antes da encarnação foi uma consequência da vontade e da obra do Pai que ele devia fazer. A criação, por exemplo, foi uma obra do Pai, realizada pela agência do Filho. Não podemos, de maneira nenhuma, entender o ensino bíblico sobre a criação, em passagens como 1 Coríntios 8.6 e Hebreus 1.1-2, sem recorrermos à noção da submissão do Filho à vontade e ao desígnio do Pai. É claro que a Bíblia não indica que a criação foi uma obra planejada conjuntamente, em que o Pai e o Filho participaram de maneiras estritamente iguais. Não, pelo contrário, o Pai criou por meio do Filho; e isso dá prioridade ao Pai no ato de criação e vê o Filho como subordinado, em função, ao desígnio e à vontade do Pai.

De modo semelhante, o ato de o Pai enviar o Filho ao mundo indica que o Filho não somente obedeceu ao Pai depois de tornar-se encarnado, mas obedeceu ao Pai *em vir* para se encarnar. As palavras de Jesus registradas em João 6.38 são instrutivas: “Porque eu desci do céu, não para fazer a minha própria vontade, e sim a vontade daquele que me enviou”. O fato de que Jesus distinguiu a sua “própria vontade” da “vontade daquele” que o enviou é uma evidência incontestável de que o Filho seguiu a vontade do Pai em sua vinda. O que é isto, senão obediência à vontade e ao plano que o Pai havia estabelecido para o Filho? Toda a linguagem concernente ao envio do Filho, no evangelho de João, confirma isso. Se o Filho veio tanto de sua própria vontade e plano como da vontade e plano do Pai, o que significa dizer que o Pai enviou o Filho ao mundo? Por exemplo, João 3.17 diz: “Porquanto Deus enviou o seu Filho ao mundo, não para que julgasse o mundo, mas para que o mundo fosse salvo por ele”. Não é claro desta afirmação de Jesus (e de outras semelhantes) que (1) o Pai quis enviar o Filho e (2) o Pai planejou e propôs o que o Filho faria — e não faria — quando viesse? Em resumo, o Filho eterno se submeteu e obedeceu ao Pai antes mesmo de tornar-se homem. Por isso, quando Paulo diz que

Cristo “a si mesmo se humilhou, tornando-se obediente”, não devemos parar aqui (pois o versículo não para aqui), mas devemos continuar lendo.⁽²⁾

O que o Filho sofreu? Ele “a si mesmo se humilhou, tornando-se obediente *até à morte e morte de cruz*” (Fp 2.8). Não é a obediência, em si mesma, que Paulo está enfatizando, embora a obediência seja central em todo o ensino. A ênfase está no *tipo de obediência* que Cristo prestou e na *extensão* à qual ele foi chamado a seguir em obediência ao Pai. Que *tipo* de obediência é esta? É obediência até à morte, ou seja, é obediência que aceita sofrimento, rejeição, ridículo e agonia. Certamente, na eternidade passada, o Filho nunca teve de adotar esse tipo de obediência em sua relação com o Pai. Embora tenha obedecido ao Pai anteriormente, quando realizou a vontade do Pai como agente da criação ou em vir à terra para tornar-se humano, nunca antes sua obediência foi prestada em um contexto de rejeição e sofrimento. O tipo de obediência que ele prestou durante sua vinda era novo. Ele se humilhou a si mesmo para aceitar um tipo de obediência que não conhecera antes. E a *extensão* de sua obediência é afirmada nas palavras seguintes de Paulo, “até à morte e morte de cruz”. Até à cruz, até à morte infligida na cruz — esta foi a extensão da obediência que o Pai exigiu seu Filho aceitasse. E Cristo fez isso conhecendo plenamente o custo para sua própria vida e bem-estar. Que servo ele foi realmente!

Embora o Filho eterno, como Deus Filho, tenha obedecido o Pai e cumprido o que o Pai desejava que o Filho fizesse antes da encarnação, foi somente o Deus-homem, o homem Jesus, que obedeceu desta maneira. Obedecer até ao ponto de morrer exige a capacidade de morrer; por isso, Jesus tinha de ser humano. Ser colocado numa cruz exigia que ele estivesse num corpo humano, e, de novo, esta obediência exigia que ele fosse plenamente humano. Não é este é o ensino que Paulo está formulando — este Filho eterno, que existia em substância de Deus e era totalmente igual a Deus, assumiu a nossa natureza humana precisamente para que experimentasse o sofrimento, a aflição, a rejeição, a crucificação e a morte que experimentou, tudo isso porque o Pai o enviara para cumprir sua missão salvadora? Que grande Salvador é nosso Senhor

Jesus Cristo! Quão admirável foi sua obediência e quão grande foi o seu amor! Que apreciemos cada dia a beleza e a agonia deste Filho eterno, que se tornou o Filho encarnado — e fez isso com o propósito de sofrer a morte para a nossa salvação.

Aplicação

1) A aplicação mais importante destas reflexões tem a ver com a resposta de nosso coração à pessoa de Jesus. Antes de falarmos sobre “viver como ele”, devemos compreender o que significa para ele fazer o que fez ao vir ao mundo, assumindo a natureza humana e sofrendo uma morte agonizante, na cruz, para pagar os nossos pecados. Sem compreendermos a profundidade do propósito da encarnação, como Paulo a descreve nesta passagem de Filipenses 2.5-9, trivializaremos inevitavelmente o que significa “fazer o que Jesus faria” ou “viver como Jesus”. Quão trivial, se não vemos as alturas das quais ele veio e as profundezas às quais desceu, ao vir como o Servo sofredor que levaria o nosso pecado! Minimizaremos a magnitude do que Jesus fez, se deixarmos de perceber o tipo de obediência que ele prestou e a extensão a que se dispôs a ir para garantir o cumprimento da vontade de seu Pai. O antídoto para essa minimização e trivialização se acha em meditação profunda e demorada na magnitude da obediência humilde e no sofrimento agonizante de nosso Senhor. Tomemos a bandeira de “viver como Jesus” somente quando, primeiramente, tivermos chegado ao entendimento de algo mais profundo e amplo a respeito de como era essa vida. Que nossa mente receba maior compreensão, para que nosso coração seja cheio de afeições mais profundas. Somente então nos moveremos na direção que precisamos seguir para render-nos a esta servidão, esta obediência, que ultrapassa todas as outras, em todo o tempo.

2) No entanto, tendo o coração e a mente impactados pelo que Cristo fez, devemos também reconhecer que o imperativo inicial de Paulo nos chama à ação. Nunca devemos esquecer que este

admirável retrato da humilhação de Cristo é dado para ilustrar o que ele manda os crentes fazerem. Como Paulo diz: “Tende em vós o mesmo sentimento que houve também em Cristo Jesus” (Fp 2.5). Ser como Jesus, diz Paulo, é dar-se a si mesmo em serviço humilde aos outros. Nenhum de nós poderia servir de maneiras exatamente iguais às de Cristo ou na extensão a que ele foi quando prestou seu serviço de obediência. Mas todos somos chamados a olhar para esse exemplo a fim de conhecermos maneiras pelas quais podemos, pela graça de Deus, modelar nossa vida de acordo com ele. Isto não é justiça de obras; pelo contrário, isto é a justiça em desenvolvimento. Parte do que significa ser um seguidor de Cristo é imitar sua vida em conduzirmos nossa própria vida. Que Deus nos dê visão, graça e força não somente para crescermos em melhor conhecimento da grandeza deste serviço realizado por nós, mas também para buscarmos demonstrar, nós mesmos, maior serviço para com os outros, para a glória de nosso gracioso Senhor, que tem coração de servo.

***Perguntas para Discussão** 1) Jesus não renunciou sua deidade ou aspectos de sua deidade ao se tornar plenamente humano. Ele era (e continua sendo!) tanto plenamente Deus como plenamente homem. Visto que Jesus continuou sendo plenamente Deus quando se tornou plenamente homem, quais são algumas coisas que ele disse e às vezes fez, durante seu ministério terreno, que indicam que ele era/é plenamente Deus?*

2) De maneira admirável, o Pai enviou seu Filho para assumir nossa natureza humana a fim de realizar algumas coisas que não poderiam ser feitas se ele não se tornasse plenamente humano. Quais são alguns aspectos da vida e da obra de Jesus que eram centrais em sua missão e que só puderam ser realizados porque ele era, de fato, plenamente humano?

3) O Filho eterno do Pai deixou as alturas mais elevadas que podemos imaginar (“igualdade com Deus”) e desceu às profundezas mais baixas possíveis (“até à morte numa cruz”) para realizar a nossa salvação. Gaste alguns minutos meditando sobre e discutindo o que deve ter sido verdade a respeito da vida e experiência do Filho com o Pai e com o Espírito antes da encarnação. Depois, considere alguns dos elementos da vida e experiência do Filho ao assumir a posição mais baixa possível em obediência ao Pai e motivado por amor a pecadores.

4) Lembre, por um momento, a extensão e a completude da obediência de Cristo. Ele nunca desobedeceu! E sua obediência foi prestada em circunstâncias severamente difíceis, a um custo muito maior do que qualquer obediência já prestada por qualquer ser humano em toda a história da humanidade. Como isto nos ajuda a entender a obediência que Deus nos chama a prestar? Quais são algumas maneiras em que Deus o chama, às vezes, a obedecer com grande custo? Como o refletir sobre a extensão e a seriedade da obediência de Cristo nos ajuda quando consideramos maneiras em que somos, também, chamados a obedecer?

5) Quando você ouve o imperativo inicial de Filipenses 2.5: “Tende em vós o mesmo sentimento que houve também em Cristo Jesus”, quais são algumas das coisas que o Espírito de Deus mostra que você tem de fazer para obedecer a este mandamento? Em outras palavras, como você pode humilhar-se e servir de maneiras que refletem apenas uma pequena parte do que Cristo demonstrou em seu amor por nós?

(1) Nas Escrituras, a designação “Filho” é usada a respeito da segunda pessoa da Trindade em três sentidos distintos, mas relacionados. (1) A Palavra eterna (Jo 1.1) é referida frequentemente como “Filho”; e neste sentido ele é o *Filho eterno* do Pai eterno (e. g., Jo 3.16-17; Gl 4.4; Hb 1.1-2; 1 Jo 4.9-10). (2) Jesus Cristo, o filho de Davi e filho de Maria, que é o

Deus-homem encarnado, é referido com o “Filho” de Deus; e neste sentido ele é o *histórico e encarnado Filho* do Pai, concebido pelo Espírito Santo e nascido de Maria (e. g., Lc 1.31-35; Jo 1.33-34, 49; Gl 2.20). (3) O Messias crucificado, assunto ao céu e exaltado, que reina, é também referido, de maneira distinta, como o “Filho” de Deus; e neste sentido ele é o *ressurreto e triunfante Filho* do Pai (e. g., At 13.32-33; Rm 1.3-4; 1 Co 15.27-28; Hb 4.14).

(2) Este é exatamente o erro que Millard Erickson comete ao usar este texto para apoiar a noção de que a obediência do Filho ao Pai começou e operou somente durante a encarnação. Ele sugere que Filipenses 2.8 deve ser lido como que dizendo: “Jesus abandonou realmente igual autoridade com o Pai e assumiu para com o Pai uma obediência que não existia antes”. Ver Millard J. Erickson, *Who’s Tampering with the Trinity? An Assessment of the Subordination Debate* (Grand Rapids, MI: Kregel, 2009), 120. Como vimos, não foi essencialmente o tornar-se obediente que Paulo disse que Cristo experimentou; mas o tipo e a extensão de obediência que Cristo aceitou na encarnação foi tal que ele se tornou obediente até à morte e morte de cruz.

capítulo 2

CAPACITADO PELO ESPÍRITO

Deus ungiu a Jesus de Nazaré com o Espírito Santo e com poder, o qual andou por toda parte, fazendo o bem e curando a todos os oprimidos do diabo, porque Deus era com ele.

ATOS 10.38

Como Jesus viveu sua vida de obediência, resistindo à tentação e fazendo toda a vontade do seu Pai? Para muitos evangélicos, que têm ensinado (corretamente) que Jesus é plenamente Deus, a resposta instintiva seria algo assim: visto que Jesus era plenamente divino e tinha todo o poder disponível como Deus, ele foi capaz de fazer tudo que o Pai lhe exigiu e de obedecer ao Pai impelido pelos recursos de sua natureza divina intrínseca. Em resumo, Jesus demonstrou obediência perfeita porque ele era perfeitamente Deus. Embora seja gloriosamente verdadeiro que Jesus demonstrou obediência perfeita, os nossos instintos evangélicos estão certos nesta questão? A resposta correta para a pergunta “Como Jesus viveu uma vida de obediência perfeita?” é que ele viveu impelido pelo poder de sua natureza divina, como alguém que era perfeitamente Deus?

Outra pergunta se impõe sobre nós quando consideramos esta linha de pensamento? Se Jesus foi perfeitamente obediente porque era perfeitamente Deus, então, como podemos nós, seus seguidores, ser chamados a viver como ele, a “seguir os seus passos” (1 Pe 2.21), como Pedro nos exorta a fazer? Se ele viveu sua vida impelido por sua natureza divina intrínseca, como Deus, e nós não temos esta natureza divina e não somos Deus, é legítimo os escritores bíblicos nos encorajarem — de fato, nos ordenarem — a viver como Jesus viveu? Como pode ser correto que eles nos exortem a que tenhamos o mesmo sentimento que houve em Cristo Jesus (Fp 2.5), se não temos a mesma natureza divina que Jesus teve, para fazermos o que

ele fez — *se*, de fato, foi assim que ele fez tudo que o Pai o enviou a fazer?

Então, esta intuição evangélica está correta em dizer que Jesus viveu sua vida de obediência e fez a vontade de seu Pai impelido pelos recursos de sua natureza divina intrínseca, como Deus? Ou esta intuição pressupõe que Jesus viveu sua vida de obediência impelido por sua natureza divina e não considera suficientemente a humanidade de Cristo e o papel que sua plena humanidade desempenhava no modo como ele vivia? Afinal de contas, embora Jesus fosse (e seja) plenamente Deus, desde o momento de sua concepção na virgem Maria, ele também era (e é) plenamente humano. O fato de que Jesus é o Deus-homem tem de ser considerado com cuidado quando abordamos questões como o que Jesus poderia ou não poderia ter feito e como ele foi capaz de realizar atividades específicas e ter experiências específicas. É possível que a humanidade de Jesus esteja mais ligada à maneira como ele viveu do que muitos de nós costumamos pensar?

Isto levanta outra pergunta importante: que dimensões da vida, ministério, missão e obra de Jesus podem ser explicadas e entendidas de modo correto somente quando vistos pelas lentes da sua humanidade? Em outras palavras, embora Cristo fosse plenamente Deus e plenamente homem, qual é a melhor maneira de explicarmos o modo como ele viveu e cumpriu sua chamada — por vê-lo fazer isso como Deus, ou como homem, ou como Deus-homem? Eu proporia que a resposta mais responsável bíblica e teologicamente é a última, como Deus-homem, mas a ênfase tem de ser colocada na humanidade de Cristo como a realidade primária que ele expressou em sua vida, obra e ministério cotidianos.

Em muito da teologia evangélica, tanto popular como erudita, a atitude instintiva é enfatizar a deidade de Cristo, mas, no que diz respeito à obediência e ao ministério cotidianos de Jesus, o Novo Testamento coloca maior ênfase, eu creio, em sua humanidade. Ele veio como o segundo Adão, o descendente de Abraão, o filho de Davi, e viveu como um de nós. Outra vez, ele era plena e inequivocamente Deus, e, em minha opinião, algumas das suas obras mostraram a sua deidade — por exemplo, o perdoar pecados

(Mc 2.1-12), a transfiguração (Mt 17.1-13; Mc 9.2-13; Lc 9.28-36), o seu ressuscitar a Lázaro dentre os mortos (Jo 11.1-16), como aquele que afirmou: “Eu sou a ressurreição e a vida”, e, mais importante ainda, a eficácia de sua expiação cujo pagamento por nosso pecado, como Deus, teve valor infinito. Estes e outros exemplos mostram que Jesus viveu entre nós como aquele que era plenamente Deus. Contudo, embora ele fosse plenamente Deus, e embora isto seja crucial para o entendimento correto de sua identidade plena, de sua vida e do cumprimento de sua obra expiatória, a realidade predominante que ele experimentou cada dia, bem como o meio predominante pelo qual ele cumpriu sua chamada, foi a sua genuína e plena humanidade. Paulo expressa a importância da humanidade de Cristo nesta sua afirmação: “Há um só Deus e um só Mediador entre Deus e os homens, Cristo Jesus, homem” (1 Tm 2.5).

Neste capítulo, quero dar apoio a esta afirmação por apelar a uma surpreendente verdade bíblica sobre Jesus, o Messias: ele veio a este mundo, viveu sem pecado e cumpriu a sua chamada divina como o tão esperado Messias ungido com o Espírito. Ou seja, embora ele fosse plenamente Deus e possuísse a plenitude de sua infinitamente rica e abundante natureza divina, durante toda a sua vida na terra, como o faz agora em sua vida à direita de seu Pai, o Espírito estava na vida dele. Em outras palavras, ainda que Cristo veio como aquele que era tanto plenamente Deus como plenamente homem, ele também viveu como alguém habitado e capacitado pelo Espírito de Deus. Aqui, desejo sugerir que entender a Jesus como o Messias ungido com o Espírito exige que também vejamos sua humanidade como proeminente na vida que ele viveu. Sem a sua humanidade plena e integral, não podemos explicar esta característica central e essencial que Jesus manifestou, ou seja, ele viveu sua vida, obedeceu ao Pai, resistiu à tentação e cumpriu totalmente a sua chamada no poder do Espírito que estava nele.

Jesus, o Messias Ungido com o Espírito

Uma das evidências mais claras e mais fortes de que Jesus viveu e cumpriu sua missão fundamentalmente por meio de sua

humanidade é que ele veio como o Messias ungido com o Espírito. Ou seja, Jesus foi capacitado pelo Espírito para realizar a obra que viera fazer. Como Gerald Hawthorne afirma em seu estudo *The Presence and the Power: The Significance of the Holy Spirit in the Life and Ministry of Jesus* (A Presença e o Poder: A Importância do Espírito na Vida e no Ministério de Jesus), a presença e a obra do Espírito Santo na vida de Jesus é uma das evidências bíblicas mais significativas “da genuinidade de sua humanidade, porque a importância do Espírito na vida de Jesus está precisamente nisto: o Espírito Santo era o poder divino pelo qual Jesus venceu suas limitações humanas, elevou-se acima da sua fraqueza humana e triunfou sobre a sua mortalidade humana”.⁽¹⁾

Ora, alguém pode perguntar: por que Jesus precisava que o Espírito de Deus habitasse e capacitasse a sua vida? Afinal de contas, ele era plenamente Deus, e, sendo assim, nada lhe podia ser acrescentado, porque, como Deus, ele já possuía, infinita e eternamente, toda qualidade ou perfeição que existe. Mas, apesar disso, Jesus foi habitado pelo Espírito Santo e ministrou no poder do Espírito. Então, perguntamos: o que o Espírito de Deus poderia contribuir para a deidade de Cristo? E a resposta que devemos dar é esta: nada! Como Deus, ele possui infinitamente toda qualidade, e nada lhe pode ser acrescentado. Então, fazemos esta pergunta no lugar daquela: o que o Espírito de Deus poderia contribuir para a *humanidade* de Cristo? A resposta é: todo o poder e capacitação sobrenatural que ele, em sua natureza humana, não tinha. A única maneira de dar sentido ao fato de que veio no poder do Espírito é entender que ele viveu sua vida fundamentalmente como um homem e, como tal, dependia do poder do Espírito para prover-lhe poder, graça, conhecimento, sabedoria, direção e capacitação de que necessitava, momento após momento, dia após dia, para cumprir a missão que o Pai o enviara a realizar.

Considere comigo apenas alguns textos que estabelecem e apoiam esta maneira de entendermos a Jesus: Do tronco de Jessé sairá um rebento, e das suas raízes, um renovo. Repousará sobre ele o Espírito do SENHOR, o Espírito de sabedoria e de entendimento, o Espírito de conselho e de fortaleza, o Espírito de conhecimento e de

temor do SENHOR. Deleitar-se-á no temor do SENHOR; não julgará segundo a vista dos seus olhos, nem repreenderá segundo o ouvir dos seus ouvidos (Is 11.1-3).

O ensino e as implicações deste texto são imensos. Faça a si mesmo estas perguntas: em suas interações com os fariseus, ou com as multidões, ou com a mulher samaritana, ou com Nicodemos, ou com Pedro, ou com os sumos sacerdotes, Jesus exibiu sabedoria e entendimento extraordinários? Seu conselho e percepção foram marcados por discernimento? Ele temia o Senhor e, por isso, de coração obedecia a seu Pai em cada passo que dava? Sim, Jesus foi realmente tudo isso. Agora, faça a si mesmo esta pergunta: como Isaías 11.2 nos encoraja a explicar estas características que marcaram toda a vida e o ministério de Jesus? A resposta é que o Espírito habitava nele e lhe dava sabedoria, entendimento, conhecimento, discernimento, força e resolução para temer a Deus, seu Pai. Em outras palavras, estas qualidades não se expressavam diretamente ou fundamentalmente de sua natureza divina, embora ele fosse realmente divino! Em vez disso, assim como o “fruto do Espírito”, referido em Gálatas 5.22-23, é a evidência exterior da obra interior do Espírito em um crente, assim também estas qualidades de Jesus são atribuídas ao Espírito e explicadas como obra do Espírito, que habitou em Jesus e o capacitou a ter sabedoria, entendimento e a resolução de obedecer que ele demonstrou.

Considere agora outro relato, no evangelho de Lucas. Depois de narrar que Jesus foi tentado pelo Diabo, Lucas nos diz que ele, “no poder do Espírito, regressou para a Galileia” (Lc 4.14) e, num sábado, entrou na sinagoga de Nazaré, sua cidade natal. Lucas escreve: *Então, lhe deram o livro do profeta Isaías, e, abrindo o livro, achou o lugar onde estava escrito:*

O Espírito do Senhor está sobre mim, pelo que me ungiu para evangelizar os pobres; enviou-me para proclamar libertação aos cativos e restauração da vista aos cegos, para pôr em liberdade os oprimidos, e apregoar o ano aceitável do Senhor.

Tendo fechado o livro, devolveu-o ao assistente e sentou-se; e todos na sinagoga tinham os olhos fitos nele. Então, passou Jesus a dizer-lhes: Hoje, se cumpriu a Escritura que acabais de ouvir (vv. 17-21).

O fato de que Jesus abriu o livro, “achou o lugar onde estava escrito” e, depois, citou Isaías 61 indica que ele escolheu este texto! Pense nisto: ele poderia ter aberto em Isaías 53, mas, em vez disso, abriu em Isaías 61. Obviamente, isto indica algo sobre a importância da identidade de Jesus como o Messias ungido com o Espírito.

Embora a profecia de Isaías 11 a respeito do Messias ungido com o Espírito focalize as qualidades de caráter, sabedoria e conhecimento de Jesus, a profecia de Isaías 61 focaliza mais diretamente o papel do Messias como profeta. O Espírito estará sobre ele para “evangelizar” e “proclamar” libertação aos cativos. Portanto, quando colocamos estes dois textos de Isaías juntos, compreendemos que o papel do Espírito no Messias vindouro será o de capacitar sua vida e caráter interior e encher sua mente com conhecimento e sabedoria, mas também dar-lhe poder para o ministério que realizará exteriormente, enquanto proclama a mensagem que Deus lhe confiou a pregar. Mas o caráter interior e a conduta exterior estão vinculados à obra de capacitação que o Espírito realizará neste Ungido vindouro de Deus.

Outro texto importante é Mateus 12.28. Jesus expelira um demônio de um homem que era cego e mudo e o curara, mas os fariseus disseram que ele havia feito isso pelo “poder de Belzebu, maioral dos demônios” (Mt 12.24). Jesus deu três repreensões severas, a última das quais foi esta: “Se, porém, eu expulso demônios pelo Espírito de Deus, certamente é chegado o reino de Deus sobre vós” (Mt 12.28). Evidentemente, o principal ensino que Jesus estava dando era que, como o Ungido com o Espírito profetizado repetidas vezes nas Escrituras do Antigo Testamento, ele viera como o Messias que estava introduzindo o reino. Mas também não ignore a outra lição óbvia deste texto. Jesus não afirmou que realizara o milagre pelo seu divino poder e autoridade como Deus. Em vez disso, ele atribuiu o poder usado nessa cura e exorcismo miraculosos ao Espírito que agia nele e por meio dele. Na verdade, ele realizou estas obras como o Messias ungido com o Espírito.⁽²⁾

Considere agora Atos 10.38, que confirma o que temos visto e provê ainda mais razão para entendermos a vida e o ministério de Jesus realizado por um homem no poder do Espírito. Em Atos 10,

Pedro fora levado a Cesareia para pregar para Cornélio e outros gentios que estavam com ele a mensagem de salvação pela fé na obra expiatória de Jesus crucificado e ressuscitado. Em um momento de seu sermão, Pedro resumiu toda a vida de Jesus, suas ações morais e seu poder sobrenatural, nestas palavras admiráveis e instrutivas: “Deus ungiu a Jesus de Nazaré com o Espírito Santo e com poder, o qual andou por toda parte, fazendo o bem e curando a todos os oprimidos do diabo, porque Deus era com ele” (At 10.38).

Ora, é claro que Pedro entendia que Jesus era plenamente Deus. Afinal de contas, com os outros discípulos, ele havia adorado a Jesus como o próprio Filho de Deus, quando Jesus viera até eles andando sobre as águas, salvando-o de afogar-se, quando ele tentou andar sobre as águas para ir até Jesus (Mt 14.22-33). A Pedro foi dada, por Deus, a revelação de que Jesus era o Cristo, o Filho do Deus vivo (Mt 16.16). E Pedro estava presente com Tomé e outros discípulos quando Jesus apareceu no cenáculo, e o relutante Tomé, ao ver as mãos e o lado ferido de Jesus, disse-lhe: “Senhor meu e Deus meu!” (Jo 20.26-29). Depois, Pedro esteve, certamente, entre o grupo de discípulos que viram o Cristo ressuscitado e o adoraram (Mt 28.17). Além disso, Pedro conclui sua segunda carta atribuindo glória tanto agora como por toda a eternidade ao Senhor e Salvador Jesus Cristo — uma atribuição apropriada somente àquele que é, ele mesmo, plenamente Deus (2 Pe 3.18). Sem dúvida, Pedro sabia que Jesus era genuína e plenamente Deus — e isso é o que torna extraordinária a sua afirmação em Atos 10.38.

Em seu sermão dirigido a Cornélio, quando Pedro recordou a vida e o ministério de Jesus e como Jesus viveu e fez a vontade do Pai que o enviara, ele não se referiu essencialmente à divindade de Cristo, mas à sua humanidade, cheia do Espírito. Ele comentou para Cornélio sobre duas áreas da vida e do ministério de Jesus: (1) Jesus andou por toda parte “fazendo o bem” — uma referência à obediência e a retidão moral de Jesus durante toda a sua vida; (2) Jesus andou por toda parte “curando a todos os oprimidos do diabo” — uma referência às obras miraculosas de Jesus, nas curas e outros sinais e maravilhas, opondo-se ao poder do Diabo e de doenças e enfermidades. Portanto, Jesus viveu em obediência perfeita e

exemplar, fazendo todo o bem que o Pai lhe ordenara fazer, e viveu uma vida que exibiu poderes miraculosos contra o Diabo, doenças e enfermidades.

Mas, como Jesus viveu em obediência perfeita e realizou as obras miraculosas? A resposta de Pedro, procedente deste versículo, é esta: “Deus *ungiu a Jesus de Nazaré com o Espírito Santo e com poder*”; e Jesus fez estas coisas boas e realizou estes milagres porque “Deus era *com ele*” (At 10.38). Evidentemente, o padrão que Pedro tinha em mente para entender e explicar a vida e o ministério de Jesus era este: embora Jesus fosse plenamente Deus, ele era, mais precisamente, o Deus-homem. Ou seja, ele era Deus em carne humana, sendo, ao mesmo tempo, plenamente Deus e plenamente homem. Como homem, Jesus era o Cristo, o tão esperado Messias de Israel, um homem nascido na linhagem de Davi, ungido e capacitado pelo Espírito para viver sua vida e cumprir sua missão. Jesus era, também, plenamente Deus? Sim, ele era. Mas foi o “Cristo Jesus, homem”, cheio do Espírito, que Pedro viu como vivendo em obediência completa ao seu Pai, exercendo poder sobrenatural sobre os demônios e enfermidades e cumprindo a missão que o Pai o enviara a cumprir. Jesus, o homem, cheio do Espírito Santo e de poder, viveu uma vida marcada por obediência perfeita e capacitação sobrenatural.

Por favor, observe mais um fato aqui. Você imagina que a semelhança de linguagem entre Atos 10.38 (“Deus ungiu a Jesus de Nazaré com o *Espírito Santo e com poder*”) e Atos 1.8 (“Recebereis *poder*, ao descer sobre vós o *Espírito Santo*”) é involuntária ou mera coincidência? Duvido muito. Antes, parece que o ensino de Lucas é este: o mesmo poder pelo qual Jesus viveu a sua vida e cumpriu a sua missão (At 10.38) é nosso agora, visto que o Espírito Santo, que estava em Jesus, é dado a nós, seus seguidores (At 1.8). Que incrível realidade da nova aliança é nossa em Cristo, pela habitação do Espírito! A prometida internalização do Espírito (Ez 36.27) é dada somente quando este Espírito habita primeiramente em Jesus, capacitando sua vida e sua obediência, para depois ser dado aos seguidores de Jesus. Deste lado do sepulcro vazio e do Pentecostes, nós também podemos viver uma vida marcada pela mesma

capacitação sobrenatural operada pelo Espírito para obediência e fidelidade. O mesmo recurso de capacitação do Espírito Santo dado a Jesus, para sua vida de obediência e fidelidade ao Pai, é dado agora aos discípulos de Jesus, enquanto levam avante a mensagem de Cristo, vivendo em obediência a Cristo, no poder do Espírito.

Algo mais sobre a extensão da obra do Espírito em e por meio de Jesus pode ser visto em Isaías 42.1-4: *Eis aqui o meu servo, a quem sustenho; o meu escolhido, em quem a minha alma se compraz; pus sobre ele o meu Espírito, e ele promulgará o direito para os gentios. Não clamará, nem gritará, nem fará ouvir a sua voz na praça. Não esmagará a cana quebrada, nem apagará a torcida que fumaça; em verdade, promulgará o direito. Não desanimará, nem se quebrará até que ponha na terra o direito; e as terras do mar aguardarão a sua doutrina.*

Os evangélicos entendem corretamente que este primeiro dos cânticos de Isaías sobre o Servo se manifestou em Cristo. Quando Jesus veio no poder do Espírito, ele veio para realizar o que fora estabelecido para ele fazer. E nesta passagem, a principal ênfase que vimos em Isaías 11 continua, ou seja, a capacidade que o Servo terá para realizar estas obras maravilhosas, desde possuir uma caráter gentil e manso até sua obra incessante de realizar justiça, é o poder dado pelo Espírito. Em outras palavras, vemos aqui novamente que não é a natureza divina do Messias, de per si, que é a fonte do poder que ele usa para viver sua vida humilde e realizar grandes obras; é o poder do Espírito, que está nele, que ele emprega.

De certa maneira, o texto é complicado, como muitos textos do Antigo Testamento que anunciam a vinda do Messias. A complicação é apenas isto: nem tudo que foi profetizado e deveria se realizar quando o Servo (Messias) viesse realmente aconteceu durante a vida e o ministério de Jesus Cristo na terra. Muito à semelhança da profecia de Isaías 9.6-7, sobre a qual sabemos que não aconteceu a paz em toda a terra que o rei davídico produziria em sua vinda, também há aqui elementos que parecem não se cumpriram quando Jesus veio ao mundo, nascido de Maria. Podemos dizer acertadamente que ele promulgou “o direito para os gentios” ou que ele estabeleceu “na terra o direito” durante a sua primeira vinda? Certamente, é verdade que Cristo fez toda a obra necessária para

que estes elementos da profecia sejam, um dia, realizados em sua plenitude, mas deste lado do “ainda não”, esperamos o estabelecimento da justiça global que esse texto anuncia. Isto foi, com certeza, uma grande surpresa para os discípulos de Jesus que puderam ver que ele era, de fato, o Messias tão esperado. Eles esperavam que o Messias estabeleceria seu reino, que a paz e a justiça prevaleceriam em toda a terra. Esperavam que os inimigos de Israel seriam subjugados e que o povo de Deus seria liberto de toda opressão e domínio externo. Por que tinham essas expectativas? Eles as tinham porque leram as suas Escrituras do Antigo Testamento e viram que essas coisas acontecerão quando o Messias vier!

Portanto, aprendemos, como João Batista teve de aprender (cf. Mt 11.1-6) que algumas das coisas prometidas a respeito do Messias realmente aconteceram durante a vida e o ministério de Jesus; porém muito da plenitude de sua obra messiânica profetizada aguarda a sua segunda vinda. O Messias trará paz e justiça para a terra? Sim. No entanto, ainda que por meio de sua morte e sua ressurreição, em sua primeira vinda, ele realizou a obra necessária para fazer isto acontecer, a consumação da plenitude desta promessa aguarda sua segunda vinda. Vivemos no “já” do que se cumpriu de maneira parcial e preliminar, enquanto esperamos o “ainda não” da plena consumação do cumprimento destas promessas.

Voltemos, agora, ao nosso ponto principal, de que o Servo que viverá uma vida humilde e realizará sua obra gloriosa no poder do Espírito, como Isaías 42.1-4 anuncia. Mais uma observação é necessária à luz do que vimos sobre o “já” e o “ainda não”. Quando examinamos o que o Servo, Jesus, fará no poder do Espírito, este texto se refere fundamentalmente a elementos de sua obra que acontecerão na sua segunda vinda e não na primeira. É verdade que os elementos dos versículos 2 e 3 se cumpriram em sua primeira vinda, ou seja, ele veio, por assim dizer, quietamente, com uma humildade, uma mansidão e um coração de servo que satisfazem as descrições destes versículos. Todavia, o ensino mais amplo de trazer justiça para as nações e estabelecer justiça na terra espera a segunda vinda.

E tudo isto resulta nesta compreensão: este Servo prometido realizará a obra de sua segunda vinda assim como realizou a obra de sua primeira vinda, *no poder do Espírito*. Portanto, temos aqui evidência não somente de que Jesus viveu sua vida e conduziu seu ministério, em sua primeira vinda, no poder do Espírito (como vimos em Isaías 11.1-3), mas também de que o Espírito permanecerá nele e capacitará a obra que ele ainda tem de realizar em sua segunda vinda. De fato, o Jesus encarnado, visto que ele é homem para sempre, desde o momento de sua concepção no ventre de Maria, tem em si mesmo, para sempre, o Espírito operando por meio dele, para realizar a obra que o Pai lhe deu a fazer.

Esta mesma ideia pode ser vista em Isaías 11.1-4. Consideramos antes a descrição deste descendente de Davi prometido que manifestaria sabedoria, conhecimento, discernimento e temor do Senhor pelo poder do Espírito (vv. 1-3). Evidentemente, todas estas características se cumpriram na pessoa de Jesus Cristo em sua primeira vinda. Mas o versículo 4 indica mais sobre o que o Messias fará; e estas características adicionais não se harmonizam com a primeira vinda de Cristo. Isaías escreve: *Mas julgará com justiça os pobres e decidirá com equidade a favor dos mansos da terra; ferirá a terra com a vara de sua boca e com o sopro dos seus lábios matará o perverso*.

Quando Jesus vindicou os pobres e fez justiça aos mansos, em sua primeira vinda? Quando ele assumiu este papel de juiz da terra? E, em específico, quando ele feriu a terra com a vara de sua boca e matou o perverso com o sopro de seus lábios? Podemos lembrar agora o que João disse sobre a (primeira) vinda de Jesus, em João 3.17: “Deus enviou o seu Filho ao mundo, não para que julgasse o mundo, mas para que o mundo fosse salvo por ele”. Com certeza, chegará o dia em que este mesmo Jesus virá de novo, e, quando ele vier, ferirá a terra com a vara de sua boca e matará o perverso (cf. Ap 19.11, ss.), mas isto não aconteceu em sua primeira vinda. Sua primeira vinda foi para a salvação das nações; sua segunda vinda trará às nações seu juízo severo e inflexível. Portanto, temos diante de nós, outra vez, uma profecia a respeito do Espírito em Jesus capacitando-o a fazer o que sabemos acontecerá somente na sua segunda vinda e não na primeira. O Espírito tem de continuar a

residir no Jesus crucificado e ressuscitado para dar-lhe poder para fazer o que ainda deve ser feito para cumprir tudo que foi prometido.

Uma pequena mas significativa confirmação desta linha de pensamento se acha em Atos 1.1-2. Lucas diz: “Escrevi o primeiro livro, ó Teófilo, relatando todas as coisas que Jesus começou a fazer e a ensinar até ao dia em que, depois de haver dado mandamentos por intermédio do Espírito Santo aos apóstolos que escolhera, foi elevado às alturas”. Podemos ler este item pequeno mas significativo e não perceber sua contribuição para esta discussão. Com toda probabilidade, os “mandamentos” sobre os quais Lucas fala no versículo 2 são os mandamentos da Grande Comissão, que Jesus deu aos seus discípulos depois da sua ressurreição e antes da sua ascensão. Mas há um detalhe que Lucas poderia facilmente ter deixado fora, mas a sua inclusão nos instrui a respeito do Cristo ressuscitado. Lucas indica que Jesus deu estas ordens, o ensino da Grande Comissão, aos seus discípulos “por intermédio do Espírito Santo”. Em outras palavras, o Cristo ressuscitado continua a ter em si o Espírito Santo, e é o Espírito nele que continua a dar-lhe poder para realizar a obra que foi chamado a fazer.

Embora Jesus fosse o Deus-homem, de um modo que possuía uma natureza plenamente divina e uma natureza plenamente humana, do estudo que estamos fazendo parece claro que a essência do viver cotidiano de Jesus, à medida que ele cumpria a sua chamada, obedecia ao Pai, resistia às tentações e realizava seus milagres comprobatórios, acontecia fundamentalmente como um homem capacitado pelo Espírito. Ele viveu sua vida como um de nós. Aceitou as limitações de sua humanidade e dependeu da orientação que o Pai lhe daria e do poder que o Espírito lhe proveria, para viver cada dia em perfeita obediência ao Pai.

Uma vez mais, você pode concordar com o significado do ensino bíblico repetido de que Jesus, o Messias enviado por Deus, seria caracterizado por ter sobre si o Espírito Santo. Mas por que ele precisava do Espírito, visto que já possuía a infinitamente plena e completa natureza divina? O que o Espírito de Deus pode acrescentar à deidade de Cristo? Ele não pode acrescentar nada,

visto que a deidade de Cristo é infinitamente completa e perfeita. Mas o que o Espírito de Deus pode acrescentar à humanidade de Cristo? Pode acrescentar toda a capacitação sobrenatural! Sim, Jesus, o Messias ungido com o Espírito, viveu sua vida como um homem, aceitando as limitações de sua existência humana e dependendo do Espírito para fazer em e por meio dele o que ele não podia fazer em sua natureza humana. Portanto, a identidade de Jesus como o Messias ungido com o Espírito é fundamentalmente a de um homem capacitado pelo Espírito para realizar o que fora chamado a fazer.

Aplicação

1) A aplicação mais importante deste entendimento sobre a pessoa de Jesus é que a vida de obediência e fidelidade que ele viveu pode ser genuína e corretamente promovida como um exemplo de como também devemos viver, porque os mesmos recursos que Jesus usou para viver sua vida obediente são os recursos dados a todos nós que cremos nele e o seguimos. Pense nisto: ele dependia da Palavra de Deus, e nós também temos esta mesma Palavra inspirada por Deus. Ele dependia da oração, e nós também pleno acesso ao trono da graça, por meio da entrada que Jesus estabeleceu em nosso favor. E, mais importante ainda, ele dependia do Espírito, que o capacitou a fazer as coisas boas que ele fez e a realizar as obras sobrenaturais que Deus o chamara a fazer, e nós também temos esse mesmo Espírito. Já lhe ocorreu como somos privilegiados, nós que estamos deste lado do Pentecostes? Quão admirável é que o mesmo Espírito que esteve em Jesus é dado agora a todos os que seguem a Jesus. Pedro estava certo em sua exortação para seguirmos os passos de Jesus (1 Pe 2.21, ss.), pois, visto que Jesus viveu sua vida como um homem no poder do Espírito, nós também, como seres humanos, recebemos o mesmo poder sobrenatural para vivermos fielmente em nossa própria vida.

2) Vemos aqui algo da humanidade do Filho que deve levar-nos a adoração, ao temor e à admiração. Embora Jesus possuísse sua

natureza plenamente divina e por meio de sua natureza divina tivesse acesso a poder e sabedoria infinitos, ele aceitou, em lugar disso, o papel de viver em dependência do que o Espírito lhe proveria para viver como um de nós, como um homem com todas as limitações que a vida humana envolve. Em vez de empregar os recursos infinitos de sua natureza divina, ele orava por ajuda e confiava tanto em seu Pai como no Espírito para lhe darem aquilo de que necessitava. Ele aceitou nossa vida como sua própria vida e nisto mostrou humildade admirável. Maravilhe-se deste Filho humilde, que, embora fosse plenamente Deus, aceitou viver como um homem, dependendo do Espírito cada dia de sua vida. Maravilhe-se e, depois, adore.

3) Por último, quando Jesus assumiu a nossa natureza humana e aceitou sua dependência do Espírito, parece que ele aceitou isto como sua maneira de viver para sempre, desde aquele momento em diante, sem fim. Visto que ele seria sempre o Deus-homem e que teria sempre, em sua pessoa, a sua natureza humana unida à sua natureza divina, ele sempre teria necessidade do Espírito para capacitá-lo em sua humanidade para tudo que seria chamado a fazer como o Messias. Quando Cristo se tornou humano, ele o fez para sempre. E, quando ele se tornou humano, se tornou para sempre dependente do Espírito. Quão maravilhoso é pensarmos que o Filho eterno do Pai se mostrou disposto a ir até este ponto, para demonstrar sua honra à vontade do Pai e seu amor por seres humanos pecadores, e pensarmos que ele quis se tornar um homem dependente do Espírito para sempre! Que amor, que condescendência! Que honra e que gratidão são devidas a este grande Salvador!

Perguntas para Discussão

1) A Igreja tem sustentado por muito tempo que *imitar a Cristo* é uma parte importante, até mesmo essencial, de nossa vida como cristãos; ou seja, somos chamados a imitar a Cristo em nossa maneira de

viver. Quais são algumas das principais passagens em que somos ordenados, como seguidores de Cristo, a viver como ele? Quais são algumas maneiras específicas em que nosso falar, nossas ações, nossas atitudes e nosso comportamento devem refletir a Cristo?

2) Em sua obediência ao Pai, Cristo dependeu dos recursos que lhe foram dados em sua humanidade e que, agora, deste lado do Pentecostes, também são dados a nós, seus seguidores. Cristo dependia da Palavra de Deus, da oração, da comunidade de fé, da presença e do poder do Espírito Santo. Considere maneiras pelas quais o próprio Cristo dependeu destes recursos e como foram manifestados no modo como ele viveu sua vida.

3) Os recursos dados a Cristo para a sua obediência são também dados a nós agora. No que diz respeito a cada um destes — Escritura, oração, comunidade da fé, capacitação do Espírito — considere quão satisfatoriamente você está usando estes meios dados por Deus. Como você está usando o recurso da Escritura? Como você poderia estar crescendo em tirar maior proveito deste recurso para fortalecer sua vida, sua obediência, sua resistência às tentações, sua fidelidade? E como você está usando o recurso da oração? Da comunidade da fé? Ou do dom e do poder do Espírito Santo?

4) Como o Espírito poderia querer agir mais em e por meio de nós para ver o caráter de Cristo formado e a conduta de Cristo manifestada? Considere um dos principais papéis do Espírito revelados para nós nas Escrituras, o papel de compelir os escritores bíblicos a escreverem apenas o que registraram nas páginas da Bíblia. Medite em 2 Pedro 1.20-21 e considere o que o Espírito quer fazer para tornar-nos mais semelhantes a Cristo.

5) Considere as qualidades de caráter referidas como o “fruto do Espírito”, em Gálatas 5.22-23. Reflita primeiramente sobre como estas qualidades foram manifestadas na vida de Cristo e no

relacionamento dele com os outros. Depois, considere como o Espírito poderia ver estas qualidades aumentarem em sua vida e no seu relacionamento com os outros. Ou seja, como o Espírito desejaria que você crescesse em amor, alegria, paz e nas demais qualidades mencionadas?

(1) Gerald Hawthorne, *The Presence and The Power: The Significance of the Holy Spirit in the Life and Ministry of Jesus* (Dallas: Word, 1991), 35.

(2) Certamente alguns dos milagres de Jesus podem ter sido feitos a partir de sua natureza divina. De fato, parece que este é o caso especialmente no evangelho de João. Mas aqui, em Mateus 12, Cristo afirmou especificamente que o milagre fora realizado no poder do Espírito, e, portanto, devemos aceitar isso no sentido em que ele disse. E veremos que Atos 10.38 indica que Jesus realizava a cura de possessão demoníaca pelo poder do Espírito. Então, parece razoável concluir que a norma para explicar os milagres que Jesus fez não é apelar à sua natureza divina, mas, antes, apelar ao poder do Espírito que estava nele.

capítulo 3

CRESCENDO EM SABEDORIA

Crescia o menino e se fortalecia, enchendo-se de sabedoria; e a graça de Deus estava sobre ele... E crescia Jesus em sabedoria, estatura e graça, diante de Deus e dos homens.

LUCAS 2.40, 52

É realmente muito admirável que todos os evangelhos nos contem apenas um incidente dos anos da infância de Jesus. Lucas 2.41-51 nos apresenta um relato fascinante de Jesus em Jerusalém, levado até lá por seus pais para a festa da Páscoa.

Contexto

O relato nos diz pouco a respeito do que aconteceu naqueles dias em que Jesus e sua família estiveram em Jerusalém para essa festa, mas somos informados do que aconteceu quando os pais e outras pessoas deixaram Jerusalém para retornarem a Nazaré. Jesus permaneceu em Jerusalém e foi achado entre os fariseus e mestres da lei no templo. Lucas resume nestas palavras o tempo da permanência de Jesus com aqueles eruditos no templo, em Jerusalém: “Três dias depois, o acharam no templo, assentado no meio dos doutores, ouvindo-os e interrogando-os. E todos os que o ouviam muito se admiravam da sua inteligência e das suas respostas” (Lc 2.46-47).

Maria e José não estavam interessados na conversa que Jesus teve com estes mestres da lei. Depois de terem retornado, com esforço, a Jerusalém, para encontrar seu filho, ficaram desapontados com o fato de que Jesus decidira permanecer ali, em vez de retornar com eles para Nazaré. A mãe de Jesus lhe falou: “Filho, por que fizeste assim conosco? Teu pai e eu, aflitos, estamos à tua procura” (v. 48). Então, Jesus deu esta resposta surpreendente e notável à sua mãe: “Por que me procuráveis? Não sabíeis que me cumpria estar na

casa de meu Pai?” (v. 49). Embora nem José nem Maria pudessem entender, naquele momento, o que Jesus queria dizer (v. 50), é claro que Jesus entendia, como um menino de 12 anos, que seu verdadeiro Pai não era o seu pai humano e legal, José, mas que, em vez disso, era o seu Pai celestial — o Pai que o enviara ao mundo e lhe dera a missão que viera realizar. Ele sabia quem era seu verdadeiro Pai e que viera fazer a vontade de seu verdadeiro Pai, celestial. Estando no templo, na casa de seu Pai, Jesus se engajara em conversas que o prepararam para o que ainda aconteceria anos mais tarde, conversas que também revelaram muito sobre quem Jesus era como um menino de 12 anos.

A Fonte da Sabedoria de Jesus

Este impressionante relato da interação de Jesus com os mestres da lei, em Jerusalém, levanta uma pergunta importante quanto ao entendimento da pessoa de Jesus: o que explica as admiráveis perguntas, resposta e compreensão que Jesus evidenciou em sua conversa com estes eruditos? Penso que muitos de nós, na tradição evangélica conservadora, ofereceríamos uma resposta imediata. Diríamos, instintivamente, que a razão por que Jesus tinha esse entendimento da lei é que ele era Deus em carne humana. Afinal de contas, talvez pensemos, aqueles fariseus e mestres da lei não entendiam com quem estavam falando. Se conhecessem a verdade, de que este menino de 12 anos era o próprio Deus-homem, teriam entendido que sua sabedoria vinha do fato de que ele era Deus. Portanto, visto que ele era Deus em carne humana, argumentamos, mesmo como um menino de 12 anos, Jesus era capaz de causar admiração nos maiores mestres de Israel.

Não creio que esta intuição evangélica (como poderíamos chamá-la), de que a sabedoria e o entendimento de Jesus são explicados por apelarmos à sua divindade, seja a resposta que Lucas, o escritor do evangelho, deseja que achemos. Considere Lucas 2.40 e 52, que funcionam como marcos deste relato da visita de Jesus, como menino, a Jerusalém. Lucas 2.40 registra: “Crescia o menino e se fortalecia, enchendo-se de sabedoria; e a graça de Deus estava sobre

ele". E Lucas 2.52 diz: "E crescia Jesus em sabedoria, estatura e graça, diante de Deus e dos homens". Os dois versículos mostram, de maneira admirável, que a sabedoria de Jesus não era uma função de sua natureza divina, e sim uma expressão de seu *crescimento como ser humano*.

Uma razão convincente para vermos esta sabedoria como a sabedoria humana crescente de Jesus é que Lucas fala sobre Jesus como alguém que crescia em sabedoria, enquanto, também, se tornava mais forte fisicamente (aumentando em "sabedoria e estatura"). Portanto, a sabedoria que Jesus tinha era, evidentemente, uma sabedoria crescente que correspondia ou acompanhava seu desenvolvimento físico. E esta observação deve mostrar com clareza que a sabedoria sobre a qual Lucas fala não podia ser a sabedoria da natureza divina de Jesus. A natureza divina, assim eu entendo, não é suscetível a crescimento em sabedoria. Não podemos nos referir corretamente à sabedoria da natureza divina de Jesus designando-a como algo que cresce ou aumenta, porque, como todos os atributos essenciais de Deus, ela é infinitamente completa e perfeita. Como Deus, Jesus é infinitamente sábio em sua natureza divina. E, como tal, ele é tanto onisciente como onipresente. Ele conhece tudo que pode ser conhecido, e seu uso e apropriação desse conhecimento é perfeito. Portanto, a sabedoria que Jesus tinha em sua natureza divina não estava sujeita a crescimento ou a declínio. Mas, nesta passagem, Lucas fala de uma sabedoria em Jesus que crescia e aumentava. Não deve ser a sabedoria de sua natureza humana? Como menino, Jesus aprendeu, sem dúvida, por meio da instrução de seus pais, do ensino dos rabinos em Nazaré, sua cidade natal, e de seu próprio estudo diligente da Palavra de Deus. Foi por meio destes instrumentos que sua sabedoria cresceu e aumentou. Podemos concluir que, se Jesus cresceu em sabedoria, como Lucas enfatiza em ambos os polos deste relato da infância de Jesus, isso indica, com certeza, um crescimento que aconteceu em sua natureza humana.

Outra evidência importante que Lucas tem em mente quanto à sabedoria humana crescente de Jesus é uma breve mas esclarecedora afirmação que ele faz no versículo 40. Depois de comentar que Jesus,

como criança, crescia e se tornava forte, cheio de sabedoria, Lucas acrescenta: “E a graça de Deus estava sobre ele”. Embora não possamos ter plena certeza do que Lucas tinha em mente ao usar a palavra “graça”, uma coisa é evidente: o crescimento de Jesus em cada aspecto — físico, emocional, espiritual e intelectual — foi um resultado da graça de seu Pai para com seu Filho, neste tempo um menino que crescia em direção à maturidade. Certamente, isto era a graça do Pai em prover para seu Filho tudo que precisaria para crescer e desenvolver-se a fim de cumprir a missão que o Pai lhe dera. Entre os aspectos em que ele precisava crescer — de fato, um dos aspectos mais importantes em que ele cresceu como menino e jovem — estava o seu crescimento no entendimento das verdades da Palavra de Deus.

No entanto, alguém poderia perguntar: qual seria a essência desta “graça de Deus” sobre Jesus que resultou no crescimento de Jesus em sabedoria? Embora Lucas não nos diga, várias outros textos das Escrituras nos levam nesta direção quanto à resposta: esta graça de Deus seria, muito provavelmente, o dom do Espírito Santo, que o Pai derramara sobre seu Filho, agora em carne humana, dando-lhe discernimento e entendimento cada vez maior da Palavra e da vontade de Deus, enquanto crescia. Em todo caso, parece razoável entender a referência de Lucas à graça de Deus colocada sobre o Filho como sendo o Espírito Santo, que veio para Jesus em sua concepção. Lucas já tinha dito que o milagre da encarnação do Filho acontecera quando o Espírito veio sobre Maria e o poder do Altíssimo a envolveu, para que o ente Santo nascido dela fosse chamado “Filho de Deus”. Aqui, novamente, parece razoável concluir que o papel do Espírito não era somente vir sobre Maria, mas também sobre Jesus e habitá-lo em sua própria concepção.

Uma indicação que Lucas menciona que entendamos como uma referência à vinda do Espírito para Jesus, em sua concepção, é a justaposição que ele faz em Lucas 1.35, a justaposição do Espírito Santo vindo sobre Maria, para que o menino nascido dela seja ele mesmo *santo*. É provável que Lucas tinha em mente não apenas a concepção de Jesus como imaculado, mas também a concepção de Jesus como habitado pelo Espírito Santo. Afinal de contas, se João

Batista, o precursor do Messias, foi habitado pelo Espírito enquanto esteve no ventre de sua mãe (Lc 1.15), muito mais importante era que o próprio Messias tivesse a habitação do Espírito desde o começo de sua vida. Em qualquer caso, este relato da infância de Jesus, em Lucas 2, indica realmente que a graça de Deus estava sobre Jesus, fazendo-o crescer em sabedoria.

Outro apoio para o conceito da obra do Espírito em Jesus, dando-lhe a sabedoria necessária, vem de Isaías 11.1-3. Visto que já consideramos esta passagem no capítulo anterior, aqui veremos apenas os aspectos mais relevantes. Isaías anuncia, como você lembra, a vinda de um rebento do tronco de Jessé, o pai de Davi. E a descrição que Isaías faz da vinda deste filho de Davi focaliza o papel do Espírito Santo na vida deste filho. Isaías diz sobre ele: “Repousará sobre ele o Espírito do SENHOR, o Espírito de sabedoria e de entendimento, o Espírito de conselho e de fortaleza, o Espírito de conhecimento e de temor do SENHOR” (v. 2). Mas, para o nosso propósito, o que é particularmente digno de nota é o elemento da profecia de Isaías que faz a conexão da *sabedoria* deste filho vindouro de Davi com o *Espírito*, que repousaria sobre ele. Este filho de Davi seria sábio, mas não de si mesmo ou de sua própria natureza divina; seria sábio porque o Espírito do Senhor repousaria sobre ele — “o Espírito de sabedoria e de entendimento”.

A profecia de Isaías nos diz que este filho vindouro de Davi exibiria uma sabedoria que seria produzida dentro dele por meio do Espírito de Deus que habitaria nele. E não é interessante que o primeiro registro que temos a respeito da sabedoria de Jesus está neste relato de sua infância registrado para nós em Lucas 2? Muito antes do seu batismo e do ministério público que ele realizou a partir dos seus 30 anos, Jesus exibiu sabedoria em sua interação com os mestres da lei, em Jerusalém, na idade de 12 anos. A profecia de Isaías apoia, certamente, o entendimento de que a sabedoria que Jesus demonstrou, mesmo nesta idade, não foi outra, senão a sabedoria operada nele pelo Espírito de Deus.

Quando pensamos no menino Jesus com os mestres da lei no templo, deduzimos que ele não somente tinha sabedoria interior, mas também expressou esta sabedoria para aqueles que o ouviam.

Talvez você lembre que Isaías 61.1-3 conecta a habitação do Espírito no Messias com seu papel de proclamar a Palavra de Deus. Quando Jesus falou com estes eruditos, em Jerusalém, parece muito provável que o Espírito de Deus não somente lhe deu sabedoria no entendimento, mas também outorgou poder ao que ele disse aos seus ouvintes, de modo que se admiraram do que ele disse. Os mestres da lei que estavam com Jesus naquele dia, no templo, ficaram admirados do seu entendimento, por causa das perguntas que ele fez e do conhecimento que exibiu. Como Lucas desejava que interpretássemos a natureza extraordinária do entendimento de Jesus quanto à Palavra de Deus e a sua maneira de comunicá-la aos mestres da lei, no templo? A graça de Deus estava sobre ele porque o Espírito de Deus lhe dava sabedoria, entendimento e articulação sobrenatural das verdades, falando o que a Palavra de Deus havia declarado, no poder do Espírito.

Mais uma pergunta nos ocorre quando consideramos o menino Jesus crescendo em sabedoria, pelo poder do Espírito: o que o Espírito fazia para produzir este crescimento e desenvolvimento em Jesus, enquanto ele saía da infância para a adolescência e para a maturidade? Como o Espírito realizou este crescimento? É lógico que o Espírito de Deus fez com Jesus o que ele procura fazer com todos nós em quem ele habita: iluminou a Palavra de Deus para a mente de Jesus e cultivou essa Palavra no coração de Jesus, quando ele lia, estudava, ouvia e aprendia essa Palavra preciosa, inspirada pelo Espírito. Todos nós sabemos que o Jesus adulto exibiu um conhecimento extraordinário das Escrituras do Antigo Testamento, evidenciado em suas conversas com várias pessoas, conforme registrado nas narrativas dos evangelhos. Sem dúvida, Jesus conhecia muito bem a sua Bíblia. Mas como ele chegou a conhecer a Bíblia tão bem? Como chegou a possuir tamanho domínio do conteúdo da Bíblia e capacidade para trazer à mente textos apropriados, quando precisava? O seu conhecimento da Bíblia era automático? Ele “sabia” tudo que estava na Bíblia porque era plenamente Deus? Outra vez, as afirmações de Lucas de que Jesus crescia em sabedoria nos leva a pensar que esta não é a resposta certa. Sim, Jesus era realmente Deus, e em sua natureza divina ele

conhece as Escrituras perfeitamente, pois sabe todas as coisas com perfeição. Mas, se Jesus “crescia em sabedoria”, então, seu conhecimento não resultava da sua própria natureza divina. Em vez disso, a sua natureza humana teve de obter o conhecimento e a sabedoria que ele evidenciou mais tarde, ou aos 20, ou aos 30 anos de idade.

Novamente, como Jesus obteve esse conhecimento e sabedoria, de modo que, mesmo aos 12 anos de idade, podia conversar com os homens mais instruídos de Israel? Eis o que deve ser a essência de nossa resposta: Jesus era o que podemos considerar como o protótipo do Salmo 1. Ele amava verdadeiramente a lei do Senhor e meditava nela dia e noite. Por causa disto, Jesus era como uma árvore plantada junto a corrente de águas e que dá o seu fruto no devido tempo, e tudo que ele fazia prosperava. Motivado por seu amor à lei, ele aprendia e dominava a lei, e o Espírito nele o iluminava e inflamava seu coração para anelar conhecê-la melhor, à medida que crescia.

Há uma razão por que este salmo é o primeiro no Saltério. Não somente descreve o sábio e o ímpio como categorias gerais de seres humanos; descreve, em particular, o Sábio, cuja sabedoria superava todos os outros, à medida que crescia em sabedoria por meio do poder do Espírito. Portanto, o Espírito operava na mente e no coração do menino Jesus para dar-lhe uma fome pela Palavra de Deus e compreensão dessa Palavra, à medida que ele crescia e meditava na Palavra em estudo e reflexão tranquilos.

A obra Espírito em Jesus como menino para lhe dar sabedoria crescente incluiria, sem dúvida, o entendimento crescente que Jesus teria da Escritura. Se isto é verdade, imagine comigo: deve ter havido, na vida de Jesus como menino, um dia em que ele meditava sobre os salmos e chegou ao Salmo 22. Enquanto considerava a intensidade do sofrimento descrito ali, o desespero e a agonia retratados, o Espírito Santo iluminou a mente de Jesus para entender que a pessoa referida no salmo, abandonada por Deus e entre tormentos inconcebíveis, era ele mesmo. Sabemos, é claro, que Jesus estava certo de que o Salmo 22 se aplicava a ele, porque citou suas palavras iniciais na cruz. Quando Jesus chegou a saber que este

salmo se referia a ele? Ou Jesus sabia disto automaticamente, visto ser Deus, ou, como argumentamos aqui, sendo um homem em quem o Espírito habitava, o Espírito escolheu o tempo e o lugar para iluminar a jovem mente de Jesus, para que entendesse o que não entendera antes e fosse tomado pela realidade de que este salmo, com seu sofrimento e rejeição, era a respeito dele.

Imagine o dia em que Jesus estava lendo e considerando a profecia de Isaías. Quando chegou ao capítulo 53, o Espírito deve ter aberto sua mente e coração para entender, com base neste texto, que ele era, de fato, o servo sofredor a respeito do qual Isaías escrevera. Jesus seria aquele que levaria os pecados de muitos, aquele que seria esmagado por seu pai, aquele por cuja obra o Pai poderia justificar a muitos. Imagine a sabedoria de Jesus crescendo à medida que ele lia e estudava a Palavra de Deus. O Espírito do Senhor, estando nele, lhe dava entendimento crescente não somente da verdade dessa Palavra, mas também da sua identidade como o Filho de Deus, o servo sofredor, aquele que viera ao mundo para dar sua vida como resgate por muitos. Quando Jesus disse a seus pais, em Jerusalém, que devia estar na casa de seu Pai e tratar das coisas de seu Pai, compreendemos que, mesmo aos 12 anos, ele sabia quem ele era e a obra que viera realizar.

Admire-se destas pequenas mas profundas observações registradas para nós no evangelho de Lucas: “Crescia o menino e se fortalecia, enchendo-se de sabedoria; e a graça de Deus estava sobre ele” (2.40); “E crescia Jesus em sabedoria, estatura e graça, diante de Deus e dos homens” (v. 52). Quão instrutivas são estas observações em falar-nos sobre a humanidade de Jesus. Ele viveu como um de nós, aprendendo o que não sabia antes e dependendo do Espírito para lhe dar sabedoria do alto. Sua dependência do Espírito teria sido tão grande quanto sua devoção às Escrituras. Com diligência e alegria, ele se dedicou aos textos inspirados, e o Espírito lhe deu profundidade crescente de entendimento e discernimento quanto ao significado dos textos sagrados.

Quão bem Jesus precisava conhecer as Escrituras para estar preparado para o ministério público que o Pai lhe designara? Talvez o fato de que ele começou seu ministério público aos 30 anos de

idade nos ofereça parte da resposta. Por três décadas, o Espírito operara em Jesus, instruindo-o e dando-lhe cada vez mais discernimento, até que, por fim, chegou o dia em que ele estava pronto para enfrentar o Diabo, os fariseus, os demônios e seus discípulos, fazendo tudo isso com a alma imergida profundamente na Palavra de Deus. Admire-se de que Jesus, nosso Senhor e Salvador, cresceu em sabedoria. E pergunte a si mesmo: o que isso diz sobre como devemos viver nossa vida?

Aplicação

1) Uma lição que aprendemos deste relato sobre a infância de Jesus, o Messias ungido mesmo em sua juventude, é a grande importância da conexão entre o Espírito e a Palavra. O Espírito veio sobre Jesus em parte para iluminar sua mente, para que entendesse e, depois, comunicasse a verdade da Palavra de Deus revelada. Para que Jesus cumprisse sua missão, ele teve de aprender a Palavra de Deus; e, para aprender bem e corretamente esta Palavra, Jesus precisou do Espírito dentro dele para iluminar sua mente e seu coração. Esta é outra maneira de pensarmos nesta observação: teria sido impossível Jesus realizar a obra que o Pai lhe dera a fazer, se não fosse por meio do conhecimento e da sabedoria que ele obteve, pela capacitação do Espírito, com base na Palavra de Deus. Não ousamos separar a Palavra e o Espírito, como se pudéssemos realizar a obra de Deus e viver de maneira agradável a ele com um, mas sem o outro. Não, o Espírito e a Palavra são inseparáveis na economia de Deus, e Jesus dá um testemunho glorioso desta verdade. Devemos aprender de Jesus que sujeição ao Espírito e devoção à Palavra são companheiros indispensáveis.

2) Outra aplicação deste breve relato sobre a experiência de Jesus como menino em Jerusalém é que ele entendia a importância de engajar-se em discussão e aprendizado teológico e bíblico. Não sabemos o conteúdo exato da discussão ocorrida, mas sabemos que Jesus permaneceu deliberadamente em Jerusalém para falar com os

mestres da lei. O tema óbvio da conversa teria sido a Palavra de Deus. E, embora seja verdade que Jesus viu uma oportunidade para despertar na mente deles perguntas da Torá que os ajudaria a entender melhor a vinda do Messias, não há qualquer indicação de que Jesus teve uma confrontação com eles. O propósito de Jesus em ficar para trás era aprender daqueles homens mais da Lei do Senhor, que ele amava tanto. Afinal de contas, Jesus aprendera muito durante toda a sua criação. E nesta ocasião ele teve uma oportunidade de sentar-se aos pés de alguns dos homens mais eruditos de todo o Israel. Os propósitos de Jesus incluíam tanto dar-lhes como receber deles, em sua discussão sobre a Lei do Senhor.

Muito frequentemente consideramos a discussão teológica um desperdício de tempo ou, pior, causador de divisões e prejudicial. Oh! como nosso entendimento da discussão teológica precisa mudar! Devemos ver tais discussões de verdades bíblicas importantes como oportunidades para aumentar nosso entendimento de Deus e de sua Palavra, acompanhadas de subsequente crescimento em nossa aplicação dessa Palavra em nossa vida e em nosso ministério. Como acontece em todas as outras coisas boas da vida, a discussão teológica pode deteriorar-se em algo prejudicial. Mas isso não precisa nem deve acontecer. Pelo contrário, a discussão teológica pode ser a própria coisa que Deus nos chama a fazer para sermos aprimorados em nosso entendimento e encorajados em nossa fé.

3) Outra lição notável desta narrativa está relacionada com a humildade que Jesus manifestou. Depois que os pais de Jesus o acharam no templo, depois de saberem que os mestres da lei ficaram admirados com as perguntas e o entendimento de Jesus e, ainda mais, depois que ouviram Jesus dizer que lhe cumpria estar na casa de seu Pai — em face de tudo isso, eles poderiam ter pensado que Jesus não precisava mais do cuidado paternal deles. Mas, em vez disso, seus pais o instruíram a voltar com eles para Nazaré. Afinal de contas, ele tinha apenas 12 anos de idade. Então, lemos isto: “Desceu com eles para Nazaré; e era-lhes submisso” (Lc 2.51). É realmente admirável que este Jesus, que entendia claramente sua identidade

como o Filho do Pai celestial, escolheu colocar-se sob a autoridade de seus pais humanos. Sua submissão a eles indica seu compromisso de seguir a lei do Senhor, que ordenava aos filhos serem obedientes a seus pais, honrar pai e mãe. Embora ele fosse Deus em carne humana, e embora o Espírito de Deus nele o capacitara a entender sua identidade como o tão esperado Messias de Israel, Jesus se manteve em submissão a seus pais humanos.

A humildade manifestada em Jesus é notável e instrutiva. Ela mostra, por um lado, que submissão é, de fato, uma qualidade positiva. A cultura em que vivemos entende a submissão como algo negativo. Mas, neste relato, o alvo de Lucas é elogiar Jesus por sua disposição de obedecer e submeter-se a seus pais. Submissão é, portanto, uma coisa boa; mas o que é mais importante é reconhecermos que submissão pode ser prestada por alguém que não é, de modo algum, inferior ou subordinado, em essência, àquele a quem ele se submete. Jesus, o Deus-homem, se submeteu a seus pais. Em nenhum aspecto isso indica a suposta inferioridade de Jesus a seus pais. O contrário é verdade — Jesus era superior a seus pais, porque era tanto Deus quanto homem. Mas, apesar disso, ele viera com o propósito de cumprir seu papel como o Messias ungido com o Espírito, e isto envolvia submeter-se a seus pais humanos.

Que nos maravilhemos de Jesus, que manifestou essa humildade piedosa, demonstrada na submissão aos pais até naquele momento da vida em que ficou evidente para ele que era o Deus-homem encarnado, o Messias de Israel. Aprendamos que essa submissão jamais é entendida corretamente se é vista como uma demonstração de inferioridade daquele que se submete ou de superioridade daquele que está em autoridade. Em vez disso, podemos entender que o desígnio de Deus para todos nós é que prestemos submissão espontânea em muitos relacionamentos da vida. Ao fazermos isso, expressamos algo da qualidade que vemos em Jesus, aquele que devemos tentar imitar corretamente.

Perguntas para Discussão

1) Lucas 2.40 e 52 nos diz que o menino Jesus crescia em e era cheio de sabedoria. O que isto nos diz sobre a infância de Jesus? E como isto nos ajuda a entender melhor a genuinidade da humanidade de Cristo?

2) Como Jesus crescia em sabedoria, uma vez que ele era plenamente Deus e plenamente humano? Visto que a deidade de Cristo é infinitamente sábia e não pode crescer em sabedoria, e visto que Jesus possuía a natureza divina em toda a sua plenitude, o que isto nos diz sobre a relação da natureza divina em Jesus com a sua natureza humana?

3) Medite sobre o assunto da conversa de Jesus, aos 12 anos de idade, com os mestres da lei no templo. Eles falaram sobre o ensino do Antigo Testamento, e os mestres se admiraram do que Jesus disse e das perguntas que fez. O que isto nos diz sobre a atitude de Jesus para com a Palavra de Deus e sobre seu compromisso em aprender o que a Palavra ensinava? Se queremos realmente ser mais semelhantes a Jesus, o que isto nos diz sobre a nossa atitude para com a Bíblia e o nosso envolvimento com ela?

4) Qual é a relação entre o Espírito e a Palavra na Escritura? Eles agem independente e autonomamente? Ou o Espírito opera por meio da Palavra, e a Palavra, pelo poder do Espírito? Que resposta é verdadeira em relação a Cristo e a como ele viveu sua vida?

5) Visto que o Espírito e a Palavra operam juntos, como isto pode nos ajudar a entender melhor como Jesus foi cheio do Espírito e como nós, também, devemos ser cheios do Espírito? Ao considerar esta pergunta, medite nestes dois textos juntos: Efésios 5.18 e Colossenses 3.16a. Esses são textos correspondentes, e isso pode ser reconhecido pelo fato de que os mesmos resultados básicos (mencionados em Efésios 5.19-20 e Colossenses 3.16b) fluem dos diferentes imperativos de cada um destes versículos. E, quando examinadas juntas, estas

duas passagens podem nos ajudar a entender melhor o que significa ser cheio do Espírito.

capítulo 4

CRESCENDO EM FÉ

Ele, Jesus, nos dias da sua carne, tendo oferecido, com forte clamor e lágrimas, orações e súplicas a quem o podia livrar da morte e tendo sido ouvido por causa da sua piedade, embora sendo Filho, aprendeu a obediência pelas coisas que sofreu e, tendo sido aperfeiçoado, tornou-se o Autor da salvação eterna para todos os que lhe obedecem.

HEBREUS 5.7-9

Muitos cristãos, quando consideram a vida espiritual de Jesus, imaginam que ela deve ter sido relativamente estática e fixa. Afinal de contas, se ele é o Filho de Deus, se possui a natureza plenamente divina e viveu sem pecado, não pode haver qualquer sentido em que Jesus “crescia” em sua vida espiritual, pensa-se assim. Em vez disso, a sua vida com o Pai deve ter sido uma vida de plenitude estática e permanente, sem qualquer sentido de crescimento.

Em um nível, esta intuição é verdadeira. Visto que Jesus nunca pecou e sempre fez a vontade do seu Pai, ele sempre desfrutou da aprovação constante do Pai e vive em união íntima e permanente com seu Pai. Como nos diz João 15.10, Jesus permaneceu no amor do seu Pai, porque sempre guardou os mandamentos do seu Pai.

Mas há outro sentido em que a vida espiritual de Jesus não era estática. De fato, a sua vida espiritual era a mais dinâmica e crescente de todas possíveis, precisamente porque ele vivia, de coração, esta vida de obediência e submissão permanente à vontade do Pai. Em outras palavras, a vida de Jesus de obediência perfeita não tornou sua vida espiritual em uma experiência estática destituída de crescimento. A verdade é o oposto: porque ele obedecia perfeitamente ao Pai, inclusive em tempos de oposição, agonia, aflição e sofrimento, esta obediência perfeita resultou, de fato, no crescimento mais profundo e radical em sua vida espiritual

— um crescimento de fé muito maior do que alguém já experimentou.

Aprendendo a Obediência e Sendo Aperfeiçoado

Considere comigo Hebreus 5.8-9. Este breve texto contém algumas afirmações intrigantes que são profundamente instrutivas, quando pensamos em suas implicações no entendimento da vida de fé que Jesus viveu. Nesta passagem, Hebreus diz sobre Jesus que ele “aprendeu a obediência pelas coisas que sofreu” e, também, que, “tendo sido aperfeiçoado”, se tornou capaz de salvar aqueles que lhe obedecem (vv. 8, 9). Ora, sugiro-lhe que toda pessoa cuja concepção mental de Jesus é a de que ele era plenamente divino (o que, na verdade, ele é!) terá dificuldades para explicar este tipo de linguagem. Afinal de contas, se Cristo viveu sua vida movido basicamente por sua natureza divina — uma natureza que é infinitamente perfeita e não precisa aprender nada — então, o que Hebreus quer dizer nestes versículos? Mas, se Cristo viveu compelido fundamentalmente (e não exclusivamente) por sua natureza humana, a ideia de que ele aprendeu o que não sabia e se tornou o que não era antes começa a fazer sentido. Então, o que estas frases, neste texto, nos dizem sobre Jesus?

Nossa primeira afirmação, em Hebreus 5.8, nos diz que Jesus, embora fosse filho, “aprendeu a obediência pelas coisas que sofreu”. É importante notar que os versículos anteriores indicam que esta foi a experiência de Jesus durante a encarnação e, por isso, não eram verdadeiras sobre ele em sua existência na eternidade. Foi “nos dias da sua carne”, ou seja, sua vida humana, encarnada, na terra, que Jesus ofereceu, “com forte clamor e lágrimas, orações e súplicas a quem o podia livrar da morte” e foi “ouvido por causa da sua piedade” (Hb 5.7). Portanto, entendemos que a experiência descrita nesta passagem de Hebreus tem de ser a do Jesus humano e não seria verdadeira — de fato, não poderia ser verdadeira — quanto a este Filho em sua natureza estritamente divina, na qual ele viveu antes de sua encarnação. Jesus, como homem, ofereceu orações, com

clamor e lágrimas, e, como homem, aprendeu obediência pelo que sofreu.

Outra indicação de que Hebreus contempla Jesus em sua humanidade é o fato de que ele ofereceu orações e súplicas. Em sua natureza divina, Jesus tinha infinito poder e conhecimento exaustivo, portanto, suas orações e súplicas indicam uma das muitas expressões das limitações que ele encontrou como um ser humano integral. Por que oferecer súplicas — pedidos — se você já sabe tudo, inclusive a resposta às suas próprias orações? Além disso, por que rogar com clamores e lágrimas a outro que pode salvá-lo, se você tem poder irrestrito sobre qualquer um que possa ameaçá-lo? É claro que Jesus sentia fortemente a necessidade de ajuda divina e entendia como era totalmente dependente do que lhe podia ser provido pelo Pai. Por isso, de novo, o versículo 7 nos ajuda a perceber que Hebreus está considerando a experiência humana de Jesus, uma experiência em que ele sentia profundamente sua vulnerabilidade, sua fraqueza, sua ignorância de alguns aspectos do futuro e a necessidade de olhar para outro, a fim de obter orientação e proteção.

Havendo determinado que esta era a experiência humana de Jesus, perguntamos, em seguida, o que este ensino fascinante de Hebreus 5.8 significa: Jesus “aprendeu a obediência pelas coisas que sofreu”. A fim de entendermos isto, vamos considerar, primeiramente, duas possibilidades que, após investigação, não são plausíveis. Primeira, alguém pode pensar que esta frase se refere ao fato de que Jesus aprendeu a obedecer a seu Pai pela primeira vez na encarnação. Em outras palavras, Jesus, como o Filho eterno do Pai, plenamente igual ao Pai em sua natureza divina, nunca obedeceu ou teria obedecido ao Pai antes de sua encarnação, visto que essa obediência indicaria, em algum sentido, que ele era menor do que o Pai. Somente na encarnação, argumenta-se, o conceito de obediência é apropriado; somente quando o Filho assumiu a natureza humana, ele experimentou, pela primeira vez, o que significava obedecer ao seu Pai. Depois de citar Hebreus 5.8, Millard Erickson escreve: “Esta [passagem] sugere que obediência foi algo que ele aprendeu” e que

essa “obediência era talvez algo incomum ou inesperado para um filho”.(1)

Há duas razões para duvidarmos desta interpretação: (1) o próprio ensino de Jesus sobre o seu relacionamento com o Pai antes de sua encarnação sugere sua obediência ao Pai — sua submissão à vontade do Pai — em vir à terra para se tornar encarnado. Jesus disse: “Porque eu desci do céu, não para fazer a minha própria vontade, e sim a vontade daquele que me enviou” (Jo 6.38); e, de novo: “Pois não vim de mim mesmo, mas ele me enviou” (Jo 8.42). Parece evidente que, se na vida de Jesus, ele não fez a sua própria vontade e sim a vontade do seu Pai, que o enviou, e se ele não veio de si mesmo, mas veio porque o Pai o enviou, então, ele agiu em obediência para fazer a vontade de seu Pai, em sua vinda à terra. Não foi a sua vontade, em si mesma, que o fez vir, e sim a vontade do Pai, que o enviou. Certamente não queremos estar numa posição em que chegamos à conclusão de que o Filho foi, por seu Pai, obrigado a vir. É óbvio que ele escolheu vir espontânea e alegremente. O ponto é que sua escolha para vir foi uma escolha de submeter-se à vontade de seu Pai. Portanto, a obediência do Filho aconteceu na eternidade, antes da encarnação, quando o Filho escolheu fazer a vontade de seu Pai em vir para assumir a natureza humana.

2) Hebreus não diz somente que Jesus “aprendeu a obediência”. A sentença diz que ele “aprendeu a obediência *pelas coisas que sofreu*”. Portanto, o ensino não é que ele aprendeu a obedecer pela primeira vez em sua experiência, e sim que ele aprendeu a obedecer dentro deste contexto específico de sofrimento, agonia, aflição e oposição. A obediência do Filho na eternidade passada foi obediência verdadeira, mas não foi obediência forjada no fogo do sofrimento. Na encarnação, a obediência do Filho não foi idêntica à obediência que ele prestou anteriormente. Esta “obediência encarnada”, podemos assim chamá-la, foi prestada frequentemente num contexto de oposição e aflição, com o resultado frequente de que a obediência de Jesus foi a causa de mais sofrimento. Em outras palavras, ele sabia que, enquanto obedecia ao Pai, estava atraindo somente maior oposição e colocando a si mesmo numa situação de

sofrimento crescente. A obediência, em si mesma, não era uma coisa nova para ele, mas este *tipo* de obediência era realmente nova.⁽²⁾

Outra possível explicação do que Hebreus significa quando diz que o Filho “aprendeu a obediência pelas coisas que sofreu” pode ser eliminada sumariamente. Alguém pode pensar que Jesus, havendo desobedecido ao Pai muitas vezes antes, aprendeu finalmente a obedecer-lhe. Em outras palavras, o argumento é que Jesus por fim “conseguiu aprender”. Ele aprendeu finalmente que precisava obedecer e não desobedecer. Embora esta seja a nossa experiência (pelo menos, esperamos aprender a obedecer quando desobedecemos muitas vezes antes!), isso não pode ser o que o texto está dizendo. Alguns versículos antes, Hebreus declara sobre Jesus que ele foi tentado em todos os aspectos em que nós somos, “mas sem pecado” (4.15). Obviamente, concluímos que, se Jesus nunca pecou, ele nunca desobedeceu ao Pai. Não, Hebreus não quer dizer nesta passagem que um Jesus antes desobediente aprendeu finalmente a obedecer.

Se estas propostas não podem ser o significado de Hebreus 5.8, então, o que o texto está realmente dizendo? Permita-me oferecer quatro sugestões.

1) Embora Jesus fosse Filho e, como Filho, merecesse honra, lealdade, respeito e adoração daqueles com quem lidava, ele enfrentou destas mesmas pessoas muito ódio e oposição. Foi afligido, zombado, ridicularizado e rejeitado por muitas pessoas, de muitas maneiras. E, neste contexto de sofrimento, Jesus sabia que sua obediência ao Pai e à vontade do Pai significaria apenas sofrimento contínuo e intensificado. No entanto, apesar do sofrimento que Jesus sabia haveria de enfrentar, ele resistiu à tentação de evitar o sofrimento e sair da vontade do Pai; e, em vez disso, obedeceu resolutamente o Pai em cada passo do caminho, embora as coisas fossem muito difíceis. De fato, Jesus aprendeu a obedecer cada orientação e instrução do Pai sem comprometer-se ou falhar (cf. Jo 8.28-29), mesmo com grande custo, embora soubesse que sua obediência lhe traria apenas tristeza, aflição, rejeição, sofrimento intenso e, por fim, uma morte agonizante da parte dos que se opunham a ele.

2) Jesus obedeceu ao Pai no contexto de sofrimento, sabendo que sua obediência somente agravaria a intensidade desse sofrimento, mas Hebreus está dizendo mais do que isto. E lida com a ideia de que a vida espiritual de Jesus não era estática e de que ele crescia verdadeiramente em seu relacionamento com o Pai e crescia em fé a cada passo do caminho, à medida que obedecia ao Pai em meio ao sofrimento. Observe que Hebreus não declara (apenas): “Embora sendo Filho, obedeceu ao Pai em meio às coisas que sofreu”, por mais admirável que seja esta declaração. Mas leia com cuidado e perceba que este texto diz algo mais. Declara, ainda mais admiravelmente: “Embora sendo Filho, *aprendeu* a obediência pelas coisas que sofreu” (Hb 5.8). Então, em que sentido Jesus aprendeu a obedecer?

Será que Hebreus não está sugerindo que Jesus aprendeu a obedecer ao Pai durante toda a sua vida, com uma obediência que foi prestada em situações cada vez mais difíceis, à medida que ele crescia e se desenvolvia? À medida que o Filho aprendia a obedecer ao Pai nos primeiros tempos de exigências divinas “mais leves” e de consequente sofrimento “mais leve” — mais leve, ou seja, em comparação tanto com as exigências divinas quanto com os sofrimentos que ele enfrentaria no final, quando obedeceu ao Pai indo à cruz — estas experiências iniciais na provisão, proteção e direção do Pai o preparavam para os maiores atos de obediência que ele realizaria quando se aproximasse do tempo da cruz. Em outras palavras, aquelas primeiras “obediências”, podemos chamá-las assim, em circunstâncias de sofrimento e aflição mais leve, foram prescritas pelo Pai como o programa de treinamento necessário que prepararia Jesus para as obediências posteriores e mais difíceis que estavam por vir. Ele *aprendeu* a obedecer exigências divinas cada vez mais difíceis, acompanhadas de oposição e aflição cada vez mais árdua, durante toda a sua vida; e isso o preparou para a maior de todas as exigências divinas sobre ele e para o maior sofrimento que ele experimentaria ou poderia experimentar. Neste sentido, as dificuldades e aflições que Jesus experimentou durante toda a vida foram planejadas por seu Pai a fim de prepará-lo para os maiores —

realmente, os maiores! — atos de fé que ele precisaria realizar para completar a missão do Pai para seu Filho.

Considere dois indicadores que parecem apoiar este entendimento de Hebreus. Primeiramente, veja o que Hebreus acabou de dizer-nos no versículo 7. Lemos não somente que Jesus ofereceu orações e súplicas ao Pai durante a sua vida (“nos dias da sua carne”), mas também que ele fez isso “com forte clamor e lágrimas”. Se não trivializarmos o que isto significa, não concluiremos que as situações às quais este versículo se refere foram situações em que Jesus experimentou sofrimento e dificuldades agonizantes em seu empenho por obedecer ao Pai? Isto não indica que a confiança de Jesus no Pai e sua dependência do que o Pai lhe proveria foi luta e vitória árdua? Em sua vida, Jesus lutou para crer e lutou para obedecer, e lutou em oração, enquanto esperava no que o Pai lhe proveria o necessário. Expressando isto em outras palavras: a fé e a obediência de Jesus durante estes tempos de provação, em que ele ofereceu súplicas, com forte clamor e lágrima, não foram experiências de um andar de fé tranquilo ou de atos de obediência fáceis. A obediência de Jesus não era automática, como se a sua natureza divina eliminasse qualquer luta real para crer ou qualquer esforço para obedecer. Não, em sua natureza humana, Jesus lutou por fé e lutou para obedecer; do contrário, a realidade que Hebreus 5.7 descreve é tornada em drama e apresentada como falsa. A inclusão de “com forte clamor e lágrimas” nos fala sobre a realidade da luta que Jesus enfrentava enquanto confiava em seu Pai e lhe obedecia, orando fervorosamente pelo que necessitava para fazer a vontade do Pai.

Além disso, a vida de luta de Jesus para crer e obedecer é confirmada quando consideramos, de novo, sua experiência no jardim do Getsêmani. Mateus (26.36-46) e Marcos (14.32-42) nos dizem que Jesus orou três vezes no jardim, suplicando que o Pai removesse dele o cálice. Três vezes, também, Jesus declarou que, apesar deste desejo profundo e intenso de evitar a agonia da cruz, ele anelava muito mais fazer a vontade do seu Pai, e não a sua própria vontade. O relato de Lucas (22.39-46) acrescenta este pungente comentário: “E, estando em agonia, orava mais

intensamente. E aconteceu que o seu suor se tornou como gotas de sangue caindo sobre a terra” (v. 44). É simplesmente impossível pensarmos profundamente nestes relatos e chegarmos à conclusão de que, pelo fato de que Jesus era Deus e de que lhe era impossível pecar, sua obediência no jardim foi automática e fácil. Tudo que há nestas passagens exigem a conclusão oposta. A obediência de Jesus foi qualquer outra coisa, exceto automática e fácil; antes, foi uma luta tremendamente difícil e árdua. Orar três vezes, como o fez Jesus, indica luta profunda para aceitar, naquele tempo e lugar, a vontade do Pai de que ele fosse à cruz. Esta batalha para crer na bondade e na retidão da vontade do Pai não terminou rápida e facilmente. Se houve uma resolução imediata após ele orar pela primeira vez, por que orar uma segunda e uma terceira vez?

Também, o comentário de Jesus para os discípulos: “A minha alma está profundamente triste até à morte; ficai aqui e vigiai comigo” (Mt 26.38) indica uma agonia de alma que talvez não possamos nem imaginar. E o pedido de Jesus aos discípulos para que orassem com ele e por ele também mostra a seriedade do seu coração quando contemplou o sofrimento iminente da cruz. Todos estes fatores apontam para a mesma conclusão: Jesus sentiu profunda e agonizantemente o peso do sofrimento que ele estava sendo chamado a suportar. Ele desejou evitá-lo, se fosse possível, e por isso suplicou fervorosamente que Deus o fortalecesse para suportá-lo, levando-o a aceitar plenamente o que o Pai o enviara a fazer.

Permita-me tirar duas conclusões desta discussão. Primeira, a luta de Jesus para crer no Pai e obedecer-lhe era real! Oh! quão horrível é para o significado destes textos e quão desonroso é para o nosso Senhor pensarmos ou propormos que, pelo fato de que ele era plenamente Deus, sua obediência nesta e em outras ocasiões de sua vida foi fácil e automática! Nada poderia estar mais longe da verdade. A obediência de Cristo nesta ocasião foi difícil, dolorosa, agonizante, até mesmo torturante; e ele sentiu profundamente, de forma prolongada, a luta para crer no Pai e obedecer-lhe.

Devido ao fato de que este foi o *maior* ato de obediência que Jesus prestou, exigindo o mais profundo compromisso de fé e

esperança em seu Pai, à luz do mais severo de todos os sofrimentos que ele estava prestes a enfrentar na cruz, não é lógico que o Pai o havia preparado para este momento? Não podemos agora perceber que todos os seus testes de fé anteriores, as exigências divinas que ele seguiu e os sofrimentos que experimentou foram preparatórios e fortalecedores para sua obediência ao Pai no jardim? Então, eis uma pergunta interessante: Jesus poderia ter obedecido ao Pai e ido à cruz, para morrer por nossos pecados, quando tinha 12 anos de idade? Ele poderia ter feito isso no começo de seu ministério, aos 30 anos de idade? Ou o Pai sabia quando a fé de seu Filho seria suficientemente fortalecida para que, neste tempo, ele fosse capaz de se engajar na luta, resistir à tentação e dizer no final: “Não se faça a minha vontade, e sim a tua (22.42). Sim, Jesus aprendeu a obediência pelas coisas que sofreu. Ou seja, ele aprendeu a obedecer, de maneira crescente, às difíceis exigências do Pai, as quais prepararam-no para a mais árdua de todas as exigências — ir à cruz. Poderia ele ter enfrentado com sucesso este desafio do Getsêmani aos 12 ou aos 30 anos? Penso que a resposta é não. Embora a obediência prestada em cada passo ao longo de sua vida tenha sido admirável, todas essas experiências anteriores tinham o propósito de edificar sua fé, para que ele pudesse, no final, ser bem sucedido em cumprir a vontade do Pai em escolher suportar a agonia da cruz, em favor da remissão de nossos pecados.

Esta discussão leva naturalmente à consideração da segunda e impressionante descrição que Hebreus faz sobre a pessoa de Cristo. Depois de afirmar que Jesus “aprendeu a obediência pelas coisas que sofreu”, Hebreus diz: “E, tendo sido aperfeiçoado, tornou-se o Autor da salvação eterna para todos os que lhe obedecem” (5.9). Tendo sido aperfeiçoado? O que isto significa? E como pode ser isto? À luz do que já vimos, deve-se tornar evidente o que está sendo dito aqui. Como o Filho de Deus sem pecado, Jesus era nada menos do que perfeito em termos de seu caráter justo e obediência fiel diante do Pai. Ele nunca se moveu da pecaminosidade para a impecabilidade, como nós que estamos neste processo pela graça de Deus. Então, em que sentido Hebreus pode declarar que Jesus foi “aperfeiçoado”?

O termo usado em Hebreus 5.9 que foi traduzido por “aperfeiçoado” se refere a trazer ao término ou mover-se para um objetivo planejado ou desejado. As palavras *completo* e *maduro* também podem traduzir esta palavra grega. No caso de Jesus, a questão não era mover-se em direção à perfeição impecável, porque ele sempre foi impecavelmente perfeito. A questão era de formação de caráter e maturidade de fé, para que, no final, ele fosse capaz de obedecer à mais difícil exigência do seu Pai e ir à cruz. Reconheço que para muitos crentes este é um conceito difícil de assimilar — formação de caráter para Jesus? E maturidade de fé para o imaculado Filho de Deus? Entretanto, Hebreus está falando claramente sobre algum modo em que Jesus foi tornado perfeito, maduro e completo, como ele não era antes. E, como já vimos, isto não pode se referir a alguma mudança fundamental na natureza humana de Cristo, de algum grau de pecaminosidade para impecabilidade. Antes, isto tem de ser um tipo de maturidade que acontece dentro da natureza humana de Jesus totalmente sem pecado. E, visto que Hebreus declara que Jesus foi “aperfeiçoado” e o diz logo depois de nos contar que Jesus “aprendeu a obediência pelas coisas que sofreu”, é lógico que a perfeição ou a maturidade referida em Hebreus 5.9 é o resultado de ter ele aprendido obediência pelas coisas que sofreu.

A perfeição, ou maturidade, ou completude realizada em Jesus foi, portanto, o fortalecimento de seu caráter e fé até ao ponto em que ele seria capaz de aceitar plenamente a vontade do Pai para ir à cruz. O ser “aperfeiçoado” para Jesus diz respeito precisamente a seu crescimento em fé e seu fortalecimento de caráter e resolução, durante a sua vida de provas e sofrimentos, para que ele fosse plenamente maduro e capaz, por meio de oração e capacitação divina, de realizar a obra que o Pai o enviara a fazer. E, como Hebreus 5.9 nos lembra, é somente porque ele foi aperfeiçoado deste modo, através deste processo do amadurecimento de seu caráter e de sua fé, que Jesus foi capaz de ser o “Autor da salvação eterna para todos os que lhe obedecem”.

Muito estava em jogo, não somente em Jesus ir à cruz, mas também em ter ele vivido como viveu — aprendendo a obedecer

crescentemente às difíceis exigências do Pai, suportando sofrimento para que sua fé e caráter fossem fortalecidos — a fim de que, quando o momento da maior prova chegasse, ele aceitasse a vontade de seu Pai e se entregasse à morte pelos nossos pecados. Louvado seja Deus por causa da morte de Jesus na cruz pelos nossos pecados! E mais, louvado seja Deus pela vida de profunda obediência e fé crescente de Jesus, que o preparou para aceitar, no final, o propósito crucial para o qual o Pai o enviou ao mundo. Portanto, regozijemo-nos pelo fato de que Jesus “morreu pelos nossos pecados” (1 Co 15.3). Mas lembremos que isto aconteceu somente porque também é verdade que Jesus se tornou “obediente até à morte e morte de cruz” (Fp 2.8). A vida que Jesus viveu o preparou para a morte que ele morreu. Louvado seja o Salvador, o único Salvador de pecadores, que se entregou com resolução e paixão à vontade do seu Pai, aprendendo a “obediência” e sendo “aperfeiçoado”, por meio das lutas e provas da vida, para que fosse capaz, no final, de salvar todos os que creem nele e o seguem.

Aplicação

1) Não há “pequenas obediências”. Toda oportunidade que Deus nos dá ou para obedecer ou para desobedecer é uma oportunidade para essa formação de caráter e fortalecimento da fé que pode nos preparar para o maior desafio de fé que Deus tenha em mente para nós no futuro. Isto foi verdadeiro para Jesus. Ele teve de passar pelas aflições, provas, sofrimentos e tribulações que o Pai designara para ele, a fim de fortalecê-lo e prepará-lo para a maior prova imaginável de sua fé — aceitar a vontade do Pai em ir à cruz.

O treinamento da fé provada de Jesus é o mesmo tipo de treinamento que o Pai tenciona para nós. Quando temos este entendimento, ele transforma o modo como pensamos sobre os “pequenos” atos de obediência ou desobediência com que nos deparamos repetidas vezes cada dia. Podemos pensar nestas “pequenas obediências” como de maior ou de menor importância, enquanto, vistas corretamente, elas são meios ordenados por Deus para nos “aperfeiçoar” e nos capacitar a “aprender a obediência”,

para que, por meio destes testes de fé, sejamos amadurecidos e fortalecidos no caráter. Não temos a menor ideia de que oportunidades de trabalho no reino e expressões de fé talvez nos esperem no futuro, se somos obedientes agora em atos pequenos, preparando-nos para os desafios maiores que Deus, em sua misericórdia, pode colocar em nossa jornada. Aprendamos de Jesus que toda obediência é importante. Obedeçamos nas coisas menores, para que estejamos preparados para as maiores. Entendamos o papel que os testes de fé cumprem na preparação para o que Deus pode ter planejado para nós no futuro. Sejam mais e mais semelhantes a Jesus em sua resolução de obedecer, obedecer e obedecer, não importando o custo.

2) Sofrimento, aflição, tribulações e testes — estes são dons que Deus nos dá para nosso crescimento, as pedras de pavimentação necessárias no caminho que conduz à plenitude de caráter e de alegria. Assim como a vida de fé e de obediência de Jesus transforma nosso entendimento quanto à importância das pequenas obediências da vida, assim também o caminho de crescimento de Jesus transforma realmente a maneira como pensamos sobre o sofrimento. O Deus que anuncia “o que há de acontecer e desde a antiguidade, as coisas que ainda não sucederam” (Is 46.10) e faz todas as coisas “conforme o conselho da sua vontade” (Ef 1.11) está no pleno controle de toda situação de sofrimento e aflição com que nos deparamos.

Estranhamente, alguns cristãos parecem querer repelir o sofrimento. Acham que é melhor manterem o sofrimento à distância. Mas isto é um erro não somente nos aspectos bíblico e teológico, é também um grande erro nos aspectos espiritual e prático. Oh! que estímulo há em sabermos que Deus controla e ordena o sofrimento precisamente porque é por meio do sofrimento que crescemos nos caminhos que Deus planeja para nós, fortalecendo-nos para o que ele tem guardado para o futuro. Jesus foi preparado para enfrentar os maiores desafios de sua vida — os maiores desafios que alguém jamais poderia enfrentar! — somente porque seu Pai o guiou através

do treinamento de sofrimento, pelo qual ele “aprendeu a obediência”, passo a passo. Que Deus nos ajude a vermos a sabedoria divina no sofrimento ordenado e a bondade de Deus nas provas de nossa vida; e que crescamos por meio destas provas, de maneira que fortaleçam nosso caráter e traga maior glória para Deus.

3) A vida de fé, de fé crescente e caráter fortalecido é uma vida que envolve uma luta por fé e perseverança através das dificuldades. Esta vida de fé nunca é vivida em piloto automático; nunca é uma vida de passividade e tranquilidade; não é algo que alguém faz para nós sem a nossa participação ativa e completa. Estes vislumbres que tivemos sobre Jesus — que ofereceu orações e súplicas, com forte clamor e lágrimas, que orou três vezes no jardim de Getsêmani, para que o cálice fosse removido — deram evidência da natureza da vida de fé: ativa e semelhante a uma guerra. Se há alguém que poderíamos imaginar que levou uma vida em piloto automático, esse alguém seria Jesus. Afinal de contas, juntamente com sua verdadeira e plena humanidade, ele era plenamente Deus; e, embora tivesse a natureza de um homem, sua natureza humana era totalmente sem pecado. Você talvez pense que tal pessoa (diferentemente de qualquer um de nós!) poderia levar a vida sem qualquer esforço. Ter uma natureza divina e uma natureza humana impecável pareceria tornar fácil a obediência. Bem, olhemos novamente para Jesus. O que vemos é um homem que labutou para obedecer, que agonizou nos testes que o Pai designou para ele, lutou em meio às provas da vida para manter sua integridade e obediência diante de seu Pai.

À luz disso, devemos estar certos de que nós, que não somos Deus e não temos uma natureza sem pecado, acharemos necessário lutar por fé e labutar por obediência. Sim, no que diz respeito a todo e qualquer ato de fé e obediência, afirmamos, como Paulo, “não eu, mas a graça de Deus comigo”. Só podemos obedecer pela graça sustentadora e capacitadora de Deus. Mas esta capacitação divina não substitui a nossa responsabilidade de lutar e labutar. Pelo

contrário, essa capacitação divina ativa a nossa resolução e põe em operação a luta de fé necessária para obedecermos.

Que sejamos mais semelhantes a Jesus. Que consideremos importante cada obediência e vejamos cada uma delas como um passo em direção a maiores oportunidades de Deus para nós. Que aceitemos o sofrimento como um dos meios que Deus usa para produzir o crescimento e o fortalecimento de caráter de que tanto precisamos. E que resolvamos lutar em cada passo do caminho, pela abundante e infalível graça de Deus, para vermos os propósitos de Deus cumprirem-se em e através de nossa vida, por meio de fé e obediência crescentes diante dele.

Perguntas para Discussão

1) Não é impressionante o fato de que Jesus, o Deus-homem sem pecado (Hb 4.15), “aprendeu a obediência pelas coisas que sofreu” (Hb 5.8)? Como isto nos ajuda a apreciar mais a vida que Jesus viveu, as tentações que ele enfrentou e as aflições que suportou? Como a sua atitude para com Jesus é afetada por este entendimento a respeito dele?

2) Se Deus usou sofrimento e aflição na vida de Jesus para produzir maturidade, não é lógico que ele ordenou também trazer aflição à nossa vida para cumprir o mesmo propósito? Reflita em seu passado recente e considere algumas das dificuldades que você tem enfrentado e os sofrimentos pelos quais tem passado. Você pode vê-los agora como meios designados por Deus para lhe dar oportunidade de crer e crescer? O que você pode aprender de suas reações a estas experiências passadas que podem ajudá-lo a enfrentar a aflição futura designada por Deus?

3) Considere mais especificamente como o sofrimento em nossa vida pode produzir mudança de caráter e maturidade de fé. Pense em alguns exemplos claros de aflições que você já enfrentou e considere

os benefícios específicos que você obteve ou poderia ter obtido destas aflições.

4) Não há “pequenas” obediências, exatamente porque cada oportunidade de obedecer é uma oportunidade em que podemos ou crescer em nossa confiança em Deus ou afastar-nos dele. À luz disto, considere algumas das “pequenas” coisas em que você obedeceu ou desobedeceu em semanas recentes. Você pode ver nestas pequenas oportunidades meios pelos quais seu coração pode ser fortalecido pela obediência? Ou como seu coração pode se tornar mais frio e indiferente como resultado de desobediência? Como isto afeta sua atitude para com estas oportunidades de obedecer ao que Deus ordenou?

5) A obediência de Jesus não foi automática. Resistir à tentação e obedecer não foi fácil para ele. Jesus lutou em cada passo do caminho de sua luta para obedecer o que o Pai lhe ordenara fazer. Como este entendimento a respeito de Jesus nos ajuda quando enfrentamos lutas e obstáculos em nossa luta para obedecer os bons e sábios mandamentos de Deus?

(1) Millard J. Erickson, *Who's Tampering with the Trinity? An Assessment of the Subordination Debate* (Grand Rapids, MI: Kregel, 2009), 121.

(2) Uma linha de pensamento semelhante se aplica a Filipenses 2.7-8, onde Paulo afirma sobre o Filho encarnado: “E, reconhecido em figura humana, a si mesmo se humilhou, tornando-se obediente até à morte e morte de cruz”. Aqui, novamente, a afirmação não é meramente que Cristo “se humilhou por se tornar obediente”, como se ele nunca antes tivesse sido obediente ao Pai. Como já argumentamos, a própria vinda de Cristo a terra, para se tornar encarnado, foi um ato de obediência e submissão à vontade do seu Pai (cf. Jo 6.38; 8.42). A declaração de Paulo nesta passagem mostra a natureza e a extensão da obediência do Filho — uma obediência tão grande, tão extensa, tão completa, tão sacrificial, tão serviçal aos outros, que foi uma obediência “até à morte e morte de cruz”. Como já dissemos, a obediência do Filho prestada ao Pai não era, em si mesma, uma coisa nova, mas este *tipo* de obediência até esta *extensão* era realmente nova.

capítulo 5

RESISTINDO À TENTAÇÃO

Porque não temos sumo sacerdote que não possa compadecer-se das nossas fraquezas; antes, foi ele tentado em todas as coisas, à nossa semelhança, mas sem pecado.

HEBREUS 4.15

A pergunta teológica que dirigirá nossas reflexões neste capítulo é esta: como alguém pode explicar corretamente a realidade das tentações genuínas de Jesus, se afirma também que a pessoa tentada, a pessoa teantrópica que era tanto plenamente Deus quanto plenamente homem, era ele mesmo genuinamente impecável e, como tal, não podia pecar?(1) É claro que o problema suscitado por esta pergunta desapareceria de imediato se negássemos uma ou outra das afirmações para as quais a pergunta busca solução. Ou, se negamos a genuína realidade das tentações de Cristo, não há mais um problema aparente em sustentarmos a sua genuína impecabilidade. Ou, se negamos a genuína impecabilidade de Cristo, então, parece haver uma explicação mais natural para a possibilidade de Cristo ter sido genuinamente tentado. O problema deste capítulo é formulado por duas asseverações que a maioria dos estudiosos, na história da teologia, tem desejado manter:(2) (1) Cristo foi genuinamente tentado e (2) Cristo era genuinamente impecável. Como ambas as afirmações podem ser verdadeiras?

É evidente que a humanidade de Cristo é essencial em como lidamos com esta questão e com os assuntos relacionados a ela, pois é claro que a humanidade de Jesus devia estar envolvida em suas tentações de uma maneira que sua deidade não podia estar. Tiago nos informa algo muito importante quando consideramos as tentações de Cristo: “Deus não pode ser tentado pelo mal e ele mesmo a ninguém tenta” (Tg 1.13). Mas Jesus foi tentado. De fato, Hebreus nos diz que ele foi “tentado em todas as coisas, à nossa

semelhança, mas sem pecado” (Hb 4.15). Portanto, as tentações de Jesus se relacionam diretamente com sua humanidade. Mas também precisamos levar em conta o fato de que, além de ser plenamente humano, Jesus era plenamente Deus. Como tal, a maioria dos teólogos, inclusive eu mesmo, tem entendido que como Deus — ou melhor, como Deus-homem — Jesus era impecável, ou seja, ele não podia pecar. Então, como explicamos a realidade das genuínas tentações de Jesus, se afirmamos que aquele que foi tentado era, ele mesmo, impecável e, como tal, não podia pecar? E como o nosso entendimento da deidade e da humanidade de Cristo se relaciona com a nossa explicação da sua impecabilidade, da sua potencialidade para ser tentado e da inexistência do pecado nele?

Exemplos de Abordagens Evangélicas

Um pouco de informação sobre a maneira como alguns abordaram este assunto talvez possa ajudar-nos. Louis Berkhof trata deste problema brevemente, apresentando a questão, mas oferecendo, depois, apenas a mais indecisa e frustrante das respostas. Depois de discutir vários textos bíblicos que afirmam, com clareza, que Cristo experimentou tentações autênticas e regulares, durante seu ministério, Berkhof continua: “Não podemos ignorar a realidade das tentações de Jesus como o último Adão, embora seja difícil pensarmos naquele que não podia pecar como alguém que estava sendo tentado”.⁽³⁾ Em seguida, Berkhof oferece algumas soluções sem se comprometer com qualquer delas, concluindo: “Mas, apesar de tudo isto, o problema permanece: como era possível que aquele que *in concreto*, ou seja, como ele era realmente constituído, não podia pecar, nem mesmo ter uma inclinação para pecar, ser submetido à tentação real?”⁽⁴⁾ Fim da discussão.

A abordagem de Herman Bavinck é mais satisfatória. Ele afirma que a Escritura ensina tanto as tentações reais de Cristo quanto a inexistência real de pecado nele. No que diz respeito a esta, Bavinck afirma que a Escritura “nos impele a reconhecer em Cristo não somente uma inexistência de pecado empírica, mas também uma inexistência de pecado necessária”.⁽⁵⁾ Em outras palavras, o fato de

que Cristo não podia pecar não é apenas uma questão de registro histórico; o mais exato é que era logicamente impossível que ele pecasse. Portanto, Cristo foi genuinamente tentado, enquanto era genuinamente impecável. O que apoia a crença cristã na impecabilidade de Cristo? Bavinck admite duas implicações igualmente problemáticas de negar a impecabilidade de Cristo e dizer, como o fez Ário e alguns nominalistas medievais, que Cristo poderia, em princípio, ter pecado. Isto seria verdade se “Deus mesmo fosse capaz de pecar — o que é uma blasfêmia — ou se a união entre as naturezas divina e humana fosse considerada quebrável e, de fato, negada”.⁽⁶⁾

Mas, como podemos entender as tentações de Cristo? Bavinck sugere uma distinção entre a santidade inata da natureza divina da pessoa de Cristo e a santidade ética de sua natureza humana. Em resumo, a santidade inata da natureza divina de Cristo torna-o genuinamente impecável, enquanto a santidade ética de sua natureza humana torna-o aberto a tentação, lutas, obediência e crescimento. Bavinck conclui que, nas tentações de Cristo, “ele estava destinado, embora lutando como o fez, a permanecer fiel; a incapacidade de pecar (*non posse peccare*) não era uma questão de coerção, e sim ética em natureza e, portanto, tinha de ser manifestada de uma maneira ética”.⁽⁷⁾

William G. T. Shedd tem uma consideração mais ampla desta questão, dedicando um capítulo inteiro de sua *Dogmatic Theology* (Teologia Dogmática) à “Impecabilidade de Cristo”.⁽⁸⁾ Shedd explica a impecabilidade de Cristo afirmando a superioridade da vontade de sua natureza divina sobre a vontade de sua natureza humana. Obviamente, afirmando o *diotelitismo* do sexto concílio ecumênico, Constantinopla III, em 680, ele escreve: “Uma vontade impecável é uma vontade que é tão poderosa em sua autodeterminação para o bem, que não pode ser vencida por qualquer tentação para o mal, não importando quão forte seja a tentação”.⁽⁹⁾ A natureza divina de Cristo é impecável, visto que a vontade desta natureza divina não pode ser tentada para o mal e, muito menos, para fazer o mal. A natureza e a vontade humanas de Cristo são, portanto, impecáveis. Mas, embora a vontade humana de Cristo não pudesse pecar, sua

vontade divina fortalecia a vontade humana de tal modo que a vontade humana, divinamente capacitada, não pudesse pecar. Sozinha, a natureza humana podia pecar, mas, em união com a natureza divina, Cristo não podia pecar. Shedd oferece uma analogia proveitosa: Consequentemente, o que poderia ser feito pela natureza humana, se estivesse *sozinha* e por si mesma, não poderia ser feito por ela nesta *união* com a santidade onipotente. Um arame de ferro pode ser dobrado ou quebrado por uma mão de homem, mas, quando o arame é unido em uma barra de ferro, não pode mais ser dobrado ou quebrado... Um mero homem pode ser vencido pela tentação, mas um Deus-homem não pode... Por conseguinte, Cristo, embora tivesse, em sua constituição, uma natureza *humana* pecável, era uma *pessoa* impecável. A impecabilidade caracteriza o Deus-homem como um todo, enquanto a pecabilidade é uma propriedade de sua humanidade.⁽¹⁰⁾

Além disso, Shedd afirma que a principal razão por que a natureza impecável de Cristo em união com a natureza divina não podia pecar (embora sozinha ela pudesse pecar) é que a santidade da natureza divina era tal que não podia tolerar o pecado. Mas, se a natureza humana fosse capaz de pecar quando unida à natureza divina, isto comprometeria inevitavelmente a santidade da própria natureza divina — o que é impensável e impossível. Nesse caso, “a culpa não se restringiria à natureza humana”, mas a natureza divina também seria maculada.⁽¹¹⁾ Uma vez que isto não podia acontecer com a natureza divina imutavelmente santa, quando houve a união das naturezas divina e humana, a natureza humana foi tornada impecável pela virtude de sua união com a natureza divina impecável e invencível.

Mas, então, como poderia o Cristo impecável ser verdadeiramente tentado? Shedd faz distinção entre a *susceptibilidade constitucional* da natureza humana de Cristo, que era vulnerável a fraqueza e limitação e aberta a tentações tanto físicas quanto mentais, e a *vontade humana* de Cristo, que, estando unida à natureza divina, era incapaz de ceder a quaisquer tentações que ele enfrentasse. Portanto, embora as tentações tenham sido sentidas e experimentadas fortemente por uma constituição humana

totalmente suscetível à tentação, Cristo permanecia incapaz de pecar por virtude da capacitação sobrenatural da vontade divina que não permitiria a vontade humana pecar. Shedd explica: “As tentações foram muito fortes, mas, se a autodeterminação da vontade santa de Cristo era mais forte do que as tentações, então, elas não poderiam induzi-lo a pecar, e ele seria impecável. Mas, evidentemente, ele seria suscetível à tentação”.(12)

Thomas Morris e Gerald O’Collins ofereceram variações de um proposto entendimento que explicaria a impecabilidade de Cristo e a genuinidade de suas tentações. De acordo com este entendimento, Cristo podia ser impecável e ser genuinamente tentado, embora não soubesse que era impecável. Morris explica a ideia desta maneira: Dissemos que parece ser uma verdade conceitual que, em algum sentido, a tentação exige a possibilidade de pecar. Após reflexão, podemos ver que é a possibilidade *epistêmica* de pecar, e não a possibilidade amplamente lógica, metafísica ou mesmo física que está conceitualmente ligada à tentação... Jesus só poderia ser tentado a pecar se fosse epistemologicamente possível que ele pecasse.(13) De modo semelhante, O’Collins afirma que “Jesus podia ser verdadeiramente tentado e testado, contanto que não soubesse que não podia pecar”. Se Cristo fosse impecável e soubesse que ele mesmo era assim, os relatos bíblicos sobre a sua luta e agonia em tentação teriam sido simplesmente “uma performance desempenhada em benefício da edificação de outros”.(14)

Como um exemplo de uma perspectiva contrária, podemos considerar a proposta oferecida por Millard Erickson. Para Erickson, a Escritura ensina claramente que Cristo *não pecou* e que Deus *não pode pecar*. Mas ele insiste em que isso não exige, logicamente, que Cristo não poderia ter pecado. Hebreus 4.15 pareceria indicar que, embora Cristo nunca pecou, ele deve ter sido capaz de pecar, argumenta Erickson. De acordo com esta passagem, Cristo “foi... tentado em todas as coisas, à nossa semelhança, mas sem pecado”. Mas, se ele foi tentado em todas as coisas, à nossa semelhança, isto não tem de incluir o fato de que Cristo pode ter cedido à tentação? Erickson escreve: “A força da passagem é que Cristo pode interceder por nós porque ele se identificou completamente conosco; isto

parece implicar que sua tentação incluiu não somente todo o alcance do pecado, mas também a possibilidade real de pecar”.⁽¹⁵⁾ Erickson considera a opinião de Morris, que já discutimos, e a descarta como inadequada. Eu concordaria com isso.

No entanto, hipoteticamente, o que estaria envolvido no evento de Cristo haver pecado? Visto que Deus não pode pecar, a deidade de Cristo não poderia ter estado envolvida no ato de pecado que Cristo, neste cenário hipotético, teria cometido. Mas, como não, visto que as naturezas divina e humana foram unidas na pessoa de Jesus Cristo, na encarnação? Erickson sugere: “Na própria iminência da decisão de pecar, quando esta decisão ainda não havia acontecido, mas o Pai sabia que ela estava prestes a ser tomada, a segunda pessoa da Trindade teria deixado a natureza humana de Jesus, desfazendo a encarnação”.⁽¹⁶⁾ Aparentemente, Erickson considera hipoteticamente possível uma das alternativas que Bavinck quis evitar. De fato, a união das naturezas divina e humana seria, neste caso, suscetível a ruptura, a fim de proteger a natureza divina do envolvimento no pecado. Também é interessante a observação de que Erickson e Shedd parecem concordar em que, na união das naturezas divina e humana na pessoa de Cristo, ele não podia pecar. Ambos aceitam a posição de que, se Cristo pecasse em sua pessoa, ou seja, na união de suas naturezas divina e humana, este ato imoral comprometeria, necessariamente, a natureza divina de Jesus. Enquanto Shedd argumenta, com base nisto, que a natureza divina outorgava poder à vontade humana pecável, tornando impecável a pessoa teantrópica de Cristo, Erickson argumenta que, se Cristo estivesse prestes a cometer um ato de pecado, nesta situação hipotética, primeiramente a natureza divina se apartaria da natureza humana de Cristo, para que o pecado cometido fosse praticado somente pela natureza humana e não envolvesse a natureza divina santa e impecável.

Uma Proposta Alternativa

Há algum tempo tenho considerado outra maneira possível de lidar com esta questão, uma maneira que resulta de um forte senso

de que Cristo deve ser entendido como quem viveu sua vida em obediência impecável como um homem, ungido e capacitado pelo Espírito, para que vivesse sua vida e cumprisse sua chamada, obediente até ao fim.⁽¹⁷⁾ Essencialmente, esta proposta diz o seguinte: Jesus era genuinamente impecável devido ao fato de que, na encarnação, ele era a própria segunda pessoa da Trindade, eterna e imutavelmente santa, que uniu a si mesma uma natureza plenamente humana. No entanto, esta impecabilidade de sua pessoa não tornou suas tentações inautênticas ou suas lutas artificiais. Como pode ser isto? Jesus resistiu a estas tentações e obedeceu ao seu Pai, em todas as maneiras, não por recorrer à sua natureza divina, e sim por meio dos recursos que lhe foram dados em sua humanidade plena. Em resumo, esta proposta sugere que aceitar a distinção entre por que Cristo *não podia pecar* — ou seja, ele era Deus — e por que *ele não pecou* — ou seja, ele era o Jesus humano, ungido e capacitado pelo Espírito — nos apresenta, de fato, uma resposta para este problema teológico que promete explicar totalmente a genuinidade tanto da impecabilidade de Cristo quanto das suas tentações. Tendo apresentado um resumo desta proposta, quero desenvolvê-la um pouco.

Primeiramente, começamos por afirmar o que é, de algumas maneiras, tanto a mais clara quanto a mais importante verdade em toda esta discussão: Cristo não pecou, de maneira alguma. Nisto, a Escritura é abundantemente clara: “Aquele que não conheceu pecado, ele o fez pecado por nós; para que, nele, fôssemos feitos justiça de Deus” (2 Co 5.21); “Foi ele [Cristo] tentado em todas as coisas, à nossa semelhança, mas sem pecado” (Hb 4.15); “Para isto mesmo fostes chamados, pois que também Cristo sofreu em vosso lugar, deixando-vos exemplo para seguirdes os seus passos, o qual não cometeu pecado, nem dolo algum se achou em sua boca” (1 Pe 2.21-22 — que inclui uma citação de Is 53.9); e: “Sabeis também que ele se manifestou para tirar os pecados, e nele não existe pecado” (1 Jo 3.5).

Em segundo, a impecabilidade de Cristo é uma inferência lógica do ensino da Escritura sobre a pessoa do Cristo encarnado; e a inferência é tão clara e convincente que é ilógico pensarmos em Jesus

sem levar em conta esta inferência, pela qual conhecemos a verdade de sua impecabilidade. Nisto eu concordo com Shedd, ao argumentar que, se Cristo pudesse pecar, “a culpa não se restringiria à natureza humana”, mas a natureza divina também seria maculada. (18) Uma vez que isto não podia acontecer com a natureza divina imutavelmente santa, quando houve a união das naturezas divina e humana, a natureza humana é tornada impecável pela virtude de sua união com a natureza divina impecável.

Ou alguém poderia pensar sobre a questão nestes termos: visto que o Santo nascido de Maria era plenamente Deus e plenamente homem, isto parece envolver algumas limitações na expressão das suas naturezas divina e humana. Ou seja, não somente a união das duas naturezas exigiria alguma limitação na expressão de certos atributos divinos, para que ele vivesse uma vida humana autêntica — por exemplo, Cristo cresceu em sabedoria e teve conhecimento limitado (cf. Lc 2.40, 52) — mas também estaria envolvida alguma limitação de sua escolha e atividade humana, para que não acontecesse nenhuma ação que ameaçaria a integridade ou a santidade de sua natureza divina.

Ora, não estou dizendo que Cristo não teve experiências que foram peculiares e singulares à sua deidade ou à sua humanidade, respectivamente. Pelo contrário, estou dizendo que nenhuma expressão ou da sua deidade ou da sua humanidade poderia violar a integridade da outra natureza. Por exemplo, Jesus podia, como Deus, perdoar pecados (cf. Mc 2.5, ss.), mas esta ação não violava a integridade de sua natureza humana, embora se estendesse, certamente, para além das habilidades e limitações dessa natureza humana. De modo semelhante, Jesus podia ter fome (cf. Lc 4.2) ou sede (cf. Jo 19.28), mas estas experiências genuinamente humanas não violavam a natureza divina de Jesus, porque nessa natureza divina nada corresponde à experiência física de fome ou de sede.

Mas alguém pode dizer a mesma coisa sobre a possibilidade hipotética de o teantrópico Jesus pecar. Até mesmo Erickson, que pretende afirmar que Jesus poderia ter pecado, é relutante para dizer que Jesus, na capacidade de pessoa teantrópica — ou seja, como a pessoa constituída de naturezas divina e humana em união —

poderia ter pecado. Por quê? Erickson, Shedd, Bavinck e quase todos entendem que, se o teantrópico Jesus pecasse, a substância moral desta ação não poderia ser separada de sua natureza divina. Diferentemente das experiências de fome e sede de Jesus, que não correspondem a nada comparável em sua natureza divina, se o teantrópico Jesus pecasse, este ato moral — ou, mais precisamente, este ato imoral — corresponderia realmente a algo em sua natureza divina: a própria natureza santa e moral de Deus. Portanto, a menos que imaginemos a separação das duas naturezas que Erickson propõe, o teantrópico Jesus, como Deus e homem unidos indissolivelmente em uma única pessoa, não podia pecar.⁽¹⁹⁾

Em terceiro, e o mais importante para a posição que estou argumentando aqui, a impecabilidade de Cristo, por virtude de sua natureza divina unida à sua natureza humana, não está diretamente relacionada a como ele resistiu à tentação e a como foi que ele não pecou. Sim, Cristo era impecável, mas sua impecabilidade é literalmente irrelevante para explicar a inexistência de pecado nele. A intuição evangélica comum parece ser esta: se a razão por que Cristo *não podia* pecar é que ele era Deus, então, a razão por que ele *não* pecou tem de ser, igualmente, que ele era Deus. Minha proposta nega esta simetria e insiste em que as questões de por que Cristo *não podia pecar* e por que *ele não pecou* exigem, em vez disso, respostas notavelmente diferentes.

Para entendermos melhor a distinção aqui invocada entre por que algo *não podia* acontecer e por que *não aconteceu realmente*, considere comigo duas ilustrações. Primeiramente, imagine um nadador que deseja quebrar o recorde mundial do mais longo nado contínuo (que, conforme li, é acima de 120 quilômetros). À medida que o nadador treina, além de seus nados diários de 8 a 16 quilômetros, ele inclui nados semanais de maior distância. Em alguns dos nados mais longos de 48 e 64 quilômetros, ele observa que seus músculos podem começar a contrair-se e ter um pouco de câibra. O nadador se preocupa com o fato de que na tentativa de quebrar o recorde mundial, seus músculos poderiam ter câibra severa, e ele poderia, então, se afogar. Por isso, ele consulta seus amigos, e eles decidem providenciar um barco para acompanhá-lo a

uma distância de sete a dez metros atrás dele, mantendo-se suficientemente próximos para pegá-lo, se surgir algum problema sério, e apropriadamente distantes para não interferirem na tentativa histórica de nado. No dia designado, estando as condições ideais, o nadador pula e começa sua tentativa de quebrar o recorde mundial. À medida que ele nada, o barco segue tranquilamente atrás, pronto para pegá-lo, se necessário. Mas nenhuma ajuda é necessária; com determinação e resolução, o nadador continua incansavelmente. Ele nada, nada e, no devido tempo, consegue quebrar o recorde mundial.

Agora, considere estas duas perguntas: (1) por que o nadador *não poderia ter-se afogado* neste evento de quebra de recorde? A resposta é que o barco estava lá o tempo todo, pronto para resgatá-lo, se necessário. Mas (2) por que o nadador *não se afogou*? A resposta é que ele se manteve nadando! Observe que a resposta da segunda pergunta não tem nada a ver com o barco, ou seja, ela não tem nada a ver com a resposta da primeira pergunta. De fato, se você desse a resposta do “barco” à segunda pergunta, o nadador ficaria admirado e desapontado. Não é verdade simplesmente que o nadador não se afogou porque o barco estava lá. O barco, literalmente, não teve nada a ver com a razão por que o nadador não se afogou. Além disso, embora o nadador soubesse que poderia não ter-se afogado, porque o barco seguia atrás dele, esse conhecimento não teve nada a ver com a razão por que ele não se afogou, porque também sabia que, se tivesse dependido do barco, sua missão de quebrar o recorde mundial seria frustrada. Portanto, embora ele soubesse que poderia não se afogar, por causa do barco, também sabia que só poderia atingir seu alvo por meio de nadar como se não houvesse nenhum barco.

Em segundo, imagine um aluno de ensino médio que é excelente em matemática. Está chegando o momento de uma grande prova, para a qual o professor permite que os alunos usem calculadoras. Mas este aluno escolhe manter sua calculadora no bolso durante a prova. Ele sabe que, se usasse a calculadora, o exame seria (para ele!) uma moleza, e conseguiria uma nota perfeita, sem qualquer erro. Mas, em vez disso, ele faz, apenas de cabeça e à mão,

todas as equações e soluções dos problemas numa folha de papel. Está comprometido a fazer o máximo de si mesmo para ser bem sucedido neste exame sem usar a calculadora que tem consigo. Quando as provas são devolvidas, nosso aluno é o único que consegue nota 100. Quando um amigo de outra classe ouve sua nota perfeita, diz ao nosso aluno: “Bem, é claro que você conseguiu uma nota perfeita na prova porque, como ouvimos, o professor permitiu que todos vocês usassem calculadoras”. “Ah!”, nosso aluno responde, “eu *poderia* ter usado minha calculadora, mas *fiz* a prova totalmente sozinho, sem usá-la de maneira alguma”. Então, por que nosso aluno dotado, ao fazer a prova, *não poderia* ter falhado em obter nota perfeita? Poderia ter usado a calculadora, assegurando-lhe que recebesse nota 100. Mas, por que nosso aluno dotado não falhou em obter uma nota perfeita na prova? Ele usou a mente e se empenhou ao máximo. A presença da calculadora foi irrelevante para que nosso aluno obtivesse sua nota perfeita. Talvez estas ilustrações sejam suficientes para ajudar a comunicar tanto a legitimidade quanto a importância desta distinção entre por que algo *não podia* acontecer e por que *não aconteceu* realmente. Embora Cristo fosse plenamente Deus e, nesta condição, não podia pecar, ele não apelou deliberadamente, por assim dizer, à sua natureza divina em lutar contra as tentações com que se deparou. Como um ser humano, ele não somente podia ser tentado, mas foi tentado nas maiores maneiras em que qualquer ser humano já foi tentado, em toda a história. No entanto, em cada tentação, ele lutou e resistiu plena e totalmente sem qualquer uso de ou apelo à sua natureza divina intrínseca.

Quando consideramos novamente as tentações de Cristo, parece que deveríamos afirmar que o Jesus teantrópico *não podia* pecar porque ele era Deus. Mas isto não responde necessariamente a pergunta por que ele não pecou. E a resposta que a Escritura nos sugere é esta: Jesus não pecou, não porque dependeu do poder sobrenatural de sua natureza divina ou porque a sua natureza divina dava grande poder à sua natureza humana, impedindo-o de pecar, e sim porque ele utilizou todos os recursos que lhe foram dados em sua humanidade. Ele amava e meditava a Palavra de Deus

(considere, de novo, a importância de Salmo 1 ser o salmo que inicia o saltério, apontando obviamente para Cristo); ele orava ao seu Pai, confiava na sabedoria e na retidão da vontade e da Palavra de seu Pai e, muito significativamente, dependia do poder sobrenatural do Espírito para capacitá-lo a fazer tudo que fora chamado a fazer. Jesus viveu sua vida em dependência do Espírito, para que sua resistência à tentação e sua obediência à vontade do Pai acontecessem por meio de, e não sem, a capacitação que lhe foi dada como o segundo Adão, o descendente do Abraão, o Filho de Davi. Lembre, novamente, a afirmação de Pedro de que Deus ungiu a Jesus “com o Espírito Santo e com poder” e de que ele andou por toda parte, fazendo o bem (a vida e a obediência moral de Cristo), bem como curando a todos os oprimidos do Diabo (os milagres realizados), “porque Deus era com ele” (At 10.38). Embora Jesus fosse Deus e, como Deus-homem, fosse impecável, ele resistiu à tentação e obedeceu ao Pai não por sua natureza divina, e sim pelo poder do Espírito que habitava nele.

Ainda, poderia Cristo, como o Salvador teantrópico, saber que era genuinamente impecável e, apesar disso, ser genuinamente tentado? A resposta é sim, visto que ele também sabia que sua missão era obedecer onde Adão falhara e viver sua vida como o homem perfeitamente obediente, por meio do poder do Espírito. Cristo sabia que depender de sua natureza divina significaria perder a missão para a qual ele fora enviado. Assim como o nosso nadador só pôde conseguir a vitória na quebra do recorde porque não fez uso do barco que estava lá para lhe garantir segurança, e assim como o nosso aluno de matemática só pôde obter, por si mesmo, uma nota perfeita na prova porque manteve a calculadora no seu bolso, assim também Jesus sabia que sua missão exigia que ele enfrentasse a tentação — toda tentação, toda vez! — por usar apenas aqueles recursos que lhe foram providos em sua humanidade. E assim ele o fez. Por causa de nós e de nossa salvação, ele fortaleceu seu coração para combater a tentação como um homem, em dependência de seu Pai e pelo poder do Espírito. Louvado seja Jesus, que, embora tenha sido tentado em todas as coisas, nunca, nunca pecou.

A Extensão e a Força das Tentações de Cristo

Mais uma questão deve ser considerada à luz do que já vimos. Argumentamos que as tentações de Cristo eram reais e genuínas e que, embora ele fosse plenamente Deus, lutou com as tentações como um homem, cheio do Espírito. Assim, Jesus podia ser, e era, genuinamente impecável e, também, genuinamente tentado. Reconhecida a genuinidade das tentações de Cristo, queremos agora perguntar isto: quão extensas foram essas tentações e quão grande foi a dificuldade que nosso Senhor enfrentou em resistir às tentações, para que fosse o Salvador sem pecado que ele tinha de ser para realizar a salvação?

Há dois elementos para a nossa resposta. Primeiro, é lógico que Jesus enfrentou os mais difíceis e mais implacáveis ataques de tentações que alguém já recebeu. Afinal de contas, Satanás sabia o que estava em jogo na vinda de Jesus. O oferecimento dos reinos do mundo por parte de Satanás (Lc 4.5-8) indica seu conhecimento de por que Cristo viera. Satanás sabia que a obra de Cristo destruiria tudo que ele construía, que o estabelecimento do reino de Cristo traria um fim ao seu domínio. E, por isso, o Diabo colocou diante de Cristo as tentações mais difíceis que ele podia conceber. Além disso, Satanás sabia quantos pecados eram necessários para tornar Jesus pecador. A resposta neste caso é impressionante, quando pensamos em toda a vida que Jesus viveu. Um pecado, somente um, conseguiria o objetivo desejado. Satanás precisava derrubar Jesus *apenas uma vez* para acabar com a ameaça ao reino das trevas, sobre o qual ele reinava. Por isso, a força e a natureza implacável das tentações de Satanás contra Cristo superaram, certamente, tudo que Satanás já fez contra qualquer outra pessoa.

Acho este ponto proveitoso quando fazemos a sugestão de que nossas tentações são maiores do que as que nosso Senhor enfrentou, porque temos natureza pecaminosa e ele não teve. Isto é verdade: Cristo não nasceu com o pecado de Adão (ele era o segundo Adão), e, porque ele nunca pecou, sua natureza humana não foi contaminada pelo pecado. Nossa natureza é profundamente

pecaminosa; por isso, alguns pensam que as tentações que surgem de nossos anseios pecaminosos têm de superar em dificuldade as tentações que Cristo teve. Esta sugestão não leva em conta a força intensificada que Satanás trouxe contra Jesus. De fato, Cristo não foi tentado por meio de uma natureza pecaminosa, como nós o somos. Mas ele enfrentou os mais fortes e mais implacáveis ataques de tentações que Satanás já planejou para alguém. Acho que podemos supor, apropriadamente, que o que faltou em termos de tentações internas procedentes de uma natureza pecaminosa, Cristo o experimentou, em muito maior medida, das tentações externas que Satanás trouxe forçosa e implacavelmente contra ele.

Segundo, visto que Jesus nunca pecou, ele combateu totalmente cada tentação, cada vez, experimentando a força implacável de cada tentação, até que foi bem sucedido em derrotar cada uma delas, saindo vitorioso. Não é claro, para qualquer um de nós que pensa no pecado em nossa própria vida, que uma das razões por que cedemos à tentação é que a pressão acaba e a batalha termina quando cedemos? O senso imediato de alívio da luta é profundamente apelativo, quando não queremos continuar lutando! Então, admiremo-nos de nosso Salvador *impecável*! Porque ele nunca pecou ao ser tentado, isto significa que ele combateu cada tentação totalmente até ao fim. Jesus nunca, nem uma única vez, cedeu ao anseio sedutor e prazeroso apenas para terminar a luta por render-se à tentação. Em vez disso, ele lutou, lutou e lutou, em cada tentação, cada vez, saindo sempre vitorioso. Certamente, a sua luta no jardim do Getsêmani ilustra isso. Por que Jesus, em sua agonia, orou três vezes, até derramar gotas de sangue, a respeito de obedecer à vontade de seu Pai? Não foi porque ele tinha de continuar lutando para que vencesse? Sua obediência foi extremamente difícil nesta ocasião, e ele tinha de engajar-se na luta. Portanto, maravilhe-se disto: nosso Salvador combateu totalmente cada tentação, cada vez, até ao fim, e nunca cedeu, nem uma vez. Maravilhe-se, admire e adore.

Aplicação

1) Que diferença faz saber que Jesus viveu sua vida como um de nós, enfrentando as tentações com os recursos que lhe foram dados em sua natureza humana! Nisto, vemos que a vitória sobre cada tentação pode realmente acontecer. Os recursos que Deus nos dá — especificamente, sua Palavra, a oração e o poder do Espírito — estão disponíveis para nós como estiveram para Jesus. Podemos olhar para Jesus com a compreensão de que ele viveu o tipo de vida que também somos chamados a viver e usou os mesmos meios que também nos são dados. Essa esperança e confiança estão alicerçadas no entendimento de que Jesus resistiu à tentação totalmente como um ser humano. Olhamos para Jesus e temos esperança. Uma vida humana em obediência ao Pai foi como Jesus viveu. E temos toda a razão de crer na graça de Deus para vermos nossa obediência aumentar, à medida que usamos o que Deus tornou disponível para nós, como o fez para Jesus.

2) É claro que usar os recursos disponíveis se torna uma das questões essenciais em nossa santificação e resistência à tentação. Ter a mente saturada com a Palavra de Deus, como Jesus tinha, não acontece inesperadamente. Ter uma vida de oração fervorosa e regular, como Jesus tinha, não surgirá magicamente. Aprender a confiar no poder do Espírito quando somos tentados, como Jesus confiava, não é automático. Quando aprenderemos que, embora a vida cristã seja vivida pela graça, a graça de Deus que está agindo em nós procura ativar-nos, e não substituir-nos, em assumirmos as atividades necessárias da vida espiritual a fim de crescermos como devemos? Podemos cantar: “Que a mente de Cristo esteja em mim dia após dia”, mas, se não lemos a Escritura com diligência e não meditamos regularmente na Palavra de Cristo, não teremos a mente dele. Portanto, enquanto olhamos para Jesus com esperança, vendo nele um ser humano verdadeiro que enfrentou e venceu a batalha contra a tentação, também devemos ver nele um homem que se entregou, com diligência e zelo, a uma vida dedicada à Palavra de Deus, à oração e à dependência do Espírito. Em nosso desejo por compartilhar de sua vitória sobre a tentação, compartilhemos

também de sua dedicação a tudo que é necessário para fortalecer a nossa mente e a nossa alma.

3) Regozije-se no fato de que, embora Cristo tenha sido tentado em todas as coisas, como nós somos, ele nunca pecou! Visto que sua obediência não foi automática, que ele lutou fervorosamente, em cada ocasião, até ao ponto necessário para vencer cada tentação que lhe sobreveio, devemos dar-lhe nossas mais profundas expressões de agradecimento e louvor. Quão maravilhoso é o fato de que ele nunca pecou! Quão admirável foi a sua perfeita obediência! E, se nada menos do que isso foi exigido daquele que tomaria o nosso lugar e morreria por nossos pecados, ficamos maravilhados com este Jesus humano, que foi bem sucedido, cada dia de sua vida, em viver em obediência ao seu Pai. Que homem! Que exemplo! Que Salvador!

Perguntas de Discussão

1) Hebreus 4.15 nos diz que Jesus “foi... tentado em todas as coisas, à nossa semelhança, mas sem pecado”. Quando você medita neste versículo, qual é, em sua própria vida, o impacto de pensar que Jesus foi tentado “em todas as coisas”, como você é tentado, e que ele suportou cada uma destas tentações “sem pecado”?

2) Quão importante é sabermos que estas tentações foram *reais* e que a resistência bem sucedida de Jesus a elas não foi automática, mas, em vez disso, foi luta árdua e vitória árdua? Como o seu entendimento sobre Jesus muda, se você pensa que ele resistiu às tentações movido por sua natureza divina e não por sua natureza humana?

3) Considere os recursos que Deus deu a Jesus, para que usasse em sua luta contra a tentação. Principalmente, lhe foram dadas a Palavra de Deus, a oração, a comunidade da fé e o dom sobrenatural do Espírito Santo. Pense na vida de Cristo e medite em como ele usou

estes vários recursos. Como ele usou cada um deles? Que efeito cada um deles teve na capacidade de Cristo para resistir à tentação e obedecer ao Pai?

4) Somos chamados a seguir os passos de Jesus, e isso significa que devemos usar os mesmos recursos que ele usou. Pense, por um momento, em cada um destes recursos. Como você está usando o recurso da Palavra de Deus? Da oração? De amigos crentes e do apoio deles? Da dependência do Espírito Santo?

5) Se nos mostramos sérios quanto a derrotar a tentação em nossa vida e quanto a crescer em nossa obediência para com Deus, temos de considerar seriamente como podemos fazer melhor uso dos dons capacitadores que Deus nos dá para crescimento, santificação e obediência. Portanto, uma boa pergunta a fazermos é esta: como podemos crescer em fazer melhor uso destes dons divinos que nos capacitam a resistir à tentação e a obedecer ao nosso Senhor Jesus Cristo? Quais são algumas maneiras específicas pelas quais podemos ver que crescemos no entendimento e na utilização estes dons?

(1) Tradicionalmente definida, a “impecabilidade” afirma sobre Cristo não somente que ele *não pecou* (o que é verdadeiro), mas também, com maior insistência, que ele *não podia pecar*. Como impecável, Cristo era não somente *posse non pecare* (posso não pecar), mas também, o mais importante, *non posse pecare* (não posso pecar).

(2) M. E. Osterhaven exagera quanto à aceitação histórica da doutrina da impecabilidade de Cristo quando diz: “O ensino de que Jesus Cristo era sem pecado (impecável)... tem sido uma convicção universal da igreja cristã”. “Sinlessness of Christ”, em *Evangelical Dictionary of Theology*, ed. Walter A. Elwell (Grand Rapids, MI: Baker, 1984), 1018. Apesar disso, ele mostra corretamente o fato de que até os defensores das heresias cristológicas mais notáveis na igreja primitiva não negavam a inexistência do pecado em Cristo, embora tivessem menos certeza quanto à sua impecabilidade.

(3) Louis Berkhof, *Systematic Theology* (London: Banner of Truth, 1939), 338.

(4) Ibid.

(5) Herman Bavinck, *Reformed Dogmatics*, vol. 3, *Sin and Salvation in Christ*, ed. John Bolt, trans. John Vriend (Grand Rapids, MI: Baker, 2006), 314.

- (6) Ibid. Em apoio a esta afirmação, Bavinck cita Agostinho (*Enchiridion*, 36, 40-41) e Pedro Lombardo (*Sentences*, III, dist. 12).
- (7) Bavinck, *Reformed Dogmatics*, 314.
- (8) William G. T. Shedd, *Dogmatic Theology*, vol. 2, 2nd ed. (Nashville: Thomas Nelson, repr. 1980), 330-49.
- (9) Ibid., 330.
- (10) Ibid., 333 (ênfase original).
- (11) Ibid., 334.
- (12) Ibid., 336.
- (13) Thomas Morris, *The Logic of God Incarnate* (1986; repr. Eugene, OR: Wipf & Stock, 2001), 147-48.
- (14) Gerald O'Collins, *Christology* (Oxford: Oxford University Press, 1995), 271. Klaus Issler parece também seguir a proposta de Morris e O'Collins, porque ele discute a questão da impecabilidade e da tentação de Cristo citando, de maneira aprovadora, as contribuições destes dois eruditos. "Jesus' Example: Prototype of the Dependent, Spirit-Filled Life", em *Jesus in Trinitarian Perspective: An Introductory Christology*, ed. Klaus Issler e Fred Sanders (Nashville: Broadman, 2007), 215-16.
- (15) Millard J. Erickson, *The Word Became Flesh: A Contemporary Incarnational Christology* (Grand Rapids, MI: Baker, 1991), 562.
- (16) Ibid., 563. Outro que argumenta à semelhança de Erickson é Thomas P. Flint, "The Possibilities of Incarnation: Some Radical Molinist Suggestions", *RS* 37 (2001): 307-320.
- (17) Aprecio muito o profundo estudo de Gerald F. Hawthorne, *The Presence and the Power: The Significance of the Holy Spirit in the Life and Ministry of Jesus* (Dallas: Word, 1991). Mais recentemente, John F. McKinley produziu uma obra de maior importância sobre este assunto, argumentando de maneiras que são semelhantes à proposta que aqui descrevo brevemente. Ver sua obra *Tempted for Us: Theological Models and the Practical Relevance of Christ's Impeccability and Temptation* (Carlisle, Cumbria, UK: Paternoster, 2009). E, quanto a um estudo criterioso sobre as tentações de Cristo e como elas se relacionam com a vida cristã, ver Russel D. Moore, *Tempted and Tried: Temptation and the Triumph of Christ* (Wheaton, IL: Crossway, 2011).
- (18) Shedd, *Dogmatic Theology*, 334.
- (19) Ver a proveitosa crítica à proposta de Erickson sobre a ruptura hipotética da união das naturezas divina e humana em Jesus, se o seu pecar tivesse de ser imaginado, em Garret J. DeWeese, "One Person, Two Natures: Two Metafisical Modes of the Incarnation", em Issler e Sanders, *Jesus in Trinitarian Perspective*, 128-30.

capítulo 6

VIVENDO COMO UM HOMEM

Por isso mesmo, convinha que, em todas as coisas, se tornasse semelhante aos irmãos, para ser misericordioso e fiel sumo sacerdote nas coisas referentes a Deus e para fazer propiciação pelos pecados do povo.

HEBREUS 2.17

1) Jesus Cristo de Nazaré era plenamente Deus. 2) Jesus Cristo de Nazaré era plenamente humano. 3) Jesus Cristo de Nazaré era um ser humano masculino.

Todas estas três afirmações são consideradas verdadeiras na tradição ortodoxa, e cada uma delas é confirmada por abundante testemunho bíblico. As duas primeiras são frequentemente afirmadas juntas como necessariamente verdadeiras para a ocorrência da encarnação e da expiação vicária. O tratado clássico de Anselmo, *Cur Deus Homo* (por que Deus se fez homem), esclarece por que um sacrifício expiatório exigia que Jesus fosse tanto divino quanto humano: divino, para ser de valor suficiente para pagar total e definitivamente o pecado do mundo e satisfazer a ofensa contra a honra de Deus; humano, para morrer como um substituto conveniente em nosso lugar. Entretanto, a questão concernente ao fato de que Jesus tinha de ser um ser humano masculino raramente foi discutida, senão em anos recentes. O seu gênero masculino era uma característica meramente arbitrária do desígnio da encarnação? O Pai jogou dados ou fez um sorteio quando escolheu enviar o Messias como um ser humano masculino? Ou o gênero masculino de Jesus era essencial à realidade de sua identidade de encarnação e à realização de sua missão como pessoa encarnada? Em outras palavras, Jesus tinha de ser um homem ou nosso Salvador poderia ser uma mulher?

Dois desenvolvimentos recentes elevam esta questão a um nível de grande destaque. Primeiramente, tenho em mente a publicação, em 1995, de *O Novo Testamento e Salmos: Uma Versão Inclusiva*,⁽¹⁾ no

qual se decidiu que o gênero masculino de Jesus não tinha nenhuma “importância cristológica ou importância para a salvação”.(2) Como os editores explicam: Quando, nos evangelhos, a pessoa histórica de Jesus é referida como “filho”, a palavra é retida. Mas, quando Jesus é chamado “Filho de Deus” ou “Filho do Bendito”, e a masculinidade da pessoa histórica de Jesus não é relevante, mas a relação íntima do “Filho” com o “Pai” está sendo referida (ver Mt 11.25-27), o termo formal e equivalente “criança” é usado em lugar de “Filho”, e os pronomes de gênero que se referem a “Filho” são evitados. Assim, os leitores podem se identificar com a *humanidade* de Jesus.

Se o fato de que Jesus foi um homem, e não uma mulher, não tem nenhuma importância teológica no Novo Testamento, então, o fato de que Jesus era um *filho* ou uma *filha* não tem, igualmente, nenhuma importância teológica. Se Jesus é identificado como “Filho”, crentes de ambos os sexos se tornam “filhos” de Deus, mas, se Jesus é chamado “Criança”, crentes de ambos os sexos podem entender a si mesmos como “crianças de Deus”.(3)

Algumas páginas depois, eles afirmam: Um “filho” é um descendente masculino, e a pessoa histórica de Jesus era, sem dúvida, um homem. Todavia, o fato de que Jesus era um homem não era considerado na igreja primitiva como um fato que tinha importância cristológica ou importância para a salvação. Não era a masculinidade de Jesus que se acreditava salvar homens, mas se acreditava que a humanidade de Jesus salvava seres humanos. Como foi dito por muitos teólogos na igreja primitiva, o que não foi pressuposto (por Jesus) não foi registrado...

Se o fato de que Jesus era um “filho” e não uma “filha” não tem nenhuma importância teológica, então, estamos justificados quando traduzimos o termo grego *uios* (geralmente “filho”) como “Criança” ou “Criança de Deus”, em vez de “Filho”, quando ela ocorre em sentido cristológico. Nesta versão, os pronomes de gênero não são usados quando se referem à “Criança”, tornando, assim, possível que todos os leitores se identifiquem com a *humanidade* de Jesus. Quando Jesus é identificado como “Filho”, os crentes, como herdeiros, se tornam “filhos”; mas, quando Jesus é identificado como

“Criança”, os crentes se tornam “crianças de Deus” — tanto homens como mulheres.⁽⁴⁾

Uma segunda razão para nos referirmos à questão de se o nosso Salvador poderia ter sido uma mulher é a tradução do gênero de Jesus em certas passagens da Nova Versão Internacional Contemporânea (NVIC), lançada em 2002 pela Sociedade Bíblica Internacional em parceria com a Editora Zondervan, e, mais recentemente, da Nova Versão Internacional de 2011 (NVI 2011). Por exemplo, considere Hebreus 2.17 na NVI (1984), na NVIC e na NIV 2011, respectivamente: NVI: Por essa razão era necessário que ele se tornasse semelhante a seus *irmãos* em todos os aspectos, para se tornar sumo sacerdote misericordioso e fiel com relação a Deus e fazer propiciação pelos pecados do povo.

NVIC: Por essa razão era necessário que ele se tornasse semelhante a seus *irmãos e irmãs* em todos os aspectos, para se tornar sumo sacerdote misericordioso e fiel com relação a Deus e fazer propiciação pelos pecados do povo.

NVI 2011: Por essa razão era necessário que ele se tornasse semelhante a *elas, plenamente humano em todos os aspectos*, para se tornar sumo sacerdote misericordioso e fiel com relação a Deus e fazer propiciação pelos pecados do povo.

A mudança de “irmãos” em “irmãos e irmãs” na NVIC leva inevitavelmente a confusão e a possível entendimento errado.⁽⁵⁾ Qual era realmente o gênero de Jesus?, alguém pergunta. De que maneira ele era como suas “irmãs em todos os aspectos”? Falar especificamente do gênero “irmãs” e dizer que Cristo era “como” elas “em todos os aspectos” leva, pelo menos, alguém a questionar se o gênero masculino de Jesus tinha realmente importância na encarnação e na expiação. Embora Jesus fosse um homem (sabemos isso de outros textos bíblicos), com base nesta tradução podemos ser compelidos a perguntar: nosso Senhor poderia também ter sido uma mulher? Evidentemente, este problema também foi visto pelos tradutores, por isso a NVI 2011 fez uma mudança significativa e, com certeza, para melhor. Eles reconheceram a necessidade de enfatizar a humanidade comum de Cristo, que, é claro, está implícita na NVI, obscurecida na NIVC, mas tornada clara na NVI 2011.

Ou considere 1 Coríntios 15.21-22: NVI: Visto que a morte veio por meio de um só *homem*, também a ressurreição dos mortos veio por meio de um só *homem*. Pois da mesma forma como em Adão todos morrem, em Cristo todos serão vivificados.

NVIC: Visto que a morte veio por meio de um *ser humano*, também a ressurreição dos mortos veio por meio de um *ser humano*. Pois da mesma forma como em Adão todos morrem, em Cristo todos serão vivificados.

NVI 2011: Visto que a morte veio por meio de um *homem*, também a ressurreição dos mortos veio por meio de um *homem*. Pois da mesma forma como em Adão todos morrem, em Cristo todos serão vivificados.

Claramente, o que a NVIC disse nesta passagem é verdadeiro. Mas a mudança de “homem” para “ser humano” nos leva a perguntar se há qualquer importância em relação ao gênero de Adão ou de Cristo. Poderia Adão, como o cabeça da raça, ter sido uma mulher? Isto parece uma questão estranha, não parece, porque Adão teve uma esposa, que poderia, em lugar dele, ter sido o cabeça da raça humana? Afinal de contas, ela pecou primeiro! Mas é a Adão e não à mulher que Paulo se refere aqui; e, visto que Adão era um homem, é melhor eliminar a referência masculina feita em relação a ele? E o mesmo se aplica a Cristo. É melhor omitir o gênero masculino de Cristo, o segundo Adão? De novo, o leitor da NVIC pode perguntar, com base neste versículo, se é realmente importante que Jesus tenha vindo como um Messias masculino. O nosso Salvador poderia ter sido, em vez homem, uma mulher? Mas, agora, na NVI 2011, os tradutores retornaram à forma de texto da NVI. Evidentemente, eles também viram a obviedade da “masculinidade” tanto de Adão como de Cristo e, por isso, retornaram a esta leitura mais natural.

Considere mais uma referência, 1 Timóteo 2.5: NVI: Pois há um só Deus e um só mediador entre Deus e os *homens*: o *homem* Cristo Jesus.

NVIC: Pois há um só Deus e um só mediador entre Deus e os *seres humanos*: Cristo Jesus, *ele mesmo humano*.

NVI 2011: Pois há um só Deus e um só mediador entre Deus e a *humanidade*: o *homem* Cristo Jesus.

A mudança da NVI para a NVIC é significativa. Em vez de indicar que Cristo, o mediador, é um homem, que também seria, obviamente, entendido como humano — como na NVI e, de novo, na NVI 2011 — aqui Cristo é genérica e explicitamente humano, cuja natureza humana vem na forma de um homem masculino, subentendido na inserção de *ele mesmo* (NVIC). Outra vez, perguntamos se é meramente accidental (no sentido aristotélico) e não necessário que Cristo seja, de fato, um ser humano masculino. Se é somente a identidade “humana” de Jesus que importa em ser ele o nosso mediador, então, poderia surgir a pergunta: nosso Salvador poderia ter sido uma mulher?

Que importância está vinculada ao fato histórico de que o Filho de Deus encarnado, a Palavra eterna de Deus que assumiu a carne humana, veio a este mundo como um homem (ou seja, como um ser humano masculino)? A Escritura nos dá razão para pensarmos que seu gênero masculino tem ou não tem importância teológica e soteriológica? É necessário que o Salvador tenha nascido, vivido e morrido como um homem? Ou nosso Salvador poderia ter sido uma mulher?

Necessidade Teológica do Gênero Masculino de Nosso Salvador

Considere comigo algumas razões (doze, sendo exato) para concluirmos que o gênero masculino de Jesus era essencial tanto à realidade de sua identidade como pessoa encarnada quanto à realização de sua missão na encarnação.

1) Primeira e mais básica: a existência e a identidade pré-encarnada de Cristo são reveladas claramente como as do *Filho eterno* do Pai. Como Jesus disse: “Todo aquele que o Pai me dá, esse virá a mim; e o que vem a mim, de modo nenhum o lançarei fora. Porque eu *desci do céu*, não para fazer a minha própria vontade, e sim a vontade daquele que me enviou” (Jo 6.37-38), ou seja, a vontade do seu Pai celestial. E Jesus continuou: “Ninguém pode vir a mim se o *Pai, que me enviou*, não o trouxer; e eu o ressuscitarei no último dia” (Jo 6.44). Jesus entendia claramente que viera do céu, que fora enviado a terra para cumprir a missão para a qual fora enviado e que

fora o Pai (no céu) quem enviara o Filho (do céu a terra) para fazer a sua obra (ver Jo 3.17; Gl 4.4; Hb 1.1-2). Como Agostinho disse sobre este assunto: O Filho é procedente do Pai, e não o Pai, do Filho. À luz disto, podemos agora perceber que não se diz apenas que o Filho foi enviado porque a Palavra se tornou carne, mas que *ele foi enviado para que a Palavra se tornasse carne* e, por meio desta presença física, fizesse tudo que está escrito. Ou seja, devemos entender que não foi apenas o homem em que a Palavra se tornou que foi enviado, mas que *a Palavra foi enviada para se tornar homem*. Porque ele não foi enviado em virtude de alguma disparidade de poder, ou substância, ou qualquer coisa nele que não fosse igual ao Pai, mas em virtude de o Filho ser procedente do Pai e não de o Pai ser procedente do Filho.⁽⁶⁾

O Filho é, portanto, o Filho eterno do Pai; e o Pai é o Pai eterno do Filho. Este relacionamento subsiste à parte da ordem criada e da própria encarnação, embora seja verdade que este relacionamento explique, em parte, a ordem criada (ou seja, o Pai cria por meio do Filho; ver Cl 1.12-16), e a encarnação (ou seja, o Verbo do prólogo de João manifesta a “glória do Pai”; ver Jo 1.14).

Ora, como é verdade que Deus não é, em essência, macho, também é verdade que nem o Pai eterno nem o Filho eterno é macho; nem a essência divina, nem as pessoas eternas da Divindade têm gêneros, literal e realmente. Então, por que a primeira pessoa da Trindade é o “Pai” eterno e a segunda o “Filho” eterno? Isto não deve ser uma linguagem que Deus escolheu para indicar o tipo de relacionamento eterno que existe entre a primeira e a segunda pessoa da Trindade? Se o “Filho” é enviado pelo “Pai”, e se o “Filho” vem para fazer a vontade do “Pai”, não é lógico argumentarmos que Deus quer, por meio desta linguagem, indicar algo sobre a autoridade e a submissão que existem nos relacionamentos dos membros da Trindade imanente?

Além disso, ainda que este fato (ou seja, da autoridade e da submissão) poderia ter sido comunicado com os termos “Mãe” e “Filha”, a escolha de “Pai” e “Filho” também indica algo sobre o papel do Pai sobre toda a criação e o papel do Filho na criação, mais especificamente na missão da encarnação. A primeira pessoa da Trindade escolhe designar a si mesmo de “Pai” (e não “Mãe”) para

indicar o respeito e a honra que lhe são devidos, enquanto antecipa o papel que dará, na ordem criada, aos pais terrenos como líderes ou cabeças de seus lares (ver Mt 1.6; cf. Jr 49.13, 18; Ez 35.9; Ob 10). De modo semelhante, ele dá à segunda pessoa, que está sob a sua autoridade, o nome de “Filho”, tanto como o nome apropriado em relação a ele como o Pai eterno, mas também como o mais apropriado para retratar o Filho que virá para salvar e, depois, ser o noivo e cabeça de sua noiva, a igreja (ver Ef 5.22-33; Ap 19.7; 21.2, 9). O fato de que Cristo, em seu estado pré-encarnado, é o Filho eterno do Pai é uma forte base teológica para crermos que o Encarnado, ou seja, a natureza humana que é unida com a natureza divina da segunda pessoa da Trindade, tem de ser ele mesmo um ser humano macho. O Filho eterno tem de ser unido com um filho humano (*não* uma filha), para que o Cristo encarnado possa expressar ao mundo tanto sua relação com o Pai, ou seja, como o Filho do Pai, quanto a sua relação com a igreja, ou seja, como o Salvador, Senhor, cabeça e noivo da igreja.

Talvez alguém pergunte: será que a segunda pessoa da Trindade veio como homem somente por causa de uma cultura patriarcal para a qual desceu, no Israel do século I? Se a segunda pessoa da Trindade tivesse vindo para uma cultura matriarcal, poderia “ela” vir como uma mulher? Dois comentários breves são apropriados. (1) É razoável pensarmos na maneira como Deus fez o homem e a mulher, respectivamente, e concluirmos disto que as mulheres poderiam muito bem ter sido os grandes personagens influentes em todas as culturas do mundo? Claramente, Deus fez o homem mais forte e maior, como gênero, e fez as mulheres capazes de dar à luz, alimentar e cuidar dos filhos. Por meio destas diferenças fundamentais planejadas por Deus, devemos pensar que Deus considerou que o “poder” predominante dos sexos poderia ter seguido na direção contrária? (2) A segunda pessoa da Trindade estava eternamente sob a autoridade da primeira pessoa, e isto é verdadeiro apesar de como as chamamos. Autoridade e submissão são inerentes à própria Trindade, e o mesmo relacionamento de submissão e de autoridade é refletido na ordem criada. Portanto, se Deus escolheu investir nos homens um tipo de liderança (ou seja,

autoridade) na comunidade da fé e no lar, então, Deus nos declara sua identidade de maneiras que se harmonizam com o modelo existente na própria Trindade. Deus escolheu a terminologia masculina como meio de descrever a si mesmo porque um patriarcalismo fundamental (ou seja, liderança masculina) existia por desígnio dele mesmo. Aquilo de que devemos nos acautelar é de um avanço (um afastamento) que procede da rejeição da liderança masculina como parte do desígnio criado por Deus para a raça humana e prossegue para o desenvolvimento natural de questionar a legitimidade da linguagem masculina usada frequentemente por Deus e, depois, para o questionamento da necessidade de identidade masculina do Messias.

2) Nosso Salvador tinha de ser um homem porque veio como o segundo Adão, o homem que é o cabeça de sua nova raça redimida. É notável que, embora a mulher tenha sido quem pecou primeiro, no jardim (Gn 3.6), Deus procurou primeiro o homem (Gn 3.9) e o considera primariamente responsável pelo pecado da raça humana (Rm 5.12-19; 1 Co 15.21-22). Observe especialmente em Romanos 5.12-21 a ênfase em “ofensa de *um só*” (v. 15), “*uma só* ofensa” e “*somente um* pecou” (v. 16), “ofensa de *um*” e “*um só*” (v. 17), “*uma só* ofensa” (v. 18) e “desobediência de *um só* homem” (v. 19). A mulher está claramente ausente da discussão. Embora ela tenha pecado primeiro, Deus criou o homem como o líder responsável neste relacionamento (cf. 1 Co 11.7-9; 1 Tm 2.13-15) e o considera moralmente culpável pelo pecado, que, tendo vindo por meio de seu “único” ato de desobediência, se espalha por toda a raça humana (Rm 5.12).

Portanto, a lógica de 1 Coríntios 15.21-22 é clara. Como Adão era o cabeça de sua raça e lhe trouxe escravidão e morte, agora Cristo é o cabeça de sua raça e lhe traz libertação e vida de ressurreição. À luz do pano de fundo do pecado no jardim, onde Deus considerou o primeiro Adão (como macho) responsável pelo pecado, é claro agora que Cristo, o segundo Adão (sim, um ser humano macho, como Adão era o humano macho do casal no jardim), traz restauração e renovação para o que o primeiro Adão destruiu. É por isso que, como por um homem veio a morte, também

por um homem veio a ressurreição dentre os mortos. Sim, tanto o primeiro como o segundo Adão são *humanos*. Mas igualmente essencial a um entendimento bíblico correto é que ambos são humanos *machos*, e não fêmeas.

3) A aliança feita com Abraão exigia que o Salvador, que deveria vir como o descendente prometido de Abraão, fosse um homem. Reconhecemos que não é evidente, da aliança original, feita com Abraão em Gênesis 12, que o cumprimento viria por meio de um descendente macho, e não fêmea, de Abraão. Nenhuma especificação de gênero é indicada. Em vez disso, tudo que lemos é que Deus faria de Abraão uma grande nação e que, por meio dele, todas as famílias da terra seriam abençoadas (Gn 12.2-3). De modo semelhante, a repetição da aliança em Gênesis 15 não tem especificação de gênero, continuando a mesma linguagem de Gênesis 12 sobre a “descendência” que surgiria de Abraão e que seria tão numerosa quanto as estrelas (Gn 15.3-5). Sem dúvida, alguém pode conjecturar que a promessa feita a Abraão seria cumprida por meio de um filho, e não de uma filha, porque Deus já havia estabelecido um padrão de ressaltar a linhagem masculina (por exemplo, Adão, Noé, agora Abraão), e visto que o próprio Abraão propôs o damasceno Eliézer (um macho) como o herdeiro prometido. Apesar disso, ainda não é feita nenhuma referência específica de gênero.

A repetição da aliança em Gênesis 17 deixa claro que um filho, um filho nascido de Abraão e Sara em sua velhice, seria o herdeiro prometido, aquele por meio de quem a promessa da aliança começaria a ser cumprida. O fato de que Sara (e não Hagar) seria a mãe do filho da promessa, Deus o especificou em Gênesis 17.16: “Abençoa-la-ei e dela [de Sara] te darei um filho; sim, eu a abençoarei, e ela se tornará nações; reis de povos procederão dela”. Sara era o instrumento escolhido pelo qual o filho da promessa viria, e por meio deste filho de Sara reis (líderes de nações masculinos) surgiriam. Quando Abraão reclamou do plano que Deus lhe declarou, devido à idade avançada de Sara, e por isso rogou a Deus que aceitasse Ismael, Deus repetiu novamente a promessa e o plano. “Deus lhe respondeu: De fato, Sara, tua mulher, te dará um filho, e

lhe chamarás Isaque; estabelecerei com ele a minha aliança, aliança perpétua para a sua descendência” (v. 19).

Como as genealogias de Jesus em Mateus 1 e Lucas 3 indicam, a aliança feita com Abraão se cumpriu por meio da sucessão de filhos nascidos de Abraão até chegar ao próprio Jesus. E, sem dúvida, Paulo ecoa este entendimento em Gálatas 3, quando fala sobre o “descendente” e não “descendentes” de Abraão, que não é outro, senão Cristo (v. 16). Como Paulo resume este ponto, “para que a bênção de Abraão chegasse aos gentios, em Jesus Cristo, a fim de que recebêssemos, pela fé, o Espírito prometido” (v. 14). Portanto, é claro que, tanto no estabelecimento da aliança com Abraão quanto no seu cumprimento em Cristo, o herdeiro final prometido (o singular “descendente”, como Paulo indica) seria nascido na linhagem de Abraão e teria de ser um “filho” de Abraão, ou seja, um descendente masculino.

4) A aliança davídica exige explicitamente que aquele que reinará para sempre no trono de Davi seja um filho de Davi. A promessa de Deus feita a Davi, registrada em 2 Samuel 7.12-13, diz: “Quando teus dias se cumprirem e descansares com teus pais, então, farei levantar depois de ti o teu descendente, que procederá de ti, e estabelecerei o seu reino. Este edificará uma casa ao meu nome, e eu estabelecerei para sempre o trono do seu reino”. Aqui não há ambiguidade; o herdeiro prometido do trono de Davi, que um dia reinará para sempre, será um filho de Davi, ou seja, um descendente masculino que reinará no trono de Davi.

Ezequiel 34.23-24 e 37.24-28 indicam o anseio e a expectativa permanente de que “Davi” (isto é, um filho de Davi que cumpriria a aliança davídica) virá a Israel e reinará sobre uma terra de paz e justiça. E aqui, novamente, como na aliança feita com Abraão, as genealogias apresentadas por Mateus e Lucas indicam uma ascendência de filhos que vai desde Davi até ao nascimento de Jesus Cristo. O anjo Gabriel deixou claro para Maria que seu Filho, Jesus, seria este “Davi” tão esperado, que estabeleceria seu trono para sempre, pois disse a Maria: “Eis que conceberás e darás à luz um filho, a quem chamarás pelo nome de Jesus. Este será grande e será chamado Filho do Altíssimo; Deus, o Senhor, lhe dará o trono de

Davi, seu pai; ele reinará para sempre sobre a casa de Jacó, e o seu reinado não terá fim” (Lc 1.31-33). É claro que aqui também vemos que o Salvador que viria, o filho de Davi tão esperado, tinha de ser um descendente masculino do próprio Davi.

5) A nova aliança anunciada em Jeremias 31.31-34 exige que o Salvador realize o perdão dos pecados que ela promete, e, para fazer isto, o Salvador tem de ser um homem. Jeremias 31.34 dá esta garantia como base de sua promessa de uma nova aliança com a casa de Israel e com a casa de Judá: “Perdoarei as suas iniquidades e dos seus pecados jamais me lembrarei”. Talvez alguém pergunte como o pecado de Israel será removido para sempre e para todo o povo de Deus. Antecipando o argumento de Hebreus, de que o sangue de bodes e de touros não pode remover prática e eficazmente o pecado, como Deus levaria seu povo a pensar que este perdão poderia acontecer de maneira plena e final? Certamente, a resposta se acha no Servo sofredor que Isaías apresenta, que levaria tristezas e dores e tomaria sobre si a iniquidade de todos nós (Is 53.4-6). Mas este que dá “a sua alma como oferta pelo pecado” (v. 10) e leva “sobre si o pecado de muitos” (v. 12) não é outro, senão o “homem de dores” que é desprezado e rejeitado pelos outros (v. 3). Este homem é aquele que proverá a base para a realização do perdão da nova aliança.

O relato de Lucas sobre a última ceia de Jesus com os discípulos confirma este entendimento. Nesta ocasião, o homem de dores (a angústia do Getsêmani está a apenas algumas horas) tomou o cálice e o deu aos seus discípulos, dizendo: “Este é o cálice da nova aliança no meu sangue” (Lc 22.20; cf. 1 Co 11.25). Assim, vemos que este homem, Jesus, por meio de seu corpo partido e seu sangue derramado, é aquele por meio de quem a nova aliança é inaugurada e o perdão prometido é realizado. Nosso Salvador tem de ser este homem de dores.

6) O Salvador tem de vir como um profeta semelhante a Moisés, conforme foi predito por Moisés e se cumpriu em Jesus. Em Deuteronômio 18.15, Moisés declarou: “O SENHOR, teu Deus, te suscitará um profeta do meio de ti, de teus irmãos, semelhante a mim; a ele ouvirás”. Claramente, este que vem como um profeta

semelhante a Moisés tem de ser um homem. Embora algumas vozes proféticas de Israel tenham sido femininas, a maioria era masculina. No entanto, este profeta semelhante a Moisés tem de ser um homem.

O apóstolo Pedro entendeu que esta promessa do Senhor, feita por meio de Moisés, se cumpriu em Jesus Cristo. Falando no pórtico de Salomão, logo depois da cura de um mendigo coxo, Pedro explicou este milagre por apelar ao poder de Cristo, experimentado pela fé nele. E, disse Pedro, Cristo é aquele de quem falaram os santos profetas, porque Moisés disse: “O Senhor Deus vos suscitará dentre vossos irmãos um profeta semelhante a mim; a ele ouvireis em tudo quanto vos disser” (At 3.22). O profeta semelhante a Moisés, prometido pelo próprio Moisés e cumprido em Cristo, tinha de ser um homem.

7) Nosso novo e permanente sumo sacerdote, cujo ofício é obtido quando os pecados são expiados e o perdão total é pleiteado em nosso favor diante do Pai, tem de ser um homem. Ainda que houve algumas profetizas (ou seja, profetas mulheres) em Israel, nunca houve sacerdotes mulheres. Aarão e seus filhos, não filhas, eram os sacerdotes de Israel. Portanto, deveríamos esperar que o Sumo Sacerdote final e permanente, que fez expiação uma vez por todas, seria um homem. E é exatamente assim.

O Sumo Sacerdote, Jesus, vem não dá linhagem de Aarão ou de Levi, mas da ordem de Melquisedeque, explica Hebreus. E, quando Hebreus 7 termina seu argumento, deixa claro que este sacerdote é o Filho mencionado em Hebreus 1. A respeito de Cristo, lemos “que não tem necessidade, como os sumos sacerdotes, de oferecer todos os dias sacrifícios, primeiro, por seus próprios pecados, depois, pelos do povo; porque fez isto uma vez por todas, quando a si mesmo se ofereceu. Porque a lei constitui sumos sacerdotes a homens sujeitos à fraqueza, mas a palavra do juramento, que foi posterior à lei, constitui o Filho, perfeito para sempre” (Hb 7.27-28). O Filho é, então, o nosso eterno Sumo Sacerdote, que apresenta a sua própria oferta pelos pecados feita de uma vez por todas. Nosso Salvador, como eterno Sumo Sacerdote, tem de ser um homem.

8) Não somente o nosso Salvador veio como o maior e o último dos profetas, semelhante a Moisés, e como o Sumo e Eterno

Sacerdote, mas também veio como o glorioso Rei dos reis, que reina para sempre sobre as nações em esplendor e justiça. Mas, se o nosso Salvador tem de ser rei, ele precisa vir como um homem.

Isaías 9.6-7 registra palavras familiares sobre a vinda profetizada deste Rei: “Porque um menino nos nasceu, um filho se nos deu; o governo está sobre os seus ombros; e o seu nome será: Maravilhoso Conselheiro, Deus Forte, Pai da Eternidade, Príncipe da Paz; para que se aumente o seu governo, e venha paz sem fim sobre o trono de Davi e sobre o seu reino, para o estabelecer e o firmar mediante o juízo e a justiça, desde agora e para sempre. O zelo do SENHOR dos Exércitos fará isto”. Este texto sozinho deixa claro que este rei será um homem. Ele é o “filho” dado e é chamado “Pai da Eternidade, Príncipe da Paz”. Ele senta no “trono de Davi”, onde reina para sempre.

Considere também o uso que Hebreus faz de Salmo 45.6-7 ao anunciar o domínio de Cristo como rei: “O teu trono, ó Deus, é para todo o sempre; e: Cetro de equidade é o cetro do seu reino”. Claramente, este Rei, como Filho de Deus, é homem. E o próprio Jesus não tentou impedir que seus discípulos pensassem nele em termos reais; pelo contrário, ele anunciou o “reino dos céus” como vinculado à sua vinda (Mt 4.17) e proclamou a si mesmo como governante de um domínio real futuro: “Em verdade vos digo que vós, os que me seguistes, quando, na regeneração, o Filho do Homem se assentar no trono da sua glória, também vos assentareis em doze tronos para julgar as doze tribos de Israel” (Mt 19.28). E, em resposta à pergunta feita em seu julgamento “tu és o Cristo, o Filho de Deus?”, Jesus disse: “Tu o disseste; entretanto, eu vos declaro que, desde agora, vereis o Filho do Homem assentado à direita do Todo-Poderoso e vindo sobre as nuvens do céu” (Mt 26.63-64). Finalmente, o “Rei dos reis e Senhor dos senhores” que vem montado em cavalo branco, que tem olhos como chama de fogo e uma espada que sai de sua boca, conquista e reina, como rei, sobre todos os que estão contra Deus (Ap 19.11-12). Claramente, o Salvador que vem como rei vem somente e necessariamente como um homem.

9) A missão e o ministério encarnado de Jesus exigia que ele viesse como um homem. Sim, Jesus era o grande e último profeta (cf.

Hb 1.1), sacerdote (Hb 7-10) e rei (Lc 1.32-33; Cl 1.13). Por todas estas razões, ele devia ter vindo como um homem. Mas, além disso, o próprio ministério que Jesus realizou, chamando doze discípulos homens, viajando com eles durante alguns anos em ministério itinerante, apresentando-se a si mesmo amplamente como um mestre de Israel e desafiando os líderes religiosos da época, exigia que ele fosse um homem. É inconcebível que, devido ao tipo de ministério que o Pai levara o Filho a realizar, isto poderia ter sido feito se o Salvador encarnado fosse uma mulher e não um homem.

Embora este fato seja verdadeiro, ele pode, conforme penso, ser usado de maneira errada. Depois de considerarmos que o ministério e a missão de Jesus não poderiam ter sido realizados em Israel, houvesse ele se encarnado como uma mulher, alguns podem concluir que esta é, em última análise, *a razão* por que Jesus veio como um homem. Afinal de contas, as condições sociais eram tais que uma mulher como rabi de Israel, censurando os fariseus, liderando os discípulos, etc., teria sido totalmente inaceitável. Portanto, alguns talvez digam, *somente* por causa destas razões pragmáticas e sociais, Jesus tinha de ser um homem.

Permita-me oferecer três respostas breves. (1) Já consideramos nove razões por que o Salvador que viria tinha de ser um homem, e há três em seguida. Claramente, esta não é a única razão (e, de modo algum, a mais importante) por que nosso Salvador tinha de ser um homem. (2) É razoável pensarmos que Deus evitaria desafiar o socialmente inaceitável, se ele julgasse que isto seria o melhor a fazer? Devemos pensar que as condições sociais de Israel ditaram o desígnio e o plano de Deus para a própria encarnação? (3) Embora seja verdadeiro que as pessoas de Israel esperassem, por exemplo, que um mestre de Israel fosse um homem, por que elas pensavam desta maneira? O sistema patriarcal de Israel não foi ordenado por Deus mesmo? A linhagem de liderança em Israel não foi estabelecida por Deus como algo a ser realizado por meio de filhos na descendência de Davi? Portanto, parece totalmente falso concluir que a mão de Deus foi, de algum modo, forçada ou mesmo mudada pela mentalidade de uma cultura patriarcal que ele desaprovava fundamentalmente. Pelo contrário, Deus planejou a liderança

masculina e enviou seu Filho como um homem, operando e ministrando dentro da própria estrutura patriarcal que Deus mesmo estabeleceu. Portanto, por razões sociais e culturais, muitas das quais foram estabelecidas por Deus, nosso Senhor tinha de ser um homem.

10) O Salvador que tinha de vir devia ser um homem porque o Cristo ressuscitado é agora apresentado à igreja não somente como seu Senhor e Rei, mas também como seu noivo. É claro que isso ecoa o relacionamento de Jeová com Israel. Conforme vemos ilustrado maravilhosamente na profecia de Oseias, Deus tenciona que seu povo entenda seu relacionamento com ele como o de um marido com uma mulher. A idolatria é descrita como adultério. E, por isso, Deus, como marido, exige fidelidade e lealdade somente a ele.

De modo semelhante, a igreja é mostrada como a noiva de Cristo. A revelação de Jesus Cristo a João termina com várias descrições da igreja como a “noiva” ou “esposa” do Cordeiro (Ap 18.23; 19.7; 21.2, 9; 22.17); e, por isso, é claro que devemos entender Cristo como o protetor e purificador, enquanto a igreja se dá totalmente a ele em obediência e amor. Tudo isto descreve qual é o propósito do casamento desde o princípio, de acordo com Paulo em Efésios 5 (cf. 2 Co 11.2). Quando uma esposa se submete ao seu esposo como a igreja se submete a Cristo, e quando um marido ama sua mulher como Cristo ama a igreja, ambos refletem os dois lados do relacionamento entre a igreja e Cristo. Oh! que danos o falso ensino da submissão mútua no casamento produz! A correspondência entre um marido e sua mulher e Cristo e a igreja não admite o tipo de autoridade simétrica advogada pelas vozes que favorecem a submissão mútua. Como Senhor, cabeça, Rei e marido, Cristo é, sozinho, plenamente responsável pela igreja. Como ele deixou bem claro para nós, mostramos o nosso amor por ele quando praticamos os seus mandamentos (Jo 14.15; 15.21, 23). Não pode haver nenhuma submissão mútua em termos de linhas de autoridade entre Cristo e a igreja, para que não desonremos a liderança e o senhorio legítimos de Jesus sobre nós. De modo semelhante, o relacionamento conjugal vê o marido no papel de Cristo e a mulher no papel da igreja; a autoridade é exercida pelo marido, e a submissão pela mulher. Desta analogia, é claro que o

Salvador que viria para ser o noivo da igreja tinha de ser um homem.

11) Era necessário que o nosso Salvador fosse um homem, se ele tinha de vir como o Filho de Deus. Como notamos em nosso primeiro ponto, o papel de Jesus como Filho indica seu relacionamento eterno como o Filho eterno e pré-encarnado do Pai eterno e como o encarnado cuja própria vida foi produzida miraculosamente, quando nasceu de uma virgem. Em resposta à pergunta de Maria sobre como ele poderia ter um filho, sendo uma virgem, o anjo disse: “Descerá sobre ti o Espírito Santo, e o poder do Altíssimo te envolverá com a sua sombra; por isso, também o ente santo que há de nascer será chamado Filho de Deus” (Lc 1.35). Então, o Filho eterno do Pai assumiu a carne humana pelo poder do Altíssimo, e o Filho eterno nasceu como Filho de Deus. É inconcebível que este Salvador poderia ter nascido como uma mulher. Sua filiação na eternidade é correspondida por sua filiação na encarnação, significando que Jesus, nosso Salvador, tinha de nascer como um filho (ou seja, um homem).

12) Por último, era necessário que nosso Salvador fosse um homem, se ele tinha de vir como o Filho do Homem. A autodesignação preferida de Jesus era, sem dúvida, “Filho do Homem”. Esta expressão ocorre 84 vezes nos evangelhos, e todas elas procedem dos lábios do próprio Jesus. Em nenhuma passagem achamos alguém chamando-o “Filho do Homem”. Sua identidade estava envolvida, de muitas maneiras, no significado desta expressão. E, sem dúvida, Jesus entendia o contexto desta expressão em Daniel 7.13-14, porque, em Mateus 24.30, 25.31 e 26.64, se referiu a este texto do Antigo Testamento como verdadeiro a respeito dele mesmo. O Filho do Homem se apresentou diante do Ancião de Dias e foi-lhe dado “domínio, e glória, e o reino, para que os povos, nações e homens de todas as línguas o servissem” (Dn 7.14). E este Filho do Homem não é outro, senão o próprio Jesus. E Jesus, sabendo desta incrível verdade, nos deixa ainda mais admirados quando usa “Filho do Homem” em outras situações, como na ocasião em que disse: “Pois o próprio Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida em resgate por

muitos” (Mc 10.45). Nesse tempo, o real e glorioso Filho do Homem veio em humildade e servidão, mas ele fez isso também sabendo que virá o dia em que seu domínio será exercido sobre toda a terra (Mt 26.64). Portanto, como o Filho do Homem que serve e sofre e como Filho do Homem que domina e reina, Jesus, o Filho do Homem, precisava ter vindo como um homem para ser o nosso Salvador.

Aplicação

Aqui estão as doze razões por que o nosso Salvador não poderia ter sido uma mulher e deveria ter sido um homem:

- 1) A existência e a identidade pré-encarnada de Jesus é claramente revelada como sendo a do *Filho eterno* do Pai.
- 2) Jesus veio como o segundo Adão, o homem que é o cabeça de sua nova raça redimida.
- 3) A aliança feita com Abraão exige que o Salvador, que deveria vir como o descendente prometido de Abraão, seja um homem.
- 4) A aliança davídica exige explicitamente que aquele que reinará para sempre no trono de Davi seja um filho de Davi.
- 5) A nova aliança anunciada em Jeremias 31.31-34 exige que o Salvador realize o prometido perdão dos pecados, e, para fazer isso, o Salvador tem de ser um homem.
- 6) O Salvador tem de vir como um profeta semelhante a Moisés, conforme foi predito por Moisés e se cumpriu em Jesus; e, por isso, tem de ser um homem.
- 7) Nosso novo e permanente Sumo Sacerdote, cujo ofício é obtido quando os pecados são expiados e o perdão total é pleiteado em nosso favor diante do Pai, tem de ser um homem.
- 8) Cristo veio também como o glorioso Rei dos reis, que reina sobre as nações em esplendor e justiça; e, para ser este rei, ele tinha de ser um homem.
- 9) A missão e o ministério encarnado de Jesus exigia que ele viesse como um homem.
- 10) Porque o Cristo ressuscitado é agora apresentado à igreja não somente como o seu Senhor e Rei, mas também como o seu noivo, o Salvador tinha de ser um homem.

- 11) Porque o nosso Salvador viria como o “Filho de Deus”, era necessário que ele viesse como um homem.
- 12) Porque o nosso Salvador viria como o “Filho do Homem”, era necessário que ele viesse como um homem.

Quais as implicações e aplicações resultantes desta evidência da necessidade de nosso Salvador ser, não uma mulher, e sim um homem? Considere estes três pontos de conclusão: 1) É bom para homens e mulheres que nosso Salvador tenha vindo não como uma mulher e sim como um homem. Mulheres redimidas, bem como homens redimidos, devem reconhecer que seu Salvador foi deliberada e intencionalmente, segundo o plano sábio de Deus, um homem e não uma mulher. Por causa do amor contemporâneo para com todos os tipos de igualitarismo, talvez seja mais cativante para alguns considerarem seu Salvador em termos de gênero humano e removerem de sua consciência ou, pelo menos, de suas categorias de importância teológica o fato de que Jesus Cristo de Nazaré era um homem. Talvez o ser ele um homem seja tão importante quanto o fato de que, com toda a probabilidade, ele tinha olhos escuros. Em outras palavras, embora isto talvez seja verdade, qual é a importância desta observação? Ora, deve ficar claro que o fato de que Jesus era um homem era realmente importante em termos de cristologia, soteriologia e teologia, apesar do que outros têm afirmado. Por razões que vão desde a natureza da própria Trindade a seu papel como o segundo Adão, o descendente de Abraão, o filho de Davi, o Filho do Homem e o Filho de Deus, Jesus tinha de ser um homem. E, se o ser ele um homem foi determinado por necessidade teológica, devemos admitir que isto é bom para todos nós, homens e mulheres, igualmente.

Se algumas mulheres cristãs (ou homens cristãos) acham isto difícil de aceitar, recomendo duas considerações. (1) Considere que isto é o plano eterno de Deus, definido com sabedoria infinita para o bem-estar daqueles que Cristo veio redimir. Conhecendo o caráter de Deus como o conhecemos ou, pelo menos, deveríamos conhecer, podemos ficar em paz no coração e aceitar como bom o que ele diz

que é bom? (2) Considere que os homens redimidos são colocados numa posição um tanto embaraçosa por esta mesma verdade, porque têm de entender que sua identidade envolve o fazerem parte da noiva de Cristo. Quão difícil é para os homens pensarem em si mesmos como uma noiva. Mas, novamente, quando entendemos o que isto significa, percebemos quão bom é que Cristo, o noivo, nos chamou — homens e mulheres, igualmente — para ser sua noiva, cuidar e suprir, purificar e aperfeiçoar este objeto de seu amor compassivo e eterno. Em resumo, é bom para homens e mulheres que nosso Salvador veio não como uma mulher, e sim como um homem.

2) A identidade masculina de Jesus ressalta a liderança masculina que Deus incorporou aos relacionamentos humanos. Como podemos ignorar algo tão óbvio como isto: os papéis de Jesus como rei de Israel, Senhor da igreja, noivo e esposo de sua noiva, a igreja — todos eles indicam o papel de liderança masculina. Argumentando isso de maneira diferente, como podemos manter um ponto de vista igualitário do relacionamento entre homem e mulher à luz da necessidade teológica de que Cristo viesse não como uma mulher e sim como um homem? Por um lado, *negar* a necessidade teológica da identidade masculina de Cristo seria inimaginável e destrutivo para a teologia bíblica e aniquilaria a própria obra de expiação pela qual somos salvos. Por outro lado, *afirmar* a necessidade teológica da identidade masculina de Cristo envolve uma fundamentação da liderança masculina. Como podem os defensores do igualitarismo reconciliar a verdade da identidade masculina de Cristo com seus próprios compromissos igualitários?

3) As mulheres não precisam temer que, pelo fato de que Cristo não veio como uma mulher, ele não pode entendê-las, porque, em vir como um homem, ele veio como um ser humano e, por isso, entende a natureza humana comum ao homem e à mulher. Dá-se muita importância — talvez demais, às vezes — às diferenças entre homens e mulheres; e não quero negar que muito desta discussão é

válida. No entanto, nunca devemos esquecer a identidade humana comum que todos compartilhamos e, com isso, os tipos de temores, esperanças, anseios, aspirações, ansiedades, fraquezas e limitações que compartilhamos em comum. Cristo, o homem, compartilhou nossa natureza humana (comum), para que homens e mulheres pudessem ter, igualmente, plena confiança de que ele entende a nossa condição (ver Hb 2.18; 4.15, 16). Portanto, embora a Escritura indique claramente que Cristo veio como um homem, e nossas traduções devem continuar traduzindo acuradamente as referências masculinas a Cristo em todas as passagens em que elas se encontram, também compreendemos que sua vinda como homem foi também como um ser humano. Com um homem, ele participou de nossa natureza para viver uma vida humana e levar os nossos pecados. Cristo, o homem, sim, mas Cristo, também, na natureza humana de todo homem e mulher.

Perguntas Para Discussão

- 1) Alguns podem pensar que, se Jesus tinha de ser um homem e não podia ter sido uma mulher, então, Deus favorece os homens mais do que as mulheres e considera os homens de maior valor do que as mulheres. Por que esta conclusão é errada? Que ensinamentos bíblicos demonstram o amor e o cuidado iguais de Deus tanto para com as mulheres quanto para com os homens?
- 2) Considere Gálatas 3.26 junto com Gálatas 4.6-7. Tanto homens como mulheres que creem em Cristo são referidos nestas passagens e designados “filhos” de Deus. Por que deveriam as mulheres crentes não se ofender por serem chamadas “filhos” de Deus? Também, por que deveriam as mulheres crentes, bem como os homens crentes, exultar em serem chamados “filhos” de Deus? Que sugestões destes versículos nos ajudam a responder esta pergunta?
- 3) Sabemos, com base em Efésios 5.31-32, que Deus planejou o casamento desde o princípio (Gn 2.24) para ser uma figura de Cristo

e sua noiva, a igreja. À luz deste ensino, quão conveniente é que celebremos a “masculinidade” de Cristo? E como podemos nós, homens crentes, bem como mulheres crentes, celebrar também nosso papel comum como a “noiva” de Cristo? Quando entendemos que somos a noiva de Cristo, o que isto significa para todos os crentes?

4) Considere a ideia bíblica de liderança masculina, ou seja, que Deus planejou que o homem assumisse posições de liderança em certas áreas designadas, especificamente no lar (Ef 5.22-33) e na igreja (1 Co 11.4-10; 1 Tm 2.12). À luz do desígnio de Deus quanto à liderança de Cristo como homem, de que maneiras a liderança masculina deveria exibir e exibe liderança semelhante à de Cristo? E o que acontece à figura da liderança de Cristo sobre a sua noiva, a igreja, quando a liderança masculina é rejeitada e substituída por uma estrutura igualitária?

5) Considere 1 Coríntios 11.3. Se há autoridade e submissão nos relacionamentos eternos entre o Pai e o Filho (o Pai envia o Filho, o Pai cria por meio do Filho, o Filho sempre faz a vontade de seu Pai, etc.), que implicações isto tem para os relacionamentos de autoridade e submissão que ocorrem na esfera humana? É lógico afirmar que, se há autoridade e submissão na Divindade, Deus criaria um mundo em que o mesmo tipo de autoridade e submissão seria refletido? Em sua opinião, que ensino bíblico confirma isto?

(1) Victor R. Gold et al, eds., *The New Testament and Psalms: An Inclusive Version* (New York: Oxford University Press, 1995).

(2) Ibid., xvii.

(3) Ibid., xiii (ênfase original).

(4) Ibid., xvii-xviii (ênfase original).

(5) Concordo com o comentário de Wayne Grudem sobre esta tradução: “Jesus teve de se tornar como suas irmãs ‘em todos os aspectos’, a fim de que se tornasse ‘um sumo sacerdote’ no serviço para Deus? Todo os sacerdotes do Antigo Testamento eram homens, e com certeza o sumo sacerdote era um homem. Esta tradução não proclama um Jesus

andrógeno (que era tanto macho como fêmea), mas deixa a porta aberta para um entendimento errado e quase propõe um entendimento errado". "A Brief Summary of Concerns About the TNIV," *Journal for Biblical Manhood and Womanhood*, 7.2 (Fall 2002): 7.

(6) St. Augustine, *The Trinity*, trans. Edmund Hill, vol. 5, *The Works of St. Augustine* (Brooklyn, NY: New City Press, 1991), 4.27 (ênfase acrescentada).

capítulo 7

MORRENDO EM NOSSO LUGAR

Carregando ele mesmo em seu corpo, sobre o madeiro, os nossos pecados, para que nós, mortos para os pecados, vivamos para a justiça; por suas chagas, fostes sarados.

1 PEDRO 2.24

A morte expiatória de Cristo só foi eficaz porque Jesus, que morreu por nosso pecado, era um ser humano total e integral. Ora, é verdade que ele tinha de ser mais do que meramente homem para morrer por nossos pecados. Sem dúvida, Cristo tinha de ser o Deus-homem para que a expiação fosse eficaz. No entanto, ainda que ele tivesse de ser mais do que um mero homem, ele não poderia ter sido menos do que plenamente homem.

O Único e Verdadeiro Salvador É Verdadeiro Deus e Verdadeiro Homem

Embora o nosso foco seja a humanidade de Cristo quando consideramos a expiação, é importante estabelecermos por que Jesus tinha de ser plenamente Deus para que a expiação “funcionasse”. Lembro uma pergunta que minha filha, Raquel, me fez uma noite, quando falávamos sobre a expiação. Ela me perguntou algo assim: “Deus não poderia ter feito um segundo Adão perfeito que levaria o nosso pecado e morreria em nosso lugar? Afinal de contas, se Deus tivesse feito isso, teríamos um sacrifício substitutivo perfeito e sem pecado, alguém que, como nós, era humano; e ele não precisaria ter enviado seu próprio Filho. Então, por que um segundo Adão perfeito não poderia ter sido o nosso Salvador?” Que grande pergunta! É uma pergunta que atinge o âmago da questão de por que nosso Salvador tinha de ser Deus-homem. Em resumo, a resposta é esta: se Deus tivesse criado um segundo Adão perfeito e sem pecado, e se Deus tivesse operado nele, para que nunca pecasse,

este homem perfeito ainda não poderia nos ter salvo por tomar o nosso pecado e morrer em nosso lugar. Por quê? Como um homem ele se qualificaria a tomar o nosso lugar na morte. Mas, sendo apenas homem, ele poderia tomar o nosso pecado e pagar por ele da mesma maneira que nós, como “meros” humanos, poderíamos fazê-lo.

Agora, a pergunta é esta: de que maneira nós, como humanos, pagamos por nosso pecado, se somos exigidos a pagá-lo por nós mesmos? Pagamos pelo pecado eternamente. Ou seja, nunca terminamos de pagar por nosso pecado, porque nosso pecado exige um pagamento infinito. A razão por que o inferno é eterno é apenas que a justiça exige um pagamento total por nosso pecado; e um pagamento total é impossível de ser dado por humanos finitos a um Deus infinitamente santo. Portanto, se pagamos por nosso pecado, nós o pagamos para sempre, e por isso nunca chega o tempo em que podemos dizer: “Está terminado!” Nunca se poderá dizer de nós: “O pagamento por nossos pecados foi terminado, e as exigências justas de Deus contra nós foram plenamente satisfeitas!”

Retornemos ao nosso hipotético segundo Adão. Visto que ele é um homem, mas apenas um homem, teria necessidade de pagar por nosso pecado da mesma maneira que o resto de nós, humanos, pagamos por nosso pecado. Então, se Deus imputasse nosso pecado sobre este segundo Adão perfeito, e ele morresse em nosso lugar, por nossos pecados, visto que ele é meramente humano, nunca haveria um tempo em que ele declararia: “Está terminado!” Em vez disso, esse hipotético segundo Adão pagaria por nosso pecado durante toda a eternidade, e, por isso, a culpa de nosso pecado nunca seria perdoada, e o poder de nosso pecado nunca seria destruído. Portanto, este hipotético segundo Adão simplesmente não poderia salvar-nos de nosso pecado. Certamente, precisamos de um substituto humano. Mas precisamos de um humano cujo pagamento pelo pecado tem valor infinito. Por conseguinte, o único que pode nos salvar de nosso pecado é o Deus-homem: aquele que é plenamente homem, como nós, mas, também, aquele que é plenamente Deus, para que seu pagamento por nosso pecado satisfaça as exigências infinitas de Deus contra o nosso pecado.

Portanto, Jesus tinha de ser plenamente Deus e plenamente homem. Tinha de ser plenamente Deus para que o pagamento que ele daria tivesse valor infinito, satisfizesse totalmente as exigências de um Deus infinitamente santo contra o nosso pecado. Mas Jesus também tinha de ser plenamente humano a fim de que sua morte fosse substitutiva. Ele morreu em nosso lugar, morrendo a morte que merecíamos morrer, levando em seu corpo, na cruz, o pecado que cometemos (1 Pe 2.24); e, para fazer isso, Cristo tinha de ser um homem. Enquanto o valor infinito do pagamento de Cristo por nosso pecado está ligado ao fato de que ele era plenamente Deus, a natureza substitutiva da morte de sua morte — que ele tomou nosso lugar, levou nosso pecado e morreu a morte que merecíamos morrer — está ligada, mais exatamente, ao fato de que ele era plenamente humano. Outra vez, a morte expiatória de Cristo foi eficaz somente porque Jesus, que morreu por nosso pecado, era um ser humano total e integral.

A Centralidade da Substituição Penal

Nossa fé evangélica, explicada e enunciada especificamente na tradição reformada, afirma a doutrina da substituição penal no âmago do que cremos sobre a expiação.⁽¹⁾ “Substituição” se refere a Cristo tomar o nosso lugar, ou seja, substituir-nos por ele mesmo, em sua morte na cruz. “Penal” se refere à penalidade paga quando ele morreu em nosso lugar, tomando sobre si mesmo o nosso pecado (2 Co 5.21) e pagando a dívida que merecíamos pagar (Cl 2.14). Estes dois elementos estão no âmago da expiação, como a Escritura ensina, e ambos exigiam que Cristo, que “morreu pelos nossos pecados” (1 Co 15.3), fosse plena e verdadeiramente humano.

Quanto à centralidade da substituição penal no ensino da Bíblia sobre a natureza da oferta de Cristo por nós, considere Isaías 53.4-6. Esta passagem é uma das mais ricas e mais gloriosas afirmações, em toda a Escritura, sobre a natureza da oferta de Cristo por nós e nos apresenta claramente esta oferta como um substituto em nosso lugar e como pagamento por nosso pecado. Isaías escreve: *Certamente, ele tomou sobre si as nossas enfermidades e as nossas dores levou sobre si; e nós*

o reputávamos por aflito, ferido de Deus e oprimido. Mas ele foi traspassado pelas nossas transgressões e moído pelas nossas iniquidades; o castigo que nos traz a paz estava sobre ele, e pelas suas pisaduras fomos sarados. Todos nós andávamos desgarrados como ovelhas; cada um se desviava pelo caminho, mas o SENHOR fez cair sobre ele a iniquidade de nós todos.

Ambos os elementos da substituição penal são apresentados nestes versículos. Observe que o Servo tomou sobre si as “nossas” enfermidades e as “nossas” dores. Ele foi traspassado pelas “nossas” transgressões e moído pelas “nossas” iniquidades. Sim, a vida e a morte de Jesus foram oferecidas em nosso lugar. Ele assumiu o nosso lugar no que realizou na cruz; e, nisto, ele foi literal e verdadeiramente o nosso substituto. Mas a razão por que ele foi o nosso substituto está na natureza penal de sua morte. Observe que ele foi traspassado pelas nossas “transgressões” e moído pelas nossas “iniquidades”. E, de uma maneira que Paulo reafirmará posteriormente, em 2 Coríntios 5.21 (“Aquele que não conheceu pecado, ele o fez pecado por nós”), Isaías declarou, nesta passagem, que “o SENHOR fez cair sobre ele a iniquidade de nós todos” (Is 53.6). Sim, o Pai colocou o nosso pecado sobre o seu Filho, e, por isso, a morte que ele sofreu em nosso lugar (substitutiva) foi uma morte em que pagou a penalidade que merecíamos pagar (penal).

Alguns evangélicos contemporâneos têm procurado colocar a substituição penal em uma posição secundária ou excluí-la totalmente em favor de algum outro aspecto da obra expiatória de Cristo. Entre estes aspectos apresentados como mais proeminentes, tanto por outros indivíduos na história como por alguns evangélicos contemporâneos, está o ensino bíblico de que Cristo venceu Satanás e as forças das trevas por meio de sua morte e de sua ressurreição. Este tema *Christus Victor*, na Escritura, foi sustentado como o tema central da expiação por alguns dos pais na igreja primitiva e trazido de volta à notoriedade principalmente por meio da obra de Gustaf Aulen e seguido por alguns proponentes evangélicos mais recentes. (2) Ainda que não haja dúvida de que o tema *Christus Victor* é um ensino claro e glorioso da Escritura, e ainda que os evangélicos reformados celebrem, com outros, o triunfo de Cristo sobre o pecado, Satanás, os demônios e a morte, apesar disso, é um erro

deslocar a centralidade da substituição penal no ensino bíblico sobre a obra expiatória de Cristo.

Talvez uma olhada breve em alguns textos-chave que apoiam o tema *Christus Victor* nos ajude a ver que, embora o triunfo de Cristo sobre o pecado e Satanás seja gloriosamente verdadeiro, a obra realizada na cruz produz esta vitória sobre os poderes das trevas somente porque o sacrifício de Cristo foi, por natureza, uma oferta substitutiva e penal. Considere comigo alguns textos-chave nos quais este tema é ensinado e nos quais a substituição penal deve, também, ser entendida como verdadeira e central para explicar a vitória que Cristo conquistou.

Provavelmente, os três textos mais explícitos, no Novo Testamento, que expressam a verdade de que Cristo venceu Satanás e todos os poderes das trevas são Colossenses 2.15, Hebreus 2.14-15 e 1 João 3.8. Estes textos ensinam, respectivamente, que Cristo, “despojando os principados e as potestades, publicamente os expôs ao desprezo, triunfando deles na cruz”; que Cristo assumiu a nossa carne humana para que, “por sua morte, destruísse aquele que tem o poder da morte, a saber, o diabo”; e que “para isto se manifestou o Filho de Deus: para destruir as obras do diabo”. Estas passagens, juntamente com muitas outras — incluindo proeminentemente os evangelhos que apresentam Cristo em conflito com o Diabo, desde a sua tentação, no deserto, até à conspiração de Judas, inspirada por Satanás, e dos fariseus para matarem a Jesus — todas ressaltam o importante tema de que Cristo, por meio de sua morte e de sua ressurreição, venceu aquele que tinha o poder da morte, trazendo esta vitória sobre Satanás para os seguidores de Cristo e, num sentido mais amplo, para todo o cosmos.

A questão que temos diante de nós não é se a Bíblia ensina o tema *Christus Victor*, ou seja, que Cristo venceu Satanás e os poderes das trevas. De fato, a Bíblia ensina isto claramente, e sua verdade, estendendo-se desde Gênesis 3.15, por toda a Escritura, até Apocalipse 20.10, é uma parte importante do ensino bíblico mais amplo sobre a eficácia da morte expiatória e da ressurreição vitoriosa de Cristo. A questão que temos diante de nós é realmente esta: o *Christus Victor* é o elemento mais central e mais importante entre os

aspectos da expiação, ou o aspecto de substituição penal da expiação deve, ele mesmo, ser visto como central, explicando e dando origem ao *Christus Victor*? Ao considerar esta questão, proponho que cada uma das passagens mencionadas antes indica, em seu próprio contexto, que a substituição penal é a base para o *Christus Victor*, uma vez que a vitória de Cristo acontece por meio, e não à parte, de Cristo pagar a penalidade pelos pecados de outros, por meio do que (somente) o domínio de Satanás sobre eles é destruído. Em resumo, parece claro destes textos que a substituição penal fundamenta e explica o *Christus Victor* e que sem a substituição penal o *Christus Victor* não teria nem poderia ter acontecido.

O contexto de Colossenses 2.15, onde se diz que Cristo despojou os principados e potestades, é um contexto em que o pagamento de Cristo pela penalidade do pecado é estabelecido primeiro, antes de prosseguir, depois, para a vitória de Cristo sobre Satanás. Em Colossenses 2.13-14, aprendemos que em Cristo fomos perdoados de todas as nossas ofensas, porque, pela morte de Cristo na cruz, ele cancelou o escrito de dívida que era contra nós e o removeu, encravando-o na cruz. O pensamento nos versículos 13 e 14 se focaliza na expiação: a dívida que tínhamos diante de um Deus santo, para sofrer a penalidade por transgredirmos a sua lei, foi removida (“perdoada”, v. 13; “cancelada” e “removida”, v. 14) quando Cristo tomou sobre si mesmo nosso escrito de dívida e o encravou na cruz. A morte substitutiva que Cristo sofreu, na qual ele cancelou a dívida de pecadores, é o contexto para a próxima verdade gloriosa que está no versículo 15: ele despojou os principados e as potestades e os expôs ao desprezo, triunfando sobre eles na cruz. A morte pela qual Satanás é despojado e exposto ao desprezo é, portanto, a morte que cancela o nosso pecado. Estes não são conceitos vinculados acidentalmente, mas são teológica e necessariamente vinculados. A única maneira pela qual Satanás poderia ser derrotado era se o pecado, que lhe dava base para seu domínio sobre pecadores, fosse pago, perdoado e removido. O perdão de Cristo por meio da substituição penal é o meio pelo qual ele derrotou o poder de Satanás.

De modo semelhante, Hebreus 2 une a vitória de Cristo sobre Satanás, que tinha o poder da morte (v. 14), com o papel de sacerdote fiel de Cristo, no qual ele ofereceu um sacrifício propiciatório pelos pecados do povo (v. 17). A verdade comum que une ambos os efeitos é a encarnação: Cristo participou de “carne e sangue” ou, em termos diferentes, ele se tornou “semelhante aos irmãos” (v. 17) a fim de realizar estes dois efeitos: destruir “aquele que tem o poder da morte” (v. 14) e se tornar um “misericordioso e fiel sumo sacerdote nas coisas referentes a Deus e para fazer propiciação pelos pecados do povo” (v. 17). No mínimo, isto deixa claro que o tema *Christus Victor* não subsiste sozinho; pelo contrário, ele está vinculado deliberadamente ao tema do sacrifício penal e propiciatório. E, quando alguém pergunta se um deles tem prioridade sobre o outro, parece que todo o livro de Hebreus sugere a resposta. Evidentemente, o sacrifício de Cristo realizado de uma vez por todas, inaugurando a nova aliança, é apresentado em Hebreus como provendo o pagamento pelo pecado que, antes, era prefigurado, mas nunca realmente efetuado por meio dos sacrifícios de animais na velha aliança (10.4). A ênfase em Hebreus sobre o sacrifício de Cristo pelos pecados do povo é a nota predominante ressoada no livro. Por isso, é lógico argumentar que ela (ou seja, a substituição penal) fundamenta a outra verdade importante, mas dependente, de que nesta morte pelo pecado, ele derrotou aquele que tinha o poder do pecado. De fato, a vitória sobre Satanás ocorre somente porque a base para o seu poder (o pecado) é, ela mesma, removida por meio do sacrifício penal e propiciatório.

Finalmente, 1 João 3.4-10 mostra que a manifestação do Filho de Deus “para destruir as obras do diabo” (v. 8b) acontece somente quando os próprios pecados que são as “obras” de Satanás são removidos por meio do sacrifício de Cristo (v. 5). De modo semelhante ao que ocorre em Hebreus 2, temos aqui, em 1 João 3.5 e 8, um propósito duplo atribuído à manifestação de Cristo: ele se manifestou “para tirar os pecados” (v. 5) e “para destruir as obras do diabo” (v. 8). Ambos são verdadeiros, mas um tem prioridade sobre o outro? Um é fundamental, de modo que a sua ocorrência resulte na segunda realidade? De fato, o argumento de 1 João 3.4-10 sugere

isto: é somente quando Cristo se manifesta “para tirar os pecados” (v. 5) que ele desfaz as obras pecaminosas que caracterizam o Diabo “desde o princípio” (v. 8a) e, por meio disso, destrói as “obras do diabo” (v. 8b). O *Christus Victor* ocorre somente quando as obras que Satanás realiza são destruídas. Que obras são estas? São obras de pecado (v. 8a). Portanto, quando Cristo vem para tirar o pecado (v. 5), ele destrói os pecados que são as obras do Diabo (v. 8b). A substituição penal forma, portanto, a base pela qual o *Christus Victor* é efetuado e garantido.

Talvez uma analogia possa ajudar-nos a esclarecer o argumento do ensino da Escritura neste assunto. Devido a um justo sistema de leis do Estado e a uma prática jurídica imparcial, um homem está trancado numa cela, e sua liberdade foi restringida exatamente porque ele foi condenado por alguns crimes cuja penalidade envolve seu encarceramento. Observe que sua *culpa* forma a base para a sua *prisão*. Somente porque foi provado que ele é culpado de transgredir a lei, o Estado tem o direito de colocá-lo atrás das grades. Além disso, se um preso pudesse provar sua verdadeira inocência, para que a acusação de culpa fosse removida — por exemplo, se alguma evidência forense ou um teste de DNA fosse apresentado depois do encarceramento, demonstrando a inocência do preso — o Estado seria obrigado a libertá-lo de suas algemas e soltá-lo de sua prisão. Não é claro, portanto, que o *poder* do Estado para reter das pessoas a sua liberdade e colocá-las em prisão vem da *culpa* em que as próprias pessoas incorreram e da subsequente e justa punição que lhes é infligida como resultado? Remova a *culpa* e, assim, você removerá a base justa para a *prisão*.

De modo semelhante, o poder de Satanás sobre os pecadores está vinculado específica e exclusivamente à culpa do pecado. O domínio de Satanás sobre eles se deve à sua rebelião, em pecado, contra Deus e à subsequente jurisdição de Deus sobre a vida deles, como resultado desse pecado. Mas remova a culpa por meio do pagamento de Cristo pelo pecado deles e você remove a base para o domínio de Satanás sobre eles! Portanto, é por meio da morte de Cristo, visto que ele tomou sobre si o pecado de outros e pagou toda a penalidade pelo pecado, que o legítimo domínio que Satanás

exercia sobre eles é necessariamente rompido, e a base para a servidão é removida. Remova a culpa e você remove a servidão. Realize a substituição penal e, assim, você tem o *Christus Victor*. Portanto, embora a verdade do *Christus Victor* seja gloriosa, a verdade que torna possível e necessária a vitória de Cristo sobre Satanás e seu poder é a verdade mais central e mais fundamental de que Cristo pagou a penalidade por nossos pecados, por meio de seu sacrifício penal e propiciatório. A substituição penal fundamenta o *Christus Victor*. Louvado seja o nosso Salvador pelo gracioso perdão de nosso pecado e culpa que realiza também a gloriosa libertação do domínio e da servidão de Satanás (Cl 1.13-14).

A Substituição penal e a humanidade de Cristo

Tendo ainda em mente a centralidade da substituição penal na obra expiatória de Cristo, consideremos agora algumas das razões por que a humanidade de Cristo era necessária para que sua morte expiatória removesse realmente o nosso pecado. E, aqui, pode ser proveitoso à nossa reflexão usarmos as categorias de “substituto” e “penalidade” — as partes que compõem a doutrina da substituição penal — para pensarmos na importância da humanidade de Jesus para a expiação.

Primeiramente, para que Jesus fosse o nosso substituto, ele tinha de ser plena e verdadeiramente humano. Hebreus 2.14 argumenta isto mesmo: “Visto, pois, que os filhos têm participação comum de carne e sangue, destes também ele, igualmente, participou, para que, por sua morte, destruísse aquele que tem o poder da morte, a saber, o diabo”. Ninguém que não compartilhasse plenamente de nossa “carne e sangue”, ou seja, de nossa natureza humana, poderia, de fato, expiar o pecado e trazer vitória sobre Satanás. Dois fatores devem ser considerados para entendermos isto com mais clareza.

1) Os sacrifícios substitutivos que eram oferecidos na antiga aliança não eram sacrifícios humanos. Pelo contrário, Deus exigia sacrifícios de animais, com certas especificações sobre os tipos de animais, sua qualidade e coisas semelhantes. Mas alguém talvez pergunte: se Deus era capaz de usar sacrifício de animais na antiga

aliança, para substituir os pecados de seu povo, por que não continuar essa prática e evitar, assim, ter de sacrificar um ser humano? A resposta é simples e está em Hebreus 10.4: “Porque é impossível que o sangue de touros e de bodes remova pecados”. O que pode ser surpreendente para muitos de nós é esta compreensão: nenhum dos animais do Antigo Testamento pagou realmente qualquer pecado dos israelitas crentes, e, por isso, nenhum daqueles sacrifícios do Antigo Testamento era eficaz em si mesmo. Como, então, Deus podia perdoar aqueles santos do Antigo Testamento com base nos sacrifícios de animais que eles faziam, sacrifícios que, na verdade, haviam sido ordenados por Deus, se era realmente impossível que qualquer deles removesse pecados?

A resposta é impressionante e nos leva a Jesus, o único sacrifício que pode expiar realmente o nosso pecado. A eficácia daqueles sacrifícios de animais do Antigo Testamento estava não neles mesmos, e sim naquilo para o que eles apontavam. Eles eram “tipos” do sacrifício maior que estava por vir. Apontavam para a vinda certa, planejada e determinada do “Cordeiro de Deus” (Jo 1.29), aquele que removeria verdadeiramente o pecado de todos os que criam nas promessas de Deus. Em outras palavras, aqueles sacrifícios de animais exigidos na antiga aliança, embora não tivessem em si mesmos capacidade de pagar por qualquer pecado, eram eficazes precisamente porque estavam conectados na mente e no plano de Deus com o sacrifício futuro que seria realizado, de uma vez por todas, quando Jesus viesse e morresse na cruz.

Uma analogia bastante útil é considerar o que acontece quando você compra algo com um cartão de crédito. Suponha que você está num shopping e acha um par de sapatos de que gosta. Você leva os sapatos até ao caixa, debita-os ao seu cartão de crédito e sai da loja com seus sapatos novos, não tendo pago absolutamente nada por eles! Por que isto não é roubo à loja? Por que você não foi barrado à porta, pelos seguranças, e acusado de roubo? É livre para sair com os sapatos porque fez uma transação legal pela qual se obrigou a um pagamento futuro, pelo qual você (e outros) pode agora considerar os sapatos como seus. Embora ainda não tenha pago pelos sapatos, você se vinculou legalmente a um acordo (isso foi o que você fez

quando assinou o comprovante do cartão de crédito) pelo qual os sapatos serão pagos por você em uma data já acertada, no futuro. Portanto, embora os sapatos sejam legalmente seus, serão pagos somente quando a fatura do cartão de crédito chegar e o pagamento for feito de sua conta bancária.

De maneira semelhante, Deus perdoou o pecado de todos os santos do Antigo Testamento, por assim dizer, com base em crédito. Ele planejou um sistema de sacrifícios pelo qual cada um dos sacrifícios de animais indicava sua obrigação, em algum ponto no futuro, de garantir que o pagamento pelos pecados seria feito, certa e verdadeiramente. Em outras palavras, a fim de perdoar aqueles santos do Antigo Testamento naquele ponto da História, Deus pôs em execução um plano pelo qual o pecado deles, declarados como perdoados por ele naquele tempo, seriam verdadeira e plenamente pagos num dia futuro. Sem o pagamento futuro, aqueles sacrifícios de animais eram totalmente inúteis.

Esta é a realidade que se acha por trás da declaração e da demonstração da justiça de Deus que Paulo exalta em Romanos 3. Lembre as palavras de Paulo: que Deus propôs seu Filho como um pagamento pelo pecado para “manifestar a sua justiça, por ter Deus, na sua tolerância, deixado impunes os pecados anteriormente cometidos; tendo em vista a manifestação da sua justiça no tempo presente, para ele mesmo ser justo e o justificador daquele que tem fé em Jesus” (Rm 3.25b-26). Você percebe? Deus deixava “impunes os pecados anteriormente cometidos” toda vez que perdoava um israelita crente que trazia, na antiga aliança, um sacrifício de animal para expiar seu pecado. Então, quando Deus demonstraria realmente que era justo em perdoar aqueles pecados? Isto não é o cúmulo de traição legal para Deus: declarar perdoados aqueles santos do Antigo Testamento (ver Gn 15.6), embora nenhum de seus pecados houvesse sido realmente pago? A resposta é dada em Romanos 3.26. Na vinda de Cristo e em sua morte na cruz, Deus demonstrou que é justo em perdoar o pecado, visto que o pagamento por todos os pecados, em todo o tempo, foi realizado em e por meio da obra de seu Filho. A fatura do cartão de crédito veio, o cheque foi escrito, e o pagamento foi aceito! Isto foi o que Deus fez

ao oferecer o seu Filho, que sozinho fez o pagamento completo por nosso pecado.

Tudo isto significa que o sacrifício por nossos pecados não podia ser os sacrifícios de animais que eram oferecidos repetidas vezes durante a velha aliança. Era e permaneceria “impossível que o sangue de touros e de bodes” removesse pecados (Hb 10.4). Por isso, Deus proveu aquele que veio participar de nossa “carne e sangue” (Hb 2.14) como um homem; e somente este sacrifício poderia substituir-nos real e verdadeiramente em pagar a penalidade por nosso pecado.

2) Outra razão por que nosso substituto tinha de ser de nossa “carne e sangue” é que ele tinha de vir como o segundo Adão e ser bem sucedido naquilo em que Adão fracassou. Tanto em Romanos 5 como em 1 Coríntios 15, Paulo desenvolve as correlações entre Adão e Cristo. Um dos elementos-chave nesta comparação é a observação de que por “um só” homem (Rm 5.12) o pecado e a morte entraram no mundo e de que, também, por “um só homem, Jesus Cristo” (v. 15), a salvação e a justiça são obtidas. Como desenvolveremos mais no capítulo seguinte, Cristo veio como o segundo Adão em parte para conquistar de volta o que fora perdido por Adão. O pecado de Adão trouxera para ele e para toda a sua posteridade não somente a culpa do pecado, que tinha de ser paga por este segundo Adão, mas também a escravidão ao pecado e a Satanás, pela qual vivíamos sob seu domínio. Cristo veio para “destruir o poder do pecado perdoado”, por libertar-nos da tirania de Satanás.

Esta verdade gloriosa é declarada nas palavras de Colossenses 1.13, que Paulo escreve a respeito de todos aqueles que são, agora, perdoados em Cristo: “Ele nos libertou do império das trevas e nos transportou para o reino do Filho do seu amor”. Ou, como Hebreus 2.14 afirma de maneira semelhante: “Visto, pois, que os filhos têm participação comum de carne e sangue, destes também ele, igualmente, participou, para que, por sua morte, destruísse aquele que tem o poder da morte, a saber, o diabo”. Cristo, o segundo Adão, pagou por nosso pecado e, por meio disso, eliminou o domínio que Satanás tinha sobre nós. Somos perdoados e libertos; a penalidade do pecado foi paga, e o poder do pecado está, agora,

destruído. Por meio deste único “homem, Jesus Cristo” somos resgatados e libertados do pecado e da morte, para nunca mais sermos sujeitos ao domínio mortal de Satanás. Somente porque Jesus era um homem, o segundo Adão que obedeceu seu Pai e viveu sua vida de justiça, sua morte garantiu para nós tanto o pagamento total da culpa de nosso pecado quanto a libertação plena da terrível tirania do pecado.

Além disso, somente este substituto de “carne e sangue” poderia realmente pagar pelo pecado de uma maneira que nenhum dos sacrifícios de animais, no Antigo Testamento, poderia fazer (Hb 10.4). Somente Jesus como um homem poderia ser verdadeiramente o substituto que precisávamos. Há, porém, mais a considerarmos, especialmente quando contemplamos a penalidade que Jesus suportou na cruz, quando morreu por nosso pecado. Dois aspectos de sua morte por nosso pecado se relacionam direta e significativamente com sua humanidade.

1) Como Pedro disse, quando Jesus morreu na cruz, ele carregou “em seu corpo, sobre o madeiro, os nossos pecados” (1 Pe 2.24). Ou, como Paulo indicou: “Aquele que não conheceu pecado [o Filho], ele [o Pai] o fez pecado por nós; para que, nele, fôssemos feitos justiça de Deus”. Portanto, quando Jesus foi pendurado na cruz, ele carregou “os nossos pecados” em tal extensão, que o Pai “o fez pecado por nós”. Como vimos antes, com base em Isaías 53.4-6, foram as “nossas transgressões” e as “nossas iniquidades” que ele carregou na cruz. Aquele que era, em si mesmo, sem pecado tomou o nosso pecado, quando morreu na cruz.

Os teólogos usam, às vezes, a palavra *imputação* para se referirem ao débito de nosso pecado atribuído a Cristo. Na verdade, há três “atos” de imputação na história de redenção. O pecado de Adão foi imputado (debitado) a toda a posteridade, quando ele pecou (Rm 5.12, ss.); o nosso pecado foi imputado a Cristo na cruz (2 Co 5.21); e a justiça de Cristo é imputada (creditada), pela fé, àqueles que creem (Rm 4.4-5; 2 Co 5.21). Aqui, estamos interessados no segundo ato de imputação. O Pai lançou realmente em seu próprio filho a dívida de nosso pecado e culpa para que ele pagasse por eles e garantisse para nós o perdão e a posição de justos que recebemos

pela fé. Isto é o âmago do evangelho e o âmago da obra de Cristo na cruz.

Cristo tinha de ser humano para que esta imputação de nosso pecado acontecesse. Se ele fosse apenas divino, seria inconcebível e impossível que nosso pecado lhe fosse imputado. Como poderia sua natureza eterna, santa e sem pecado assumir o pecado? Como Deus, ele é imutável em sua perfeição (Hb 1.10-12; 13.8) e infinito em sua santidade (por exemplo, o Deus três vezes santos de Isaías 6.1-4 é, corretamente, uma visão de Cristo, como indicado por João 12.41). Não, a natureza divina não pode ser maculada com o pecado, e, certamente, (apenas) como Deus, Jesus não poderia ter sido feito “pecado” por nós. Mas o Pai o fez *realmente* “pecado”, e ele *levou* nosso pecado em seu corpo, na cruz. Claramente, a imputação de nosso pecado a Cristo tem em mente a sua humanidade plena e perfeita que foi, no momento desta imputação, feita o que nunca tinha sido antes — pecado. Medite nestas palavras: em um momento na cruz, quando o Pai imputou nosso pecado ao seu Filho, em sua natureza humana, Jesus, que antes era sem pecado, foi feito pecado. Somente porque ele era plena e verdadeiramente humano (bem como plena e verdadeiramente divino), esta imputação de nosso pecado a Cristo poderia ter acontecido.

2) Paulo escreveu: “O salário do pecado é a morte” (Rm 6.23). Aquilo que segue naturalmente a imputação de nosso pecado é claro. Porque o Pai imputou nosso pecado ao seu Filho, e porque a penalidade desse pecado é a morte, o que ocorreu em seguida tinha de acontecer: “Cristo morreu pelos nossos pecados” (1 Co 15.3). A morte de Cristo foi real porque o pecado imputado a ele era real, e a penalidade por esse pecado era ordenada por Deus. No entanto, o Filho de Deus sem pecado veio em carne humana, levou o nosso pecado em seu corpo na cruz e morreu como resultado disso.

A relação da morte de Cristo por nosso pecado com sua humanidade deve ser clara. Porque ele levou nosso pecado em sua humanidade, foi a humanidade de Jesus, em específico, que foi sujeita à morte. Afinal de contas, Deus não pode morrer. Deus é eterno, autoexistente e possui vida em si mesmo. Portanto, falando estritamente, morrer é impossível para Deus, como Deus. Mas, se

Deus (o Filho) assume a natureza humana, morrer torna-se possível para Deus. Este é o sentido em que temos de cantar o refrão do magnífico hino de Charles Wesley “Como Pode Ser?” Quando o volume aumenta, e as vozes se unem para cantar... “que tu, meu Deus, morreste por mim”, devemos lembrar que isto é verdade, mas somente porque, neste caso, Deus (o Filho) se uniu à natureza humana, de tal modo que Deus morre somente quando a natureza humana unida à natureza divina morre na cruz. Deus, como Deus, não pode morrer, mas Deus, o Filho, como homem, morreu realmente.

Talvez seria proveitoso pensarmos um pouco sobre algumas das coisas que falamos de Cristo em relação a algumas atividades de sua vida. Algumas atividades estão ligadas, falando estritamente, somente a uma ou a outra de suas duas naturezas. É importante discernirmos isto, para não confundirmos sua divindade com sua humanidade. Por exemplo, quando Jesus disse: “Tenho sede!” (Jo 19.28), isto era, claramente, uma expressão de sua humanidade. A natureza divina, como autossuficiente e espiritual, nunca teve sede e não pode ter sede. Mas a natureza humana, como todos sabemos, pode realmente sentir sede. Por isso, podemos dizer com certeza: (a) a natureza humana em Jesus tinha sede; ou (b) Jesus, o Deus-homem, ficava com sede. Mas erraríamos se disséssemos (c) a natureza divina em Jesus tinha sede. Ou considere o ato de Jesus perdoar pecados (ver Mc 2.1-12), uma ação que somente Deus pode fazer (como os escribas concluíram acertadamente — ver Mc 2.7). Portanto, sobre esta ação de perdoar pecados, podemos dizer com certeza: (a) a natureza divina em Jesus foi capaz de realizar e realizou o perdão dos pecados do parálítico; ou (b) Jesus, o Deus-homem, foi capaz de realizar o perdão dos pecados do parálítico. Mas erraríamos se disséssemos que (c) a natureza humana de Jesus foi capaz de realizar e realizou o perdão dos pecados do parálítico.

De maneira semelhante, quando contemplamos a imputação do pecado a Jesus e sua morte subsequente, temos de ser cuidadosos em como pensamos sobre estes aspectos de sua obra na cruz em relação às suas duas naturezas. Podemos dizer corretamente que (a) a natureza humana de Jesus levou o nosso pecado e morreu na cruz;

ou (b) Jesus, o Deus-homem, levou o nosso pecado e morreu na cruz. Mas erraríamos se disséssemos que (c) a natureza divina de Jesus levou o nosso pecado e morreu na cruz. Em nenhum caso, a natureza divina é suscetível ou ao pecado ou à morte. Para que Jesus levasse o nosso pecado e morresse por nós, ele tinha de ser plena e verdadeiramente homem.

Aplicação

1) Compreenda que realizar as duas coisas que acabamos de focalizar foi a principal razão por que Jesus se tornou um homem: levar os nossos pecados e morrer na cruz por nós. Sim, é claro, muito mais foi feito por Jesus; e muitas outras razões preenchem a totalidade de por que ele veio a terra. Mas no âmago de sua vinda, no âmago de sua escolha para seguir a vontade e o plano de seu Pai e assumir a natureza humana, havia este propósito: levar o nosso pecado e morrer. Como Jesus disse ao afirmar sua própria missão: “Pois o próprio Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida em resgate por muitos” (Mc 10.45).

Que verdade maravilhosa — o Verbo eterno deixou as glórias do céu e assumiu a natureza humana para cumprir um propósito crucial, abrangente e central: levar o pecado que cometemos e morrer a morte que merecíamos, porque ele sabia que somente desta maneira seríamos salvos. Admire-se deste amor. Admire-se deste sacrifício. Adore este Deus que se tornou homem.

2) Aprenda a disciplinar seu pensamento sobre Jesus no que diz respeito a ser ele plenamente Deus e plenamente homem. Parafraseando Tiago, o caminho de sabedoria, neste assunto, é ser “pronto para ouvir”, mas “tardio para falar”. Ou seja, devemos ser prontos e ansiosos para ouvir a Palavra de Deus repetidas vezes, enquanto somos demorados e equilibrados no que concluímos sobre as duas naturezas de Jesus. Os mistérios da união hipostática — ou seja, a união das duas *ousia* (naturezas) em uma *hypostasis* (pessoa) — são iguais aos da Trindade; e não ousamos formar julgamentos

rápidos e fáceis. Ário, o inimigo em Niceia e proponente da ideia de que o Filho era criação do Pai, errou exatamente neste ponto. Quando Ário leu que Cristo não sabia a hora da segunda vinda (Mc 13.32), concluiu que Cristo não podia ser Deus. Ele raciocinou: Deus sabe, com certeza, todas as coisas, mas aqui Jesus declarou que não sabia uma coisa específica, portanto Jesus não pode ser Deus. Evidentemente, o problema estava na incompreensão de Ário quanto às duas naturezas de Cristo. Porque Jesus viveu sua vida como um homem e limitou a expressão de muitos dos atributos divinos exigida por essa vida humana integral, houve muitas coisas que ele teve de aprender, enquanto crescia, e algumas coisas nunca lhe foram reveladas. Portanto, a limitação de conhecimento que Jesus experimentou era real, mas era uma função de sua natureza humana. Como Deus, ele sabia (e sabe) tudo que há para saber. Então, estaríamos certos em dizer (a) que a natureza humana de Jesus não sabia o tempo da segunda vinda ou (b) que Jesus, o Deus-homem, não sabia o tempo da segunda vinda. Mas erraríamos se disséssemos (c) que a natureza divina em Jesus não sabia o tempo da segunda vinda. Este foi precisamente o erro de Ário ao contemplar estas complexidades que o levaram às suas conclusões heréticas. Que Deus nos dê graça para sermos prontos para ouvir (sua Palavra) e tardios para falar (nossos julgamentos).

3) Considere, outra vez, as categorias de “substituto” e “penal” em relação à nossa condição diante de Deus. Compreenda que Cristo, e somente Cristo, é o único substituto que pode representar-nos adequadamente com sua oferta em nosso favor. E compreenda que somente Cristo fez o pagamento que satisfaz plena e eternamente a ira de Deus contra nosso pecado. O fato de que Cristo é o único que satisfaz o que mais necessitávamos, por meio de seu sacrifício penal e substitutivo, merece nossa adoração, louvor, exaltação e lealdade eterna. Como Paulo, afirmamos que fomos comprados por um preço indizivelmente elevado, e, por isso, é correto que glorifiquemos a Deus em nosso corpo (1 Co 6.20).

Perguntas para Discussão

- 1) Considere a importância da doutrina da morte expiatória, substitutiva e penal de Cristo. O que as palavras *penal* e *substituição* contribuem para nosso entendimento desta doutrina? Que passagens da Escritura expressam aspectos desta verdade central sobre a morte expiatória de Cristo por nosso pecado?
- 2) Outros aspectos da expiação ensinados na Escritura incluem a morte de Cristo, que é um “sacrifício” por nosso pecado, uma morte que nos “redime” ou nos “compra” da penalidade de nosso pecado e um pagamento que “propicia” a ira do Pai contra nós, por causa de nosso pecado. Considere como a morte de Cristo como substituição penal está necessariamente relacionada à sua morte como um sacrifício, como uma redenção e como uma propiciação por nosso pecado.
- 3) Medite na importância da humanidade de Cristo em relação à sua atitude de levar o nosso pecado e morrer por nós. Somente como homem ele poderia ter nosso pecado imputado a si mesmo; e somente como homem ele poderia morrer por nosso pecado. Como esta verdade amplia nosso louvor e honra a Cristo, que assumiu a nossa natureza humana precisamente para levar o nosso pecado e morrer por nós? De que maneiras o fato de que o Filho eterno do Pai assumiu a natureza humana aumenta o amor que já temos por ele?
- 4) Quando Jesus sofreu na cruz, ele levou todo o nosso pecado em sua morte agonizante por nós. Considere, por um momento, até à extensão que você puder, a plenitude do pecado que você tem cometido em sua vida — cada ação, atitude, palavra e pensamento que causaram desprazer em Deus e violaram seus padrões de justiça. Pense no horror desse pecado, em quão horrível, desagradável e entristecedor é esse pecado. Agora, compreenda que Jesus levou *todo* o seu pecado no corpo dele na cruz. Reflita na magnitude do amor

do Pai e do Filho por nós, pecadores, quando você contempla o horror do pecado que Cristo levou e a penalidade que ele pagou.

5) Quais são algumas maneiras pelas quais nossa vida deve refletir que fomos comprados por preço (1 Co 6.20)? Qual a importância do fato de que Jesus morreu por nosso pecado? E que diferença isto deve fazer no modo como agimos para com os outros? Como a morte de Jesus por pecadores deve afetar nosso testemunho no mundo? O que significa haveremos sido redimidos pelo sangue de Cristo?

(1) Embora a substituição penal seja entendida, na tradição reformada, como essencial à doutrina bíblica da expiação, este entendimento é debatido por muitos eruditos evangélicos e não evangélicos. Para conhecer algumas das opiniões sobre este assunto, ver James Beilby e Paul R. Eddy, eds., *The Nature of the Atonement: Four Views* (Downers Grove, IL: InterVarsity, 2006).

(2) Gustaf Aulen, *Christus Victor* (London: SPCK, 1970). Quanto a uma defesa contemporânea, ver o capítulo de Greg Boyd em Beilby e Eddy, *Nature of the Atonement*.

capítulo 8

RESSUSCITADO, REINANDO E RETORNANDO EM VITÓRIA

o qual exerceu ele em Cristo, ressuscitando-o dentre os mortos e fazendo-o sentar à sua direita nos lugares celestiais, acima de todo principado, e potestade, e poder, e domínio, e de todo nome que se possa referir não só no presente século, mas também no vindouro. E pôs todas as coisas debaixo dos pés e, para ser o cabeça sobre todas as coisas, o deu à igreja, a qual é o seu corpo, a plenitude daquele que a tudo enche em todas as coisas.

EFÉSIOS 1.20-23

As Escrituras estão repletas do glorioso ensino de que Jesus Cristo, que morreu por nosso pecado, foi ressuscitado dos mortos e está agora sentado à direita do Pai, exercendo seu reino sobre todas as coisas. Quando a plenitude dos propósitos do Pai se realizarem na terra, e o Filho tiver edificado sua igreja de acordo com o desígnio do Pai, este Senhor Jesus Cristo ressurreto e exaltado virá de novo, derrotando todos os inimigos de Deus e introduzindo a plenitude de seu reino numa terra restaurada. Em resumo, Jesus, que morreu, foi ressuscitado dos mortos, está reinando sobre tudo e voltará como Rei dos reis e Senhor dos senhores, para viver com sua noiva para sempre.

Estas três realidades inseparáveis — a ressurreição, o reino e o retorno de Cristo — dão grande esperança e confiança aos seguidores de Cristo; e todas as três estão ligadas diretamente à humanidade que ele possuía quando se tronou carne. Afinal de contas, é a humanidade de Jesus que foi ressuscitada dos mortos; é em sua humanidade que Jesus está exaltado à direita do Pai, para reinar sobre tudo, e será em sua humanidade que ele retornará a terra, como os discípulos o viram subir (At 1.11). Destas três afirmações — de que a humanidade de Jesus está ligada inextrincavelmente à sua ressurreição, reino e retorno — talvez seja a segunda verdade que alguns questionem se não deveria estar, da

mesma maneira, vinculada à humanidade de Cristo. Com certeza, a sua *ressurreição* está claramente relacionada à sua natureza humana, porque ele morreu em sua humanidade e ressuscitou corporalmente dos mortos. E, com certeza, o *retorno* de Cristo está relacionado à sua humanidade, visto que ele virá corporal e fisicamente (embora num corpo glorificado, do tipo que nos será dado, também, em sua vinda) para triunfar sobre os inimigos de Deus e receber sua noiva para sempre. Mas o reino de Cristo agora — o poder e a autoridade que ele exerce e seu domínio sobre Satanás e todos os poderes da criação — não é uma função principalmente de sua deidade? Ele não reina agora como Deus Filho mais diretamente do que como um homem em si mesmo?

Examinaremos esta tríade de verdades interconectadas a respeito de Cristo, o Rei ressurreto, reinando e retornando. Das três, dedicamos atenção especial à segunda, porque podemos ter mais questões concernentes à relevância da humanidade de Cristo para sua função atual como o Senhor exaltado que está reinando. O que veremos é que todas as três áreas estão profunda e inexoravelmente ligadas à humanidade de Cristo, de tal modo que nossa esperança pelo que está por vir na consumação de todas as coisas depende do fato de que Jesus é o segundo Adão, o descendente de Abraão, o filho maior do Davi, que, como um homem, foi ressuscitado e exaltado para executar a obra que o Pai designou para ele. Considere comigo, então, a relevância da humanidade de Cristo para esta tríade de verdades gloriosas, de que Jesus Cristo, que morreu, foi ressuscitado dos mortos, está reinando agora sobre tudo e retornará para estabelecer paz e justiça para todo o sempre.

Ressuscitado dos mortos

Começamos com uma das mais importantes e gloriosas de todas as verdades bíblicas, a de que Cristo, que morreu por nossos pecados, foi bem sucedido em pagar a penalidade do pecado e venceu o poder do pecado, como foi evidenciado por haver ele ressuscitado dos mortos, para nunca mais morrer. É importante que vejamos aqui a conexão entre a eficácia da morte de Cristo por nosso

pecado e a verdade de sua ressurreição subsequente. Afinal de contas, Paulo começa sua explicação do evangelho, em 1 Coríntios 15, por declarar que “Cristo morreu pelos nossos pecados” (v. 3), para afirmar, pouco depois, que, “se Cristo não ressuscitou, é vã a vossa fé, e ainda permaneceis nos vossos pecados” (v. 17). Alguém talvez pergunte: se a morte de Cristo é o que resolve o problema do nosso pecado, por que é importante que ele tenha ressuscitado dos mortos ou não? Ora, é na sua morte que o problema do nosso pecado é resolvido, não é? Então, por que Paulo insiste em que, se Cristo não ressuscitou, ainda estamos em nossos pecados? Outra maneira de fazermos a pergunta é esta: como a eficácia da morte de Cristo está unida à eficácia de sua ressurreição? Ou, por que era necessário que Cristo ressuscitasse dos mortos, para que sua morte por nosso pecado fosse verdadeiramente eficaz? Isto não parece ser o que Paulo está sugerindo, mas por quê?

Para ver a resposta, considere comigo duas características do pecado. O pecado é, para todos nós, um problema duplo. O pecado impõe sobre nós uma penalidade que não podemos pagar e um poder que não podemos vencer. E, interessantemente, se inquirirmos o que é essa penalidade e qual é o mais forte poder do pecado, chegamos à mesma resposta. Como Paulo diz em Romanos 6.23, o salário do pecado é a morte. Portanto, é claro que a penalidade que o pecado traz para cada um de nós é a morte. E se consideramos por um momento o poder que o pecado exerce sobre nós, compreendemos que seu poder é multiforme. Pode incitar-nos à cobiça, à ira, ao orgulho, à lascívia, ao assassinato e a muitos outros estados de ação, atitude e mente. Mas, em tudo isto, temos alguma capacidade de combater. Podemos resistir, em algum grau, as incitações do pecado em todas essas maneiras. Mas o único poder que o pecado tem sobre nós para o qual não temos nenhum recurso é a morte. Este é o seu poder maior e final a respeito do qual nada podemos fazer. Portanto, isto é claro: a penalidade do pecado é a morte, e o mais forte poder do pecado é a morte.

Voltemos agora a 1 Coríntios 15.3: “Cristo morreu pelos nossos pecados”. Se Cristo morreu pelo nosso pecado, e se o pecado é tanto uma penalidade que não podemos pagar quanto um poder que não

podemos vencer, então, a morte de Cristo pelo nosso pecado tem de pagar tanto a penalidade do pecado como vencer o poder do pecado. Mas, visto que a penalidade do pecado é a morte, se é verdade que Cristo “morreu pelos nossos pecados”, qual é a evidência necessária do fato de que Cristo pagou plenamente a penalidade do pecado? Ele *tinha* de ressuscitar dos mortos. Se ele permanecesse morto no sepulcro, a penalidade do pecado ainda estaria sendo paga, e, por conseguinte, seu pagamento não teria sido feito plenamente.

E o que podemos dizer quanto ao poder do pecado? Se Cristo “morreu pelos nossos pecados”, e se o maior poder do pecado é a morte, qual é a evidência necessária do fato de que venceu o poder do pecado completa e decisivamente? Ele *tinha* de ressuscitar dos mortos. Se Cristo permanecesse morto no sepulcro, o poder do pecado seria maior do que ele, e, em vez de vencer o pecado, ele estaria sujeito ao pecado e ao seu domínio. A única maneira de mostrar que o poder do pecado fora vencido completamente era que Cristo fosse ressuscitado dos mortos. Isto mostraria que o poder de Cristo era maior do que o maior poder que o pecado tem. A ressurreição de Cristo demonstra que ele triunfou completa e decisivamente, de uma vez por todas, sobre o pecado e o seu maior poder!

Devido à importância desta doutrina para toda a nossa fé cristã, temos de compreender, novamente, quão importante é que Cristo fosse humano. Deus, *como Deus*, não poderia morrer e, *como Deus*, não poderia ser ressuscitado dos mortos. Mas, em Jesus, o Deus-homem, vemos que Deus, *como homem*, morreu pelos nossos pecados, e, de modo semelhante, Deus, *como homem*, foi ressuscitado dos mortos. A morte expiatória de Cristo exigia humanidade plena, e a ressurreição de Cristo exigia esta mesma característica.

Outra conexão importante da humanidade de Cristo com sua ressurreição precisa ser mencionada. A doutrina bíblica da ressurreição envolve não somente a ressurreição de Cristo. Embora a ressurreição de Cristo seja muito importante, há mais envolvido na história — o plano bíblico de nossa salvação. Outra parte gloriosa da história é esta: Cristo é as primícias dos que ressuscitarão dos

mortos, para que todos os que creram nele sejam ressuscitados como ele o foi (1 Co 15.2-23). Embora saibamos pouco a respeito do corpo glorioso e ressurreto de Jesus, sabemos que sua existência humana glorificada se tornou o padrão para a nossa vida futura. Do mesmo modo como Cristo foi ressuscitado, nós o seremos; por isso, a nossa esperança tanto para a vida quanto para a morte, bem como para a vida humana em seu máximo, está arraigada na ressurreição do próprio Jesus. A sua humanidade é o padrão para a nossa humanidade, e, como ele reina para sempre em seu estado humano glorificado, também nós reinaremos com ele como seres humanos glorificados. A nossa esperança de uma futura plenitude de existência humana está conectada necessária e inextrincavelmente à plenitude da humanidade de Jesus, humanidade esta que é o padrão e o protótipo de nossa própria.

Reinando sobre tudo

O Jesus ressuscitado, que apareceu a muitos dos seus discípulos, em várias situações diferentes, se tornou logo o Senhor exaltado e glorificado. A ascensão de Jesus ao céu, para sentar-se à direita do Pai, é uma das mais importantes, porém negligenciadas, áreas da Cristologia. O que está realmente envolvido no reino presente do Cristo ressuscitado? Este aspecto de sua vida e sua obra se relaciona diretamente com sua humanidade?

Se examinamos atentamente o ensino bíblico sobre o reino presente de Cristo sobre todas as coisas, parece claro que temos de concluir que ele está reinando como um homem que ganhou o direito de governar o mundo que ele comprou e conquistou. Nossa intuição que nos leva a pensar no reino presente de Cristo como o reino do Filho divino é colocada em dúvida quando pensamos em muitas passagens que falam de sua posição e atividade presente. O que achamos, em vez disso, é que aquele que reina tem autoridade sobre as nações que ele não possuía antes e direitos sobre todos os poderes do céu e da terra que ele ganhou por meio de sua vida obediente e de sua morte na cruz. É uma posição de supremacia lhe

foi dada pelo Pai, uma posição que ele tem somente agora em seu estado exaltado.

Em outras palavras, estes ensinamentos bíblicos não se harmonizam bem com a noção de que o reino de Cristo é conduzido principal e fundamentalmente pela sua natureza divina. Como você poderia dizer a respeito do Filho divino que lhe *foi dada* toda a autoridade sobre o mundo e lhe *foram dadas* as nações como sua possessão? Afinal de contas, o Filho divino não criou este mundo, e ele não tem autoridade intrínseca sobre ele, como Deus e Criador? No entanto, achamos na Escritura, repetidas vezes, uma linguagem que indica a “novidade” da posição que Jesus tem agora e da autoridade que ele exerce agora. Essa “novidade” não tem “ajuste” apropriado com a deidade de Cristo, mas certamente o tem com este Filho humano, este Messias, este filho de Davi, que recebe, como sua recompensa, o governo sobre o mundo que ele venceu e conquistou. Considere comigo algumas passagens importantes que levam a esta conclusão.

Primeiramente, considere o salmo real ou o salmo inaugural de Davi, Salmo 2. Para o nosso propósito, a secção-chave diz: *Na sua ira, a seu tempo, lhes há de falar e no seu furor os confundirá. Eu, porém, constituí o meu Rei sobre o meu santo monte Sião. Proclamarei o decreto do SENHOR: Ele me disse: Tu és meu Filho, eu, hoje, te gerei. Pede-me, e eu te darei as nações por herança e as extremidades da terra por tua possessão. Com vara de ferro as regerás e as despedaçarás como um vaso de oleiro* (vv. 5-9).

O contexto para esta porção do salmo é a descrição dos povos do mundo que estão se rebelando contra Deus e seu Filho ungido (vv. 1-3). Eles se irritam com as leis de Deus e desprezam seu governo. Deus, por sua vez, ri deles (v. 4), mas o seu riso se torna ira. Em sua fúria, o Senhor — que deve ser entendido como o Pai, visto que ele está falando sobre o seu Filho — estabelece o seu Rei em Sião e anuncia seu decreto duradouro a respeito de quem é este rei e o que ele fará. O rei não é outro, senão o seu próprio Filho, que ele gera neste ponto da história como seu Filho. E, depois, ele instrui o Filho, dizendo: “Pede-me, e eu te darei as nações por herança e as extremidades da terra por tua possessão. Com vara de ferro as regerás e as despedaçarás como um vaso de oleiro” (vv. 8-9). O

Senhor, como o Pai deste Filho, oferece dar as nações ao Filho, outorgar-lhe as extremidades da terra como sua possessão. O Filho, por sua vez, não obtém estas nações para salvá-las, e sim para trazer juízo cataclísmico sobre elas. Como vemos no cumprimento deste texto em Apocalipse 19, no retorno de Cristo, este rei e Senhor triunfante esmagará realmente as nações e as levará à morte e à ruína. As nações são dele porque o Pai lhe dá as nações, e são dele para conquistar por meio de guerra divina. Algumas observações são importantes.

Primeiramente, a referência ao Salmo 2 concernente à “geração” deste Filho não pode se referir nem a geração eterna do Filho, nem ao tempo da encarnação, quando o Filho foi gerado no ventre de Maria. Há duas razões para vermos isto como um terceiro ponto em que o Filho “se torna” filho em um novo sentido — ou seja, em sua ressurreição e ascensão. (1) A primeira é a simples observação de que o que este Filho gerado faz, de acordo com Salmo 2.9, é trazer-lhes condenação e destruição. Mas isto não era verdadeiro a respeito do Filho como o Filho eterno que criou as nações, nem era verdadeiro também acerca do Filho encarnado que veio para salvar as nações. Lembre as palavras solenes de João 3.17: “Deus enviou o seu Filho ao mundo, não para que julgasse o mundo, mas para que o mundo fosse salvo por ele”. Mas a este Filho de Salmo 2 são dadas as nações precisa e especificamente para que faça o oposto do que ele fez na primeira vinda. Ele virá para estas nações em julgamento, executando a fúria e a ira de seu Pai. Então, esta “filiação” não é a eterna filiação, nem a sua filiação encarnada, mas, neste caso, a filiação lhe é outorgada como o ressuscitado, ascendido e exaltado Rei dos reis e Senhor dos senhores. (2) A segunda razão para vermos o Filho de Salmo 2 como o Filho ressuscitado e exaltado é que foi exatamente assim que Paulo entendeu este texto. No sermão de Paulo registrado em Atos 13, ele se referiu à ressurreição de Jesus como a base para o cumprimento do que foi prometido e predito no Salmo 2. Paulo disse: “Nós vos anunciamos o evangelho da promessa feita a nossos pais, como Deus a cumpriu plenamente a nós, seus filhos, ressuscitando a Jesus, como também está escrito no Salmo segundo: Tu és meu Filho, eu, hoje, te gerei” (At 13.32-33).

Este Filho gerado não é nem o Filho eterno, nem o Filho encarnado, nascido de Mary, e sim o Filho ressurreto que foi levantado dentre os mortos e exaltado para reinar sobre as nações.

Em segundo, embora óbvio, também precisamos ressaltar que, de acordo com este salmo, o Pai *torna* as nações em herança do Filho e as extremidades da terra, como sua possessão. Isto indica duas verdades importantes. (1) O Pai tem autoridade final sobre o seu Filho e realiza a sua vontade em e por meio do seu Filho. Assim como os céus e a terra foram criados pelo Pai por intermédio do seu Filho, e assim como a salvação das nações ocorreu quando o Pai enviou seu Filho para morrer pelo pecado do mundo, assim também, neste salmo, o Pai executa seu juízo final sobre as nações rebeldes do mundo por intermédio das ações do seu Filho. Afinal de contas, é a ira e cólera de Deus que é aqui expressada, embora o instrumento que manifeste essa ira seja o Filho, o Rei Jesus. (2) Quando este Filho é gerado em sua ressurreição e exaltação, as nações lhe são dadas como sua herança, indicando que ele não as tinha antes. Mas isto poderia ser dito sobre o Filho divino do Pai? Não, esta afirmação só faz sentido a respeito do Filho quando ele é visto como aquele a quem se dá o que não tinha, aquele cuja recompensa por sua obra é receber esta herança. Isto se refere ao Filho humano que veio através da linhagem de Abraão, Davi e Maria. Este Filho humano não tinha direitos intrínsecos a essas nações, mas lhe foram dados os direitos sobre elas, para realizar a vontade do Pai quanto a essas nações, porque ele é o Filho gerado da ressurreição e da ascensão.

Em terceiro, a vitória do Filho sobre estas nações é certa. Embora elas se enfureçam contra Deus, o enfurecer-se delas será inútil (como é insinuado em Salmo 2.1). A ira do Pai será satisfeita quando o Filho executar o julgamento implacável sobre as nações, despedaçando-as “como um vaso de oleiro” (v. 9). E, quando consideramos o cumprimento profetizado deste salmo, registrado para nós em Apocalipse 19, confirmamos nossa conclusão de que, no final, o Filho não tolerará nenhum inimigo, nem permitirá que subsista ninguém que se enfurece contra Deus. Como Rei dos reis e

Senhor dos senhores, ele realizará seu propósito divinamente ordenado e decretado e terá sua vitória completa e severa.

Em quarto, admire-se de que o salmo chama os próprios juízes e nações da terra que se enraivecem contra Deus a reconhecerem a tolice de seus caminhos e a se prostrarem ao Filho, antes que seja tarde demais (Sl 2.10-12). Que misericórdia Deus mostra para com estes mesmos que são os objetos de sua ira e indignação! Isto nos leva a nos enchermos de gratidão pela primeira vinda deste Filho, que o prepara para a segunda vinda. Na sua primeira vinda, a amplitude da misericórdia de Deus é manifestada quando o Filho morre pelo mundo e oferece a salvação a todos que creem. Mas, em sua segunda vinda, a fúria do juízo de Deus é manifestada quando seu Filho — o mesmo Filho que morreu pelas nações — toma a sua espada e fere as nações em sua idolatria e rebelião incessantes contra seu Criador, Deus. Embora Deus anuncie a certeza deste julgamento vindouro, ele faz isso para, em parte, persuadir rebeldes a largarem as armas e se renderem a Jesus como seu Senhor e Rei pessoal. Que misericórdia precede essa destruição terrível! Quão infinitamente amável da parte de Deus o planejar esta primeira vinda de Cristo, em vez de mover-se diretamente para a essência da segunda!

Ora, todas estas observações são reflexões sobre o reino e o domínio do Filho triunfante, que é plena e verdadeiramente humano. É ao Jesus humano que são dadas as nações como sua herança; é o Jesus humano que toma a espada de juízo; é o Jesus humano que vem novamente para esmagar essas nações com vara de ferro. Admire-se de que tudo isto é verdade a respeito daquele que é plena e verdadeiramente humano. Embora enviado pelo Pai e possuísse a natureza divina, ele realizou sua obra no poder do Espírito e fez isso como o homem, o segundo Adão, que Deus o tornou.

Quanto à nossa segunda passagem, considere outra vez a Grande Comissão que nosso Senhor deu aos seus discípulos: *Jesus, aproximando-se, falou-lhes, dizendo: Toda a autoridade me foi dada no céu e na terra. Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo; ensinando-os a guardar todas*

as coisas que vos tenho ordenado. E eis que estou convosco todos os dias até à consumação do século (Mt 28.18-20).

Esta passagem é citada frequentemente sem qualquer atenção específica à afirmação anterior de Jesus. No versículo 18, lemos que Jesus disse algo muito impressionante. Em vez de declarar o que talvez já esperávamos — algo mais ou menos assim: “Toda a autoridade no céu e na terra é, e sempre foi, minha” ou: “Toda a autoridade, por toda a eternidade, tem sido minha, porque eu criei os céus e a terra” — Jesus disse: “Toda a autoridade *me foi dada* no céu e na terra”. Admirável! Simplesmente admirável! Compreendemos, quando dedicamos alguns minutos a reflexão, que Jesus não estava falando aqui da autoridade inerente que ele possuía sobre toda a criação por ser o criador de tudo que existe. É claro que, como criador, todas as coisas estão sob a autoridade dele e sujeitas ao seu domínio. Como Deus, Jesus não pode receber autoridade sobre o céu e a terra, porque ele possui esta autoridade por direito divino. Portanto, esta deve ser a autoridade que lhe foi dada em sua humanidade. Ele recebe o que não tinha antes e, por isso, agora, havendo recebido esta autoridade, envia os seus discípulos às nações sobre as quais ele tem agora autoridade absoluta e direitos de governo.

Um incidente relacionado nos ajuda a ver isto. Lembre que uma das três tentações que Jesus enfrentou envolvia o ser ele levado a um lugar em que pudesse ver todos os reinos do mundo. Lucas 4.5-7 registrou para nós: “E, elevando-o, mostrou-lhe, num momento, todos os reinos do mundo. Disse-lhe o diabo: Dar-te-ei toda esta autoridade e a glória destes reinos, porque ela me foi entregue, e a dou a quem eu quiser. Portanto, se prostrado me adorares, toda será tua”. Não é interessante que Satanás disse a Jesus que ele (Satanás) possuía as nações como dele mesmo, que elas lhe haviam sido entregues? Além disso, não é fascinante que naquele momento Satanás ofereceu a Jesus estas nações, com a autoridade sobre elas? De todas as pessoas, Satanás ofereceu estas nações a Jesus, que, como Deus, as criou!

Ora, se não fosse verdade que Satanás tinha estas nações como sua própria possessão, e se, em vez disso, fosse verdade que Jesus

possuía estas nações, certamente Jesus o teria desafiado nesta oferta. Ele teria exposto como uma mentira a legitimidade do que Satanás estava oferecendo. Mas Jesus não desafiou a oferta que Satanás fez. Em vez disso, Jesus desafiou os *termos* da oferta. Lembre que Satanás havia estabelecido o adorá-lo como a condição para que Jesus recebesse as nações e autoridade sobre elas. Ouça a resposta de Jesus a Satanás: “Ao Senhor, teu Deus, adorarás e só a ele darás culto” (Lc 4.8). Em outras palavras, Jesus não aceitaria os termos da oferta (adorar a Satanás), embora não houvesse disputado a legitimidade da própria oferta. De fato, Satanás era esperto demais para tentar Jesus com uma oferta espúria. Ele não iria a lugar algum com uma oferta que Jesus discerniria como falsa.

A verdade é que Satanás ofereceu a Jesus o que ele tinha; e a tentação foi poderosa porque o que foi oferecido a Jesus — as nações do mundo — era exatamente o que Jesus viera obter. Mas o caminho que o Pai havia designado para que Jesus recebesse as nações era o caminho da cruz. Ele teria de viver uma vida de plena obediência, levar sobre si mesmo o pecado do mundo e sofrer uma morte de tormento e dores indescritíveis. Tudo isto poderia ser evitado apenas por curvar-se diante de Satanás e receber as nações de uma maneira rápida, fácil e sem sofrimento. Sim, Satanás possuía as nações, visto que Deus lhe dera essa autoridade por causa do pecado de Adão. Sim, Jesus veio para ganhar as nações como sua possessão por meio do caminho de obediência, sofrimento e morte. Portanto, esta foi, sim, uma tentação real e poderosa.

Quando Jesus declara: “Toda a autoridade me foi dada no céu e na terra” (Mt 28.18), está falando do outro lado da cruz. Ele declara isto como o Messias ressuscitado e vitorioso. Por meio de sua vida e morte obediente em favor de pecadores, Jesus se qualificou para receber as nações e toda a autoridade sobre elas. Jesus, em sua humanidade — como o descendente de Abraão, o filho de Davi — anuncia que as nações são dele. E ordena aos seus discípulos, por assim dizer: “Vão buscá-las! Elas são minhas!” É o Jesus humano que recebe um tipo de autoridade que não tinha antes; é o Jesus humano que ordena aos seus discípulos que vão em seu nome. Como o Messias que comprou as nações com seu sangue derramado na cruz,

ele recebeu legitimamente plena autoridade sobre essas nações, para trazer ao seu rebanho todos os que o Pai lhe deu. Admire-se, então, de que o Cristo da Grande Comissão é o Jesus humano, o Messias, que ganhou o direito de reinar sobre as nações.

Uma terceira passagem que consideraremos brevemente está na oração de Paulo no final de Efésios 1. Aqui, Paulo escreve que o Pai exerceu seu tremendo poder ressuscitando Jesus *...dentre os mortos e fazendo-o sentar à sua direita nos lugares celestiais, acima de todo principado, e potestade, e poder, e domínio, e de todo nome que se possa referir não só no presente século, mas também no vindouro. E pôs todas as coisas debaixo dos pés e, para ser o cabeça sobre todas as coisas, o deu à igreja, a qual é o seu corpo, a plenitude daquele que a tudo enche em todas as coisas (Ef 1.20-23).*

Vemos aqui, novamente, o que já vimos em outras passagens. O Pai está na posição de mais elevada autoridade e dá ao seu Filho ressuscitado e exaltado a posição de segundo no comando — “à sua direita”. E desta posição o Filho exerce autoridade absoluta sobre todas as coisas criadas — “acima de todo principado, e potestade, e poder, e domínio, e de todo nome que se possa referir não só no presente século, mas também no vindouro”. O fato de que o Pai dá ao Filho esta posição e autoridade é deixado claro no versículo 22, no qual vemos que o Pai é aquele que “pôs todas as coisas debaixo dos pés [do Filho] e, para ser o cabeça sobre todas as coisas, o deu à igreja”. Em outras palavras, esta não é uma posição do Filho eterno do Pai, que, como criador de tudo que existe, tem autoridade intrínseca e direitos divinos absolutos. Antes, esta autoridade é delegada ao Filho messiânico. Desta posição, ele governa agora com poder incontestável e irresistível, mas tem esta posição devido à vontade do Pai de exaltar seu Deus-homem, este grande filho de Davi, à mais elevada de todas as posições, acima de tudo e abaixo somente do próprio Pai.

Duas passagens adicionais conectam-se conceitualmente com o que Paulo disse nestas palavras de Efésios 1 e reforçam as verdades que acabamos de ver. Observe em Filipenses 2.9-11 que o Filho exaltado é o único que foi obediente até à morte e morte de cruz. Por isso, lemos: “Pelo que também Deus o exaltou sobremaneira e lhe

deu o nome que está acima de todo nome, para que ao nome de Jesus se dobre todo joelho, nos céus, na terra e debaixo da terra, e toda língua confesse que Jesus Cristo é Senhor, para glória de Deus Pai” (Fp 2.9-11). Observe três coisas: (1) o “pelo que” que dá início ao versículo 9 conecta o que foi descrito nos versículos anteriores com a ação que está acontecendo agora. Por causa da fidelidade deste Filho encarnado, por causa de sua obediência em ir até à cruz, Deus o exaltou sobremaneira. Sua posição de honra e autoridade não era sua posição como o Filho eterno do Pai e sim como o obediente Filho encarnado, o Messias humano. (2) O Pai é aquele que dá ao Filho tanto a posição exaltada, pela qual todos os seres criados dobrarão os joelhos e confessarão com a língua o senhorio de Cristo, quanto “o nome que está acima de todo nome”, mostrando a suprema posição do Filho sobre toda a criação. (3) O fato de que o Pai exalta o Filho e lhe dá seu nome superior indica o lugar final de autoridade e supremacia mantido somente pelo Pai. Isto é refletido até na maneira como o Filho é louvado por toda a criação, pois todo joelho se dobrará e toda língua confessará que Jesus Cristo é Senhor. Mas não há nenhum intervalo seguindo esta declaração. Pelo contrário, a confissão de que Jesus é Senhor redundará em glória para o Pai, visto que ele está na mais elevada de todas as posições, da qual tornou seu Filho o governante designado acima de toda a criação.

Há, portanto, essa correspondência apropriada entre os quadros apresentados em Efésios 2.20-23 e Filipenses 2.6-11. O Filho é o Filho humano, encarnado, obediente, ressuscitado e exaltado; e sua exaltação é para uma posição que ele conquistou por meio de sua vida e sua obra. Portanto, embora ele seja plenamente Deus, bem como plenamente humano, esta exaltação tem a ver, fundamentalmente, com a realização de sua vida humana agora recompensada, quando o Pai lhe dá domínio sobre tudo o que ele veio subjugar.

O outro texto correspondente digno de breve consideração é 1 Coríntios 15.27-28. Paulo escreveu: “Porque todas as coisas sujeitou debaixo dos pés. E, quando diz que todas as coisas lhe estão sujeitas, certamente, exclui aquele que tudo lhe subordinou. Quando, porém, todas as coisas lhe estiverem sujeitas, então, o próprio Filho também

se sujeitará àquele que todas as coisas lhe sujeitou, para que Deus seja tudo em todos”. Vemos aqui, outra vez, os mesmos temas básicos que observamos em Efésios 1 e Filipenses 2. Por causa da morte e da ressurreição vitoriosas do Filho, ele recebe uma posição que não tinha antes. Seguindo a ressurreição e a ascensão do Filho, Deus (o Pai) coloca todas as coisas da criação em sujeição, sob os pés deste Filho triunfante. Mas, visto que o Pai faz a sujeição, ele não é um daqueles colocados em sujeição ao Filho. Não, o Pai não é sujeito a nada e a ninguém. Mas o Filho, abaixo agora somente do Pai, recebe a posição de autoridade suprema sobre tudo, embora ele mesmo se sujeite espontânea e alegremente ao Pai, “para que Deus [o Pai] seja tudo em todos”.

Ainda que não queiramos tomar tempo para discutir outros textos, pode ser proveitoso notar que estas verdades sobre a exaltação do Filho encarnado e obediente, depois de sua morte humilde pelos pecados e de sua ressurreição triunfante, são expressas em muitas outras passagens. Observe as seguintes, prestando atenção especial às porções destacadas em *itálico*, bem como às pessoas específicas indicadas (que esclarecemos nos colchetes): *Um Salmo de Davi*

Disse o SENHOR [o Pai] ao meu Senhor [o Filho]:

Assenta-te à minha direita,

até que eu ponha os teus inimigos debaixo dos teus pés.

O SENHOR enviará de Sião o cetro do seu poder, dizendo:

Domina entre os teus inimigos.

Apresentar-se-á voluntariamente o teu povo,

no dia do teu poder;

com santos ornamentos,

como o orvalho emergindo da aurora,

serão os teus jovens.

O SENHOR jurou e não se arrependerá:

Tu és sacerdote para sempre,

segundo a ordem de Melquisedeque (Sl 110.1-4).

Eu estava olhando nas minhas visões da noite,

e eis que vinha com as nuvens do céu

um como o Filho do Homem [cumprido em Cristo],

*e dirigiu-se ao Ancião de Dias [o Pai],
e o fizeram chegar até ele.
Foi-lhe dado domínio, e glória, e o reino,
para que os povos, nações e homens de todas as línguas o servissem;
o seu domínio é domínio eterno,
que não passará,
e o seu reino jamais será destruído (Dn 7.13-14).
Foi precisamente para esse fim que Cristo morreu e ressurgiu: para ser
Senhor tanto de mortos como de vivos (Rm 14.9).
Havendo Deus, outrora, falado, muitas vezes e de muitas maneiras, aos
pais, pelos profetas, nestes últimos dias, nos falou pelo Filho, a quem [o
Filho] constituiu [o Pai] herdeiro de todas as coisas, pelo qual também fez o
universo. Ele, que é o resplendor da glória e a expressão exata do seu Ser,
sustentando todas as coisas pela palavra do seu poder, depois de ter feito a
purificação dos pecados, assentou-se à direita da Majestade, nas alturas (Hb
1.1-3).
Vemos, todavia, aquele que, por um pouco, tendo sido feito menor que os
anjos, Jesus, por causa do sofrimento da morte, foi coroado de glória e de
honra, para que, pela graça de Deus, provasse a morte por todo homem (Hb
2.9).
O qual [Jesus Cristo], depois de ir para o céu, está à destra de Deus,
ficando-lhe subordinados anjos, e potestades, e poderes (1 Pe 3.22).*

Portanto, precisamos dizer apenas que a Escritura ensina uniformemente que o Filho exaltado, que se assenta à direita do Pai, a quem foi dada toda a autoridade no céu e na terra e que reina sobre tudo, edificando sua igreja e aguardando o dia de seu retorno para exercer juízo — este Filho não é outro, senão o Filho encarnado que nasceu de Maria. Receber esta posição e autoridade, que ele não possuía antes, sobre toda a criação, se aplica não ao Filho eterno, em si mesmo, mas ao Filho de Deus encarnado, humano. Vemos, então, um Jesus humano que ressuscitou dos mortos e o mesmo Jesus humano que ascendeu ao céu e recebeu do Pai autoridade absoluta sobre toda a criação.

Retornando em Glória

Assim como o Jesus humano foi ressuscitado dos mortos e exaltado ao lugar de mais elevada autoridade sobre toda a criação, assim também este mesmo Jesus humano retornará corporalmente à terra. Os evangélicos há muito têm defendido tanto a ressurreição corporal de Cristo quanto o seu retorno corporal. Como o anjo disse aos discípulos quando o viram ascender ao céu: “Varões galileus, por que estais olhando para as alturas? Esse Jesus que dentre vós foi assunto ao céu virá do modo como o vistes subir” (At 1.11). Sim, esperamos e anelamos pelo dia em que Jesus virá de novo. E este Jesus que virá será o mesmo Filho encarnado, nascido de Maria, que retornará em seu corpo glorificado para receber todos os que são seus.

O retorno de Cristo é a fonte de maior esperança para os crentes, mas deve ser, igualmente, a fonte de mais profundo terror para os não crentes. Nunca haverá um tempo na História marcado por esse contraste. Como poderiam os crentes ficar mais alegres do que quando virem Jesus descendo para recebê-los, a fim de estarem com ele para sempre? Mas, infelizmente, que destruição e horror sobrevirão a todo o mundo quando este Filho vitorioso vier para executar a ira de seu Pai, no julgamento das nações! Sim, é o Jesus humano em cuja semelhança seremos transformados perfeitamente em sua vinda (1 Jo 3.1-2); é o Jesus humano que vem como um guerreiro para julgar e destruir todos os que se posicionam contra o seu Criador (Ap 19.11-21).

Quão maravilhoso será contemplarmos Jesus em sua humanidade, em sua vinda! Sim, ele é plenamente o Deus-homem, plenamente Deus e plenamente homem, desde o momento de sua concepção em Maria e para sempre, sem fim. Mas, assim como a sua humanidade, em específico, foi o foco de sua ressurreição, e em sua natureza humana ele foi exaltado pelo Pai a uma posição que não tinha antes, assim também em seu retorno a sua humanidade tem a primazia. Ele virá como o Deus-homem, certamente, mas virá em especial como o vitorioso Filho de Davi, Rei e Senhor, que está agora terminando a obra que o Pai decretou, desde a eternidade passada, para ele fazer. Jesus levará seus seguidores ao seu novo lar, com ele, os tornará semelhante a si mesmo para sempre e destruirá os

rebeldes com a espada de sua boca. Como Senhor salvador e Rei vitorioso, assim será em seu retorno o Jesus humano glorificado. E que glória ele manifestará!

Aplicação

Há muitas aplicações destas verdades gloriosas. Limitaremos nossa reflexão a uma área-chave de aplicação para cada uma das verdades da tríade que examinamos.

1) A realidade mais singular e mais gloriosa sobre a ressurreição de Cristo é o que ela demonstrou! A horrível penalidade de nosso pecado perdoada totalmente e o esmagador poder do pecado vencido completamente — estas são as realidades demonstradas e provadas quando Cristo saiu daquele sepulcro, vivo dentre os mortos! Que fortalecimento isto deveria dar aos que estão em Cristo: saber que não pode haver mais nenhuma acusação de culpa que ameace a nossa posição diante de Deus, porque a nossa justificação pela fé está baseada tão somente na obra de Cristo perfeita e completa. Além disso, quanto mais meditamos nestas verdades e permitimos que se arraiguem em nosso coração e alma, tanto mais devemos ter uma confiança crescente de que, se Cristo venceu tudo que diz respeito ao pecado, incluindo o maior poder do pecado, por meio de sua ressurreição dos mortos, não há pecado remanescente em nossa vida sobre o qual Cristo não possa reinar — na verdade, não reine — supremamente. Ele destruiu realmente o poder do pecado perdoado, e isto deveria dar àqueles que estão em Cristo um motivo para oração fervorosa, esperança inabalável e expectativa anelante, mesmo quando lutamos com pecados poderosos que permanecem em nós dia após dia. O poder maior é o de Cristo. Que sempre dependamos dele para fazer em nós o que só ele pode fazer, porque ressuscitou dos mortos.

E, é claro, a plenitude dos efeitos da ressurreição de Cristo para a nossa vida, como seus seguidores, ainda está por ser desfrutada. Vivemos agora no período do “ainda não”, em que os corpos

definham e o pecado permanece, embora totalmente perdoado e vencido. Mas está chegando o dia em que a fé se tornará visão, e as glórias da plenitude da ressurreição de Cristo serão realidade. Oh! que gozo antecipamos legitimamente, enquanto ele faz novas todas as coisas! Nossa esperança não está baseada em alinhamentos políticos instáveis e frágeis, ou em bens financeiros, ou em tratos relacionais. Que vã esperança, se este fosse o nosso caso. Não, a nossa esperança está baseada na certeza e segurança da ressurreição por vir. Quando Cristo descer do céu, com o alarido do arcanjo, seremos ressuscitados para a plenitude da vida humana que o Pai intentou sempre tivéssemos em seu Filho. Naquele dia, veremos toda a plenitude dos efeitos da morte e da ressurreição de Cristo sobre o pecado — perdão eterno, santidade de vida eterna, propósito e realização eternos — por causa do reino justo e eterno do Cristo ressurreto. Ó cristão, temos todas as razões para esperar e não para desesperar-nos. Porque Cristo ressuscitou, e um dia nós ressuscitaremos com ele, vistamo-nos desta esperança e alegria.

2) Guardemos no coração esta verdade: Cristo foi exaltado à direita do Pai e recebeu seu lugar de autoridade sobre toda a criação *porque* foi “obediente até à morte e morte de cruz” (Fp 2.6-11). O que vemos aqui é, sem dúvida, a mais gloriosa ilustração já vivenciada do princípio afirmado em Tiago 4.10: “Humilhai-vos na presença do Senhor, e ele vos exaltará”. Jesus viveu a vida mais obediente que alguém já viveu, procurando sempre fazer a vontade de seu Pai, que o enviou, sofrendo, como preço de sua obediência, a maior dor que alguém já experimentou ou poderia experimentar. Mas esta foi a sua recompensa: “Deus o exaltou sobremaneira” (Fp 2.9). Evidentemente, a medida da obediência de Cristo se tornou a medida de sua exaltação gloriosa. “De Deus não se zomba; pois aquilo que o homem semear, isso também ceifará” (Gl 6.7). Da maneira mais positiva possível, isto foi vivido magnificamente em Jesus.

Aprendamos, do princípio divino vivido perfeita e plenamente na vida de Jesus, que Deus não deixará de honrar aqueles que o

honram, que ele exaltará aqueles que são humildes, que ele recompensará a obediência de maneiras além de nossa compreensão. Oh! Como a nossa obediência é importante! Portanto, quão errado é apelarmos à graça como licença para desobedecermos, assim como é igualmente errado apelarmos à nossa obediência como base para a nossa posição diante de Deus. Se pudéssemos assimilar todo o conjunto de Efésios 2.8-10 (e não somente os versículos 8 e 9), estaríamos em melhores condições como pessoas cristãs. Sim, somos salvos pela graça, por meio da fé, plena e totalmente sem obras. Mas a nossa salvação não pelas obras produz uma vida cheia de boas obras, que Deus preparou para realizarmos. Que Deus nos dê anelo de coração para vivermos como Jesus viveu. Entendamos que, assim como a obediência perfeita e incessante de Jesus, prestada no poder do Espírito e por fé, lhe trouxe a plena aprovação de seu Pai e a recompensa de sua exaltação, assim também a nossa obediência, prestada no poder do Espírito e por fé, será igualmente vista e recompensada por nosso Deus gracioso e benevolente. Aprendamos de Jesus que a obediência é importante.

3) Enquanto aguardamos o retorno de Cristo, contemplemos mais profundamente as verdades de sua vitória do que os horrores dos fracassos deste mundo pecaminoso. Estamos cercados de males, ódio, crueldade e sofrimento; é fácil desesperarmos em face da impiedade predominante. Mas fazer isso significa não ver e não crer no que é mais profundamente verdadeiro do que todos os planos e esquemas terroristas em toda a História. Cristo triunfou e virá para trazer paz e justiça à terra. Nisto temos esperança, e nisto nos regozijamos. O Salvador crucificado e ressuscitado, que reina agora à direita do Pai, virá outra vez; e, quando isso acontecer, todos os erros serão corrigidos, e todo o mal será acabado. Estas verdades devem ser unguento para as feridas que desolam a nossa alma. Que nos deleitemos na grande esperança que há, a esperança de que Jesus, o vitorioso filho de Davi, filho de Maria, virá novamente. Vem logo, Senhor Jesus!

Perguntas para Discussão

- 1) Quando consideramos algumas das tentações mais comuns com que nos deparamos em nossa cultura — aquisição material, satisfação imediata, popularidade e agradar os outros — quais são algumas maneiras em que o triunfo de Cristo sobre o pecado, a morte e Satanás coloca estas tentações em nova perspectiva? Como a certeza do reino eterno de Cristo sobre todas as coisas transforma o modo como pensamos sobre a força destas tentações?
- 2) Como você reage às verdades que a ressurreição de Cristo declara — a penalidade de nosso pecado foi totalmente paga e o poder de nosso pecado foi plenamente derrotado? Que diferença isto faz em nossa estimativa de Cristo? Que diferença isto faz em seu entendimento de sua luta diária e incessante contra o pecado?
- 3) Recorde Efésios 1.18-23. Quando você considera o reino presente de Cristo sobre todos os principados, potestades e poderes, como isto deveria afetar a maneira como você lê seu jornal diário? Que diferença isto deveria fazer na maneira como interpretamos os acontecimentos do mundo? Como isto deveria afetar nosso zelo por missões? Que efeitos causa em nós o fato de que Cristo reina verdadeiramente?
- 4) Quando você acorda todas as manhãs, está realmente consciente de que Jesus virá outra vez? Lembra que isto pode acontecer hoje? Se trouxéssemos esta verdade à lembrança regularmente, que diferença isso faria em nossas prioridades? Em como gastamos nosso dinheiro? Nas atividades a que nos dedicamos? No tempo que gastamos servindo aos outros? Se lembrássemos conscientemente, todos os dias, que Jesus está voltando, como isto poderia transformar nossa perspectiva sobre a vida?

5) Quão grato você é pelo fato de que o Deus Filho veio à terra, em obediência ao seu Pai, para se tornar um homem? Que verdades centrais sobre a vida, o ministério e a missão de Cristo são explicadas somente por ser ele plena e autenticamente humano? Que encorajamento você acha na compreensão de que há um só mediador entre Deus e o homem, Cristo Jesus homem? Considere a humanidade de Cristo e se deleite nas inúmeras razões por que era crucial que nosso Salvador fosse plenamente Deus e plenamente homem.



A Editora Fiel tem como propósito servir a Deus através do serviço ao povo de Deus, a Igreja.

Em nosso site, na internet, disponibilizamos centenas de recursos gratuitos, como vídeos de pregações e conferências, artigos, e-books, livros em áudio, blog e muito mais.

Oferecemos ao nosso leitor materiais que, cremos, serão de grande proveito para sua edificação, instrução e crescimento espiritual.

Assine também nosso informativo e faça parte da comunidade Fiel. Através do informativo, você terá acesso a vários materiais gratuitos e promoções especiais exclusivos para quem faz parte de nossa comunidade.

Visite nosso website
www.ministeriofiel.com.br
e faça parte da comunidade Fiel